Universidade de São Paulo
FCF / FEA / FSP
Programa de Pós-Graduação Interunidades em
Nutrição Humana Aplicada - PRONUT

MARTA BATTAGLIA CUSTÓDIO

A CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA DO
BANCO DE ALIMENTOS MUNICIPAL DE SÃO PAULO:
A exclusão social e a procura por alimentos doados
institucionalmente

Dissertação apresentada para obtenção
do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

SÃO PAULO
2004

Agradecimentos

Agradeço Denise Cavallini Cyrillo, pela acolhida, orientação e por acreditar neste trabalho. Ao companheiro e amigo, Sérgio, com muito amor, pela dedicação e apoio fundamentais nos momentos de maiores indecisões. À minha querida filha Yolanda, pela existência. À minha irmã Laura Battaglia, que me auxiliou na revisão. Ao meu irmão Sérgio, que sempre me socorria nos problemas de informática. Aos meus avós Andrea e Yvonne por todo o apoio dado durante os últimos anos, permitindo a continuidade de meus estudos. Aos amigos Simão Pedro e Ademir Alves da Silva, que não exitaram em me emprestar seus livros e anotações para contribuir no trabalho. À Aldaíza Sposati, pelo apoio e incentivo dado durante toda o período de pós-graduação, e pela clareza com que expõe as questões com que lida no dia-a-dia. Aos membros da banca de qualificação, o professor Renato Maluf, pela trajetória na discussão sobre segurança alimentar, e por ter dado importante contribuição durante a qualificação do trabalho e a professora Silvia Cozzolino. À Christlane Costa, do Instituto Pólis, pela atuação na área de segurança alimentar, e pelo acúmulo de material escrito sobre o assunto. À Ursula Lanfer Marquez, professora de Ciência dos Alimentos. Ao Emiliano Milanez Graziano da Silva, colega e coordenador do Banco de Alimentos, sempre muito atencioso e pronto a me auxiliar nas minhas mais variadas indagações. A todas as pessoas da SAS que fizeram um mutirão para o cadastro das Organizações Sociais junto ao programa Banco de Alimentos. À Ideltânia, da SAS, que me introduziu ao mundo da cartografia digital. Ao Jorge e à Elaine da secretaria de pós-graduação, pelo constante auxílio na burocracia universitária. A Lena Lavinas, professora da UFRJ, pela gentileza de me agradecer com um livro sobre avaliação de programas de combate à fome.

À memória de meus pais, Antonio e Luisa Battaglia, pela educação dada, pelas saudades boas que deixaram.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo entender a demanda social por alimentos doados institucionalmente por meio do programa do município de São Paulo Banco de Alimentos. A base de dados das Organizações Sociais cadastradas no programa em 2003 permitiu a análise da distribuição da demanda na cidade. A comparação entre esta demanda e o Mapa da Vulnerabilidade Social (que é uma importante ferramenta de diagnóstico da exclusão social no município) foi o ponto de partida. Ao longo da dissertação foram abordados temas como o conceito de Segurança Alimentar e o programa Banco de Alimentos em um contexto de exclusão social de São Paulo para verificar se esta exclusão social influencia na demanda por alimentos. As conclusões apontam para esta hipótese e para a necessidade de investigações adicionais do ponto de vista dos aspectos qualitativos que envolvem Organizações Sociais que intermedeiam o repasse de alimentos entre o Banco de Alimentos e os beneficiários finais.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to understand the social demand for institutionally given food, by a city hall program of Food Bank, in São Paulo city. The data base of the social organizations filled in this program in 2003 permitted the analysis of the geographic distribution of this demand on the city. The comparison between this demand and the Social Vulnerability Map of São Paulo (that is an important 'tool' for diagnosis of the social exclusion in the city) was the starting point. Through this dissertation we treated some ideas like the Food Security concept and the Food Bank program in a context of social exclusion to verify if this exclusion influences on the food demand. The conclusions point to this hypothesis and the need of additional investigation of the qualitative aspects of this process that involves NGOs who intermediate the food transfer between the Food Bank and the final beneficiaries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E GRÁFICOS

Ilustração 1 - Nota de doação de mercadoria	pg 3
Ilustração 2 - Etiqueta presente em todos os produtos doados pelo Banco de Alimentos.	pg 4
Ilustração 3 - Área de manipulação de alimento – restrita aos técnicos e nutricionistas do Banco	pg 4
Ilustração 4 - Retirada de doação	pg 5
Ilustração 5 - Fluxograma das relações entre o programa Banco de Alimentos, seus formuladores, seus doadores e seus beneficiários.	pg 7
Ilustração 6 - Distribuição de Renda no Brasil, comparada a outros países	pg 8
Ilustração 7 - A economia voltada para a acumulação influenciando na saúde das pessoas.	pg 15
Ilustração 8 – relação entre a pobreza, a desnutrição e a fome conforme as regiões no Brasil.	pg 24
Ilustração 9 - Privação de alimentos: alteração do número de pessoas subnutridas entre 1990-92 e 1997-99	pg 27
Ilustração 10 – Fluxograma das políticas a serem implementadas pelo Fome Zero e suas relações	pg 40
Ilustração 11 - Esquema das Propostas do Projeto Fome Zero	pg 41
Ilustração 12 - Texto sobre Financiamento e Captação de Recursos voltados para a ação social	pg 52
Ilustração 13 - Mapa da Vulnerabilidade Social	pg 69
Ilustração 14 - Mapa da Vulnerabilidade Social – Guaianases	pg 70
Ilustração 15 - Mapa da Vulnerabilidade Social – Pinheiros	Pg 70
Ilustração 16 – Comparação do Mapa da Demanda por atendimento junto ao Banco de Alimentos (à direita) com o Mapa da Vulnerabilidade Social (à esquerda)	pg 71
Ilustração 17 – Comparação dos Mapas: à esquerda os locais de atendimento; à direita os locais das sedes das Organizações Sociais	pg 72
Ilustração 18 - Distribuição etária	pg 76
Ilustração 19 – Tela principal do programa LOCALIZADOR utilizado para a padronização dos endereços obtidos a partir do cadastro do Banco de Alimentos	pg 93
Ilustração 20 – Tela da opção CEPS E BAIRROS do programa Localizador, com informações adicionais sobre o logradouro selecionado	pg 94
Ilustração 21 – Informação adicional sobre CEP e Bairro da outra rua Alvarenga	pg 95
Ilustração 22 – Exemplo de utilização do Localizador	pg 96
Ilustração 23 – Tela de confirmação do registro gravado em DBASE	pg 96
Ilustração 24 – Geo-referenciamento digital do “Rei das Batidas” na base cartográfica da cidade de São Paulo	pg 97
Tabela 1 Apropriação da renda entre os mais ricos e os mais pobres	pg 9
Tabela 2 Participação no PIB por grandes regiões	pg 9
Tabela 3 Distribuição da população brasileira por grandes regiões	pg 9

Tabela 4	Porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza	pg 10
Tabela 5	Taxas médias de crescimento (%)	pg 10
Tabela 6	PIB per capita	pg 10
Tabela 7	Taxa de desemprego aberto - Por região metropolitana (%)	pg 11
Tabela 8	Distribuição da demanda de atendimento por distrito e o Índice de Vulnerabilidade Social	pg 61
Tabela 9	Distribuição absoluta e % do número de Organizações Sociais cadastradas no Banco de Alimentos por tipo – São Paulo – 2003	pg 73
Tabela 10	Idade média do beneficiário final do Banco de Alimentos (em anos)	pg 75
Tabela 11	Evolução, taxa média geográfica de crescimento e distribuição etária da população do Brasil de 1960 a 2000	pg 75
Tabela 12	Área Total, População Residente, Taxa de Crescimento e Densidade demográfica Município de São Paulo e Distritos Municipais 1980, 1991, 1996 e 2000	pg 87
Tabela 13	Classificação dos distritos segundo número de setores mais vulneráveis – São Paulo 2003	pg 89

Gráfico 1	- Avaliação do Tipo de alimento consumido por grau de satisfação, referente à região metropolitana de São Paulo	pg 12
Gráfico 2	- Avaliação da quantidade consumida por classes de rendimento, referente à região metropolitana de São Paulo	pg 12
Gráfico 3	- Motivo do não consumo de alimento em função da classe de rendimento domiciliar, referente à região metropolitana de São Paulo	pg 13
Gráfico 4	- Avaliação da quantidade de alimento consumido per capita por ano, em função da renda domiciliar, referente à região metropolitana de São Paulo	pg 14
Gráfico 5	- Distribuição da desnutrição por região brasileira	pg 23
Gráfico 6	- O aumento da obesidade começa a ser refletido nas pesquisas	pg 25

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1 OBJETIVOS.....	6
2 CONTEXTO HISTÓRICO E QUADRO TEÓRICO.....	7
2.1 A distribuição de renda no Brasil e a demanda social.....	8
2.2 Políticas Públicas	16
2.3 Conceituando Fome e Desnutrição	21
2.4 Evolução histórica e o Conceito de Segurança Alimentar ..	26
2.5 A evolução do Conceito de Segurança Alimentar no Brasil	31
2.6 Política de Segurança Alimentar e Banco de Alimentos	37
2.7 O alimento doado institucionalmente e as teorias que norteiam esta decisão	42
2.8 Os atores envolvidos na doação institucional de alimentos	46
2.8.1 os beneficiários finais	46
2.8.2 o governo municipal	47
2.8.3 as Organizações Sociais	48
2.8.4 a doador	54
3 MODELO DAS HIPÓTESES A SEREM INVESTIGADAS	56
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
5.1 Caracterização sócio-econômica da cidade de São Paulo ..	64
5.2 Análise do cadastro junto ao Banco de Alimentos.....	71
5.2.3 Caracterização das Organizações Sociais	73
5.3 Estimação do modelo de determinantes da demanda de alimentos ante o Banco	76

6 CONCLUSÕES.....	84
7 ANEXOS	86
ANEXO 1 – Dados demográficos da cidade de São Paulo.....	86
ANEXO 2 - Tabelas com dados gerados pelo estudo da exclusão e vulnerabilidade social	89
ANEXO 3 – Verificação do cadastro	92
ANEXO 4 – Endereço das sedes das Organizações Sociais.....	99
ANEXO 5 – Endereço do atendimento	104
 8 BIBLIOGRAFIA	 110

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como foco o município de São Paulo e a demanda por alimentos doados institucionalmente por meio do programa municipal Banco de Alimentos.

Por trás da demanda por alimentos feita por associações, instituições, igrejas e outras formas de organização social está o problema grave da má distribuição de renda do Brasil, que se verifica inclusive na cidade de São Paulo. Pretende-se caracterizar, do ponto de vista sócio-econômico e geográfico, o perfil da demanda que se apresenta ao Banco de Alimentos mediante Organizações Sociais, que intermedeiam a transação e testar a aderência desta demanda ao Mapa da Vulnerabilidade Social.

Na prática, a doação institucional de alimentos envolve dois intermediários: o Banco de Alimentos é o primeiro intermediário entre o doador e as Organizações Sociais, que são intermediárias entre o Banco de Alimentos e os beneficiários finais.

É importante estudar estas Organizações Sociais, pois desta forma pretendemos verificar se elas atendem, de algum modo, a uma lógica que busca superar estas distorções que geram a exclusão social. É importante também a compreensão do papel social do programa Banco de Alimentos.

O Programa Banco de Alimentos do Município de São Paulo foi criado pela Lei 13.327, de 13 de fevereiro de 2002, e foi regulamentado pelo decreto 42.177, de 11 de julho de 2002.

Seu principal objetivo é arrecadar e captar doações de alimentos e promover sua redistribuição por meio de organizações sem fins lucrativos, previamente cadastradas junto a este programa. As doações são variadas em quantidade e qualidade. A triagem dos alimentos é feita por um corpo técnico que analisa-os, destinando à doação somente aqueles próprios para o consumo para doação. Os demais alimentos, que não servem para o consumo humano, são levados para uma usina de compostagem, onde se transformarão em adubo orgânico.

O programa recebe os alimentos diretamente dos doadores e por meio de postos (fixos ou flutuantes) de coleta, sendo que os fixos são as agências bancárias¹, as agências dos correios e o próprio Banco de Alimentos, e os flutuantes são as bilheterias de espetáculos ou eventos beneficentes cujos ingressos são alimentos.

O Banco de Alimentos é coordenado pela Secretaria Municipal de Abastecimento e possui um corpo consultivo, composto por 15 membros, eleitos dentre os conselheiros do COMUSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Sua sede localiza-se na Vila Maria, zona norte da cidade e a capacidade instalada atual é suficiente para receber cerca de 900 toneladas simultaneamente, sendo que a rotatividade daquilo que entra e do que sai é extremamente rápida: entre a chegada dos alimentos, sua análise e distribuição o prazo médio é de 2 dias.

Durante o ano de 2003, a arrecadação do banco de alimentos oscilou ao longo dos meses. A melhor arrecadação ocorreu em dezembro, com 152,3 toneladas e a pior em agosto, com uma arrecadação de cerca de 22 toneladas, o que demonstra uma grande capacidade ociosa. Ao todo, ao longo do ano de 2002, o Banco de Alimentos distribuiu 142 toneladas de alimentos e em 2003, ano de lançamento do programa do Governo Federal, Fome Zero, foram 670 toneladas.

A estrutura operacional do Banco de Alimentos envolve a captação de bens doados, a operacionalização interna (recepção, vistoria e análise, embalagem, etiquetagem, armazenamento e redistribuição), a coordenação e a capacitação, tanto dos funcionários e estagiários do Banco, como dos beneficiários que irão manipular os alimentos, como cozinheiros(as) e merendeiros(as) das Organizações Sociais.

O Banco de Alimentos emite documentos, que orientam as relações do programa com os doadores e com as Organizações Sociais. Dentre os documentos emitidos existe a nota de doação de mercadoria, o termo de responsabilidade que o Banco de Alimentos assina assumindo

¹ Agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal

responsabilidade por eventual contaminação ou toxi-infecção alimentar causada ao beneficiário e o termo de responsabilidade que as Organizações Sociais assinam se comprometendo, dentre outras coisas, a repassar gratuitamente as doações ao beneficiário final.

A nota de doação de mercadoria (ilustração 1) que o Banco de Alimentos fornece ao doador quando este entrega os alimentos é a mesma dada as Organizações Sociais, quando estas vão retirá-los. O que as diferencia é o assinalamento dos campos “entrada” ou “saída”, respectivamente.

BANCO DE ALIMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

NOTA DE DOAÇÃO DE MERCADORIA

☐ ENTRADA ☐ SAÍDA

Nº 000.000

CERTIFICADO Nº: _____ NOTA FISCAL

DOADOR:

NOME RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

BARRIO: _____ MUNICÍPIO - UF: _____

CPF: _____ CNPJ/CPF: _____ INSC. EST: _____

RESPONSÁVEL: _____ FONE: _____

ASSINATURA: _____

BENEFICIÁRIO COD: _____ P. JURÍDICA ☐ FÍSICA ☐

NOME RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

BARRIO: _____ CNPJ/CPF: _____

RESPONSÁVEL: _____ ASSINATURA: _____

TRANSPORTADORA: _____ PLACA: _____

RESPONSÁVEL PELO BANCO DE ALIMENTOS: _____ RENO: _____

CÉDULA	ENTRADA	SAÍDA	QTD

Ilustração 1 – Nota de doação de mercadoria

Para que se possa ter um melhor controle dos alimentos que serão distribuídos, todos os produtos que são repassados recebem uma etiqueta (ilustração 2) no Banco de Alimentos, de forma a identificar a origem, o manipulador, a data de validade e o modo de conservação daquele produto. Por identificação da origem, entenda-se o número que o doador recebe junto

ao programa, de modo que a identidade do doador só é conhecida pelo próprio Banco de Alimentos e não pelos beneficiários.

BANCO DE ALIMENTOS <small>UM PROGRAMA DO FOME ZERO SÃO PAULO</small>	PRODUTO DE DOAÇÃO VENDA PROIBIDA	GOFEL <small>RÓTULOS ADESIVOS</small> Fone: 11 4178-7788
Produto: _____		
Fabricante: _____		
Lote: _____ Validade: ____ / ____ / ____ Peso: _____		
Embalado no Banco de Alimentos em: _____		
Origem: _____		
Conferente: _____		
RF do Conferente: _____		
Assinatura do Conferente: _____		
Modo de Preparo: _____		
☐ Temperatura ambiente ☐ Refrigeração ☐ Congelamento		

Ilustração 2 - Etiqueta presente em todos os produtos doados pelo Banco de Alimentos.

No Banco de Alimentos há uma área destinada à manipulação (ilustração 3), onde os técnicos recondicionam os alimentos em novas embalagens (quando necessário), fazem análises e triagem dos produtos, e os identificam.

Ilustração 3 – Área de manipulação de alimento – restrita aos técnicos e nutricionistas do Banco

A retirada dos produtos recebidos é feita pelas próprias Organizações Sociais no Banco de Alimentos (ilustração 4). A prioridade de entrega dos alimentos às Organizações Sociais cadastradas segue, entre outros, o critério da localização no município (isto é, o Índice de Vulnerabilidade Social do distrito em que a organização presta o atendimento aos beneficiários finais), da faixa etária das pessoas atendidas (sendo prioridade o atendimento às crianças de zero a seis anos), da presença de alguma necessidade especial (como pessoas portadoras de deficiência ou em situação de rua) e da presença de risco social (como o fato das pessoas viverem no/do lixão).

Ilustração 4 – Retirada de doação

O programa Banco de Alimentos é um programa do governo municipal da cidade de São Paulo, que repassa doações de alimentos para as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, que por sua vez repassam aos beneficiários finais.

Pretendemos aqui estudar alguns aspectos relacionados a esta transferência de alimentos.

1. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é investigar se a ação do Estado, via programa Banco de Alimentos, está relacionada com a exclusão social no município de São Paulo.

Nos objetivos específicos, pretendemos situar a política atual de Segurança Alimentar, caracterizar em termos sócio-econômicos a cidade de São Paulo, analisar as Organizações Sociais que se cadastraram junto ao Banco de Alimentos e descrever o Mapa da Vulnerabilidade Social, considerado aqui uma das principais fontes de informações a respeito da exclusão social no município, e buscar estabelecer relações entre dados obtidos a partir do censo 2000, e que foram utilizados para gerar este Mapa.

2.1 A distribuição de renda no Brasil e a demanda social

A riqueza produzida no Brasil está concentrada, deixando uma enorme porcentagem de famílias em situação de penúria, que por sua vez agrava a situação de fome e desnutrição. Assim, a exclusão social é considerada aqui como o principal problema, no sentido em que ela é fruto de uma perversa distribuição de renda.

Não existe um consenso entre os autores, do ponto de vista teórico, entre o papel da desnutrição e do grau de desenvolvimento de um país. A opção que se faz aqui é que a fome e a desnutrição são frutos, e não causas, de um sistema em que a exclusão social é inerente ao processo de produção. Não entraremos nas discussões conceituais deste assunto, porque sua extensão nos desviaria dos propósitos desta dissertação. Infelizmente a má distribuição de renda que se estabeleceu no Brasil é um grave problema ainda longe de ser minimizado, com um dos piores índices de concentração de renda no mundo (ilustração 6).

Ilustração 6 - Distribuição de Renda no Brasil, comparada a outros países

As diferenças estão em todos os níveis. No que diz respeito às regiões brasileiras, a riqueza está concentrada principalmente na Sudeste (Tabelas 2 e 3), entre os estados, a preponderância é do estado de São Paulo. Entre os municípios, a cidade de São Paulo é a mais rica, mas, ao mesmo tempo em que se apresenta como a mais rica, o abismo social e econômico entre os mais ricos e os mais pobres, é descomunal.

Com relação à distribuição do rendimento da população economicamente ativa do Brasil, as parcelas apropriadas por parte dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos, apresentam, ao longo dos anos, os seguintes dados que podemos observar na tabela 1.

Tabela 1 – Apropriação da renda entre os mais ricos e os mais pobres

Ano	Renda - parcela apropriada por 1% mais ricos	Renda – parcela apropriada por 50% mais pobres
1979	13,61	12,77
1989	16,42	10,53
1999	13,31	12,55

Fonte: IPEA – Série baseada na Pesquisa Anual por Amostragem de Domicílios do IBGE – anos 1979, 1989 e 1999.

Tabela 2- Participação no PIB por grandes regiões

Região	% com relação ao PIB nacional	
Ano	1970	1980
Centro-Oeste	3,87	5,52
Norte	2,16	3,09
Nordeste	11,71	11,98
Sudeste	65,55	62,42
Sul	16,71	17,00
Total	100	100

Fonte: FGV

Tabela 3 – Distribuição da população brasileira por grandes regiões

Região	Distribuição Relativa (%)		
Ano	1980	1990	2000
Centro-Oeste	6,3	6,7	6,7
Norte	5,0	5,7	6,2
Nordeste	29,2	28,7	27,7
Sudeste	43,5	43,4	44,5
Sul	16,0	15,5	14,9
Total	100	100	100

Fonte: adaptado das Tabelas 1 e 2 de Martine et Al (1989,p67-68)²

² Martine, G, et al, (1989) “A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas”, Texto para discussão, número 21, IPEA/IPLAN.

Porém, mesmo a região sudeste sendo a mais rica do país, ainda assim ela possui um elevado número de pessoas abaixo da linha da pobreza, conforme explicitado pela tabela 4.

Tabela 4 - Porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza

Brasil e grandes regiões	1960	1970	1980	1988
Brasil	41,4	39,3	24,4	39,3
Centro-Oeste	26,4	33,5	19,1	33,3
Norte	34,7	41,1	24,2	37,8
Nordeste	61,0	60,8	38,5	56,4
Sudeste	33,3	28,6	17,1	31,3
Sul	16,4	22,6	14,4	28,0

Fonte: Censos Demográficos e PNADs – IBGE

A década de 1980 foi um período de recessão, com taxa de crescimento negativo do PIB *per capita* de 0,63 (tabela 5), ao mesmo tempo em que houve crescimento do abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Na década de 1990 houve um aumento do PIB *per capita* durante o plano Real, mas que não se sustentou ao longo da década, conforme percebemos na tabela 6.

Tabela 5 – Taxas médias de crescimento (%)

Período	PIB	População	PIB <i>per capita</i>
Década de 60 (1961-1970)	6,17	2,89	3,19
Década de 70 (1971-1980)	8,63	2,44	6,04
Década de 80 (1981-1990)	1,57	2,21	-0,63
Década de 90 (1991-2000)	2,65	1,43	1,20

Fonte: FGV e IBGE – maio /04

Tabela 6 PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA

Ano	Preços correntes (R\$)	Em R\$ de 2002	Variação percentual real	Preços Correntes em US\$
1991	0,40	6.763,35	-0,5	2.705,86
1992	4,21	6.624,91	-2,0	2.544,19
1993	91,24	6.848,33	3,4	2.780,90
1994	2.227,43	7.144,56	4,3	3.464,11
1995	4.063,69	7.341,39	2,8	4.436,34
1996	4.830,40	7.432,29	1,2	4.809,23
1997	5.326,59	7.571,01	1,9	4.941,64
1998	5.517,53	7.479,56	-1,2	4.755,26
1999	5.799,81	7.438,55	-0,5	3.195,49
2000	6.472,53	7.661,04	3,0	3.539,41
2001	6.961,47	7.660,61	0,0	2.957,29
2002	7.567,24	7.707,75	0,6	2.630,54

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN

4-fev-2004

O processo de globalização mundial da economia, iniciado no final da década de 1970 e durante a década de 1980, foi uma resposta conservadora à política do estado de bem-estar social, a introdução de novas tecnologias, a estagnação econômica brasileira, com baixos níveis de crescimento econômico nas duas últimas décadas. Este processo coincide com a elevação dos níveis de desemprego, que fez com que as regiões metropolitanas, que já possuíam um enorme contingente de pessoas na reserva, tivessem aumentadas ainda mais as suas demandas sociais. Vemos que a taxa de desemprego vem se mantendo em nível elevado nas principais metrópoles brasileiras (tabela 7).

Tabela 7 - Taxa de desemprego aberto - Por região metropolitana (%)

Período		Taxa média	Região metropolitana					
			Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	Jan	11,2	11,7	15,2	9,8	8,3	13,0	7,9
	Fev	11,6	12,1	15,0	10,1	8,6	13,6	8,6
	Mar	12,1	12,7	16,3	10,3	9,1	13,9	10,0
	Abr	12,4	14,0	16,7	10,5	9,2	14,3	9,8
	Mai	12,8	15,1	17,3	11,0	9,6	14,6	10,2
	Jun	13,0	14,9	17,9	12,1	9,8	14,5	10,2
	Jul	12,8	14,2	17,6	11,4	9,6	14,5	9,5
	Ago	13,0	15,0	17,6	12,1	9,5	14,9	9,8
	Set	12,9	15,0	17,6	10,8	9,7	14,8	10,1
	Out	12,9	14,4	17,0	11,2	9,4	15,0	10,1
	Nov	12,2	14,0	16,4	10,3	8,9	14,0	9,4
	Dez	10,9	12,1	15,7	10,4	8,6	11,8	7,9
2004	Jan	11,7	12,8	16,2	12,3	8,9	12,9	7,6
	Fev	12,0	12,7	17,1	11,9	8,6	13,6	8,5

Fonte: IBGE- maio de 2004

A Pesquisa de Orçamentos Familiares, publicada pelo IBGE, em maio de 2004, mostra como o consumo alimentar está fortemente relacionado com a renda domiciliar. A região metropolitana de São Paulo apresenta um índice de 14,78% dos domicílios em que a alimentação raramente é do tipo preferido e em 11,65% dos domicílios os alimentos estão normalmente em quantidade insuficiente. Os gráficos 1 e 2 ilustram o resultado desta pesquisa.

Gráfico 1 - Avaliação do Tipo de alimento consumido por grau de satisfação, referente à região metropolitana de São Paulo

Fonte: IBGE : Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – publicado em maio de 2004

Gráfico 2 – Avaliação da quantidade consumida por classes de rendimento, referente à região metropolitana de São Paulo

Fonte: IBGE : Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – publicado em maio de 2004

Para cerca de 93% dos domicílios da região metropolitana de São Paulo, o motivo do não consumo do tipo preferido de alimentos é decorrente da limitação da renda, conforme visualizamos no gráfico 3:

Gráfico 3 – Motivo do não consumo de alimento em função da classe de rendimento domiciliar, referente à região metropolitana de São Paulo

Fonte: IBGE : Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – publicado em maio de 2004

Um outro dado interessante desta pesquisa diz respeito ao tipo de alimento consumido, na região metropolitana de São Paulo, de acordo com a classe de renda dos domicílios. Percebemos que refrigerante, pão, leite, carne bovina e de frango são mais consumidos pelas pessoas com rendimento familiar maior. Já o arroz, feijão, açúcar e farinhas (trigo, milho e mandioca) são consumidos pelas pessoas pertencentes às classes de rendimentos mais baixos. Isto mostra que os alimentos mais “nobres” estão mais presentes na mesa dos mais ricos, enquanto aqueles mais baratos são de acesso mais fácil, do ponto de vista econômico, para as camadas mais pobres da população. Felizmente o arroz e o feijão, que é uma mistura com uma qualidade nutricional elevada, está presente na mesa dos brasileiros. O gráfico 4 mostra pormenorizadamente estes dados.

Gráfico 4 Avaliação da quantidade de alimento consumido per capita por ano, em função da renda domiciliar, referente à região metropolitana de São Paulo

Fonte: IBGE : Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – publicado em maio de 2004

A ilustração 7 é uma adaptação de Johnsonn (1981), sobre como a economia voltada para a acumulação de capital pode influenciar na saúde das pessoas, devido à ideologia capitalista, que favorece a concentração cada vez maior da renda e faz com que a produção seja voltada para o mercado. Deste modo o consumo pode ser tanto exagerado como deficiente, seja de alimentos, seja de outros bens fundamentais como educação, água e esgoto e serviços de saúde.

Ilustração 7 – A economia voltada para a acumulação influenciando na saúde das pessoas.

Ante este quadro de desigualdade, o governo pode e deve elaborar políticas públicas no sentido de melhorar o padrão de distribuição de renda da população. Para entender melhor como o governo municipal implementa suas ações, veremos quais são as teorias relacionadas a este assunto. Deste modo, passaremos a analisar as principais correntes que tratam do poder público local.

2.2 Políticas Públicas

Com relação às teorias formuladas sobre a dinâmica das decisões das políticas públicas em nível municipal, temos três principais correntes de pensamento, divergentes entre si: a ‘teoria das elites’, o ‘pluralismo’ e o ‘enfoque marxista’ presente em diversos estudos urbanos recentes. Posteriormente, numa contraposição a estas três correntes, surgiu a teoria ‘neo-institucionalista’, destacando o papel das burocracias e das instituições na dinâmica da definição das políticas públicas.

A teoria das elites surgiu com Floyd Hunter, em sua publicação de 1953 *Community Power Structure – A study of policy makers*³.

“Para ele, a estrutura de poder local seria composta por uma pirâmide das decisões de política pública, tendo no seu topo uma elite composta principalmente (mas não apenas) por empresários de sucesso e lideranças políticas de destaque. Essa pirâmide, por sua vez, seria composta por indivíduos localizados no topo de pirâmides de poder “temáticas” relativas a instituições e associações. O estudo cita quatro tipos de instituições (econômicas, governamentais, religiosas e educacionais), assim como três tipos de associações (profissionais, cívicas e culturais). As pirâmides das instituições religiosas e educacionais, assim como das associações cívicas e culturais, veiculariam influência apenas em assuntos de política muito específicos, sendo a maior parte dos processos de decisão definidos sob a influência das instituições econômicas e governamentais e da associação de profissionais.” (MARQUES, 2003:26-27).

Ainda dentro da corrente elitista, outro autor de destacada importância é Domhoff, em seu livro *Who rules America now?*⁴, publicado em 1979. O autor inicia seu trabalho questionando como um país pode ser dominado por uma elite se ele é livre e democrático, e nele existem os *lobbies*⁵, uma constituição soberana e em que, aparentemente, há evidências generalizadas da mobilidade social. O próprio autor responde que a elite governa ocupando os

³ *Estrutura do Poder Local – Um estudo sobre os tomadores de decisão política* - Tradução livre do título por parte da autora.

⁴ *Quem Manda na América, Agora?* - Tradução livre do título por parte da autora.

⁵ Aqui, ‘lobby’ é entendido como algo positivo pelo autor.

postos de destaque na economia e no governo. Sua base estaria nos bancos e grandes corporações que jogariam um papel relevante na moldagem social de políticas por meio de uma variedade de organizações e métodos. Na realidade, seriam os líderes desta elite que ocupariam os postos-chaves de tais organizações e nas esferas governamentais, de tal modo que a própria elite teria uma parcela que lutaria pelos interesses do grupo. Por outro lado, o autor rebate as críticas feitas pelos pluralistas, que veremos a seguir, e reforça o caráter democrático, no qual há mobilidade social e as mudanças são incorporadas ao longo do tempo. Este sistema seria aberto, não fechado. Para os elitistas o interesse público se confundiria com os interesses da elite.

A principal dificuldade de concordarmos com esta teoria é que ela não explicaria a incorporação de novos atores sociais e políticos, que podemos verificar ao longo do tempo assumindo cargos nos executivos municipais, além de não dar importância ao papel que exerce a máquina pública durante a alternância do poder. Estes novos atores sofreriam um processo anterior de “elitização” antes de alcançar o poder? Esta hipótese não parece ser muito correta. Também não é confortável a idéia de uma elite se impondo sobre os demais ao longo dos anos. Se assim fosse, não existiriam processos de ruptura. Isto não só não ocorre, como parece existir um certo temor por parte da elite com relação ao cidadão “comum”, inclusive por saber de seu poder, ao menos numérico.

A segunda teoria que busca entender como o poder público local toma suas decisões e as transforma em políticas públicas é o pluralismo, defendido por Dahl, em sua publicação *Who governs? Democracy and Power in an American City*⁶, publicado em 1961. Este autor faz a seguinte indagação:

“Em um sistema político onde quase todos os adultos votam, mas o conhecimento, a riqueza, a posição social, o acesso aos ocupantes de cargos públicos e outros recursos são desigualmente distribuídos, quem realmente governa?”.

Pela visão pluralista, quem governa são os partidos políticos, que disputam o poder por meio de processos eleitorais. Estes, por sua vez, são

formados por grupos de interesses. Então a unidade básica do governo são os grupos de interesse, que transpassam mais de um partido político. Deste modo, a “bancada dos empreiteiros” na Câmara Municipal de Vereadores, por exemplo, seria um grupo de interesse, podendo seus membros estar filiados a diferentes partidos políticos. O conjunto destes grupos temáticos constituiria um pluralismo de interesses, em que cada debate é realizado numa esfera específica e deste modo não haveria estabilidade política ao longo do tempo, pois a condução da política pública seria o resultado das disputas entre os diversos grupos.

A essência da teoria pluralista sobre o poder é que as fontes de poder estão amplamente distribuídas entre os diferentes grupos. Seu argumento é de que nenhum grupo é dominante e cada um deles é capaz de exercer alguma influência. O poder estaria dividido entre grupos oficiais das agências governamentais e de interesses externos, que exerceriam pressão sobre estes agentes (HAM, 1985).

Dahl (1961) elaborou sua teoria a partir de um estudo realizado em uma pequena cidade norte-americana, denominada New Haven. Ele verificou a existência de certas características presentes ao longo do tempo:

- ✓ eleição por sufrágio universal;
- ✓ participação elevada dos eleitores;
- ✓ competição forte entre os partidos (no caso, dois);
- ✓ oportunidade para discordar da condução das políticas e de criticar o governo;
- ✓ liberdade de imprensa; e
- ✓ freqüente alternância de poder entre os dois partidos.

Com relação ao nosso foco de estudo, o Banco de Alimentos municipal, percebemos algumas interfaces com esta teoria, porém sem concordar com ela totalmente. As afinidades mais evidentes são as características da pequena New Haven elencadas logo acima que são bastante semelhantes com as características da cidade de São Paulo.

Um outro aspecto que percebemos ao relacionarmos esta teoria pluralista com os aspectos envolvendo a construção de uma política de segurança alimentar, diz respeito às disputas e interesses temáticos por

⁶ *Quem Governa? Democracia e Poder numa Cidade Americana* - Tradução livre por parte da autora.

setores ou segmentos da sociedade, que ocorrem em esferas públicas (por exemplo em Conferências e Fóruns locais) ou privadas (conversas informais, jantares). Existem interesses de grupos na questão da Segurança Alimentar? Quais seriam? Os doadores do Banco de Alimentos tem algum interesse em transformar a política pública? E a Associação Y do Bairro Z pode transformar em ganho eleitoral para o vereador W ou X, as benemerências recebidas e repassadas à população daquela região? Os interesses, tanto na segurança quanto na insegurança alimentar da população, são inúmeros. Tanto os produtores rurais, como as indústrias produtoras ou processadoras de organismos geneticamente modificados ilustram alguns interesses específicos com relação a este tema.

Porém tanto a teoria elitista como a pluralista desconsideram o papel da máquina pública. A este respeito, Marques (2003) afirma que, em ambas as teorias, o estado é visto como uma página em branco a ser preenchida ao final da disputa entre os grupos políticos de interesses, ignorando totalmente a máquina pública, o papel da burocracia nas decisões políticas e o alinhamento ideológico com os governantes que está presente em alguns gestores dentro desta máquina.

A terceira contribuição teórica vem de diversos estudos urbanos, sobretudo daqueles de recorte marxista, em contraposição às duas teorias anteriores. Cabe ressaltar que no Brasil os principais estudos sobre as cidades são de cunho sociológico, geográfico e de políticas urbanas. Identifica-se a matriz destes estudos urbanos na França dos anos 1960 e 1970 e em outras publicações de língua inglesa, que estudam de forma crítica a questão geográfica na distribuição do poder. Algumas referências são A expolição urbana (KOLWARICK, 1979), La question urbaine (CASTELLS, 1972) - que associa as ações dos movimentos sociais aos baixos patamares de consumo, e portanto não se trata de uma luta política ou de classe - e O Estado capitalista e a questão urbana (LOJIKINE, 1981), em que a cidade não é considerada o espaço de consumo, mas das condições gerais da produção. Posteriormente, em 1978⁷, Castells reformula sua teoria elevando o papel dos

⁷ Cidade, Democracia e Socialismo, publicado originalmente em 1978

movimentos sociais, de meros mecanismos de insurreição contra os baixos níveis de consumo para produtores de uma nova hegemonia, que buscaria o socialismo pela via democrática. Aqui percebemos a aproximação de Castells com Eder Sader, em sua análise sobre os novos atores sociais dos anos 1970 e 1980.

Outro ponto importante que vale ser destacado é que os estudos urbanos produziram análises sobre a questão da exclusão e da vulnerabilidade social, estabelecendo uma outra interface entre nossa dissertação e tais estudos. O Mapa da Vulnerabilidade Social, fruto destes estudos, é utilizado como o principal “instrumento”⁸ para verificação da relação entre a demanda do Banco de Alimentos e a exclusão social. Trata-se de um estudo detalhado da vulnerabilidade social na cidade de São Paulo, que foi elaborado a partir do Censo Demográfico (IBGE, 2000).

Pela visão marxista inerente a estes estudos, a sociedade de classes seria um palco de conflitos em que os interesses de uma delas seriam diametralmente oposto aos da outra. Assim, os interesses dos capitalistas seriam diferentes dos interesses dos trabalhadores.

O Banco de Alimentos, neste aspecto, é um enorme contraste: ao mesmo tempo em que sua demanda é feita pelos excluídos, os maiores doadores são grandes varejistas e do ramo de supermercados⁹. Fica claro que o interesse de cada um é distinto do outro, mesmo que estes interesses divergentes deságüem no mesmo “rio”: o Banco de Alimentos e a doação institucional de alimentos.

Uma última corrente que surgiu para explicar a tomada de decisão e a implementação de políticas públicas no âmbito local, e que se propôs a contrapor as três teorias anteriores, foi a dos neo-institucionalistas, que surgiu a partir do final dos anos 1970. Para estes, existem dois atores principais: os atores estatais e o papel de enquadramento das instituições políticas. A principal referência teórica vem do livro *Bringing the State back in - strategies of*

⁸ O Mapa da Vulnerabilidade Social e do Déficit de Atenção

⁹ Informações obtidas no Banco de Alimentos do município de São Paulo

*analysis in current research*¹⁰ (SKOCPOLS, 1985). Segundo o autor, o Estado e suas organizações não seriam subordináveis aos interesses de grupos e agentes localizados na sociedade, eles teriam interesses próprios e diversos de quaisquer outros agentes (SKOCKPOLLS *in* MARQUES; 2003: 41). Esta premissa ressalta o papel da máquina burocrática na produção de políticas públicas e diz que a sociedade se moldaria de acordo com as instituições públicas.

Se fôssemos basear nossa análise a partir desta ótica, diríamos que o fato do Banco de Alimentos doar para pessoas jurídicas, e não para pessoas físicas, por si só justificaria a criação de instituições na sociedade, que se moldaria de modo a se adaptar à máquina estatal. Não concordamos com esta teoria pois, entre outros argumentos, acreditamos na importância da pressão que os grupos de interesses exercem.

Apesar de visões tão distintas e incompatíveis entre si, de como o poder local se traduz em políticas públicas, buscaremos alguns elementos particulares de cada uma delas que se articulem com nosso objeto de estudo para a construção de um instrumental analítico capaz de compor a integridade da teia social que gerou, na virada do milênio, no Brasil, as condições para a instalação de bancos de alimentos país afora.

2.3 Conceituando Fome e Desnutrição

O conceito de fome explicitado por Josué de Castro tem um sentido coletivo, ou seja, ela não pode ser objeto de uma análise individual.

“Consideramos áreas de fome aquelas em que, pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide sobre a população. As áreas culturais, sob quaisquer aspectos em que sejam encaradas, só poderão ser classificadas à base da verificação dos traços predominantes que lhes dão expressão típica, e não de seus traços excepcionais, por mais gritantes que eles se apresentem, em sua categoria de exceção. Para que uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências alimentares que aí se

¹⁰ *Trazendo o Estado de volta à cena – estratégias de análise em pesquisas atuais* – Tradução livre por parte da autora.

manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico.” (CASTRO, J., 6ª ed.; 1959:43-44)

Neste aspecto, em São Paulo, apesar de não ser considerada uma cidade onde a fome prevalece, existem muitas pessoas em situação de insegurança alimentar (este termo será definido no próximo item). De acordo com o Mapa da Vulnerabilidade Social, trabalho realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM), a cidade abriga quatrocentos mil “superpobres”¹¹, que equivale a oitenta e três vezes o número de habitantes na cidade de Guaribas, no estado do Piauí, onde o programa Fome Zero iniciou seu projeto piloto. Estes quatrocentos mil “superpobres” representam 3,8 % da população paulistana que vive em situação de altíssima privação social. Porém, o município abriga ainda quase um terço de seus moradores em situação de alta vulnerabilidade social.

Para uma boa dieta alimentar, as pessoas precisam ingerir os alimentos as calorias necessárias para suprir seu gasto energético. Estas calorias, por sua vez, não podem vir de modo desequilibrado, isto é, existe uma proporção de macronutrientes (proteínas, carboidratos e lipídios), que deve ser respeitada para o bom funcionamento do organismo. Estas proporções variam de acordo com a atividade física da pessoa. Os macronutrientes, por sua vez, devem ser acompanhados de micronutrientes, como as vitaminas essenciais e os sais minerais. No avanço do estudo da nutrição, pesquisadores têm apontado a necessidade de se ingerir fibras, pre-bióticos, probióticos e alimentos funcionais, que seriam benéficos na prevenção de uma série de doenças, como a constipação intestinal, alguns tipos de câncer do trato gastro-intestinal, diabetes e outras. (FARFAN, 2001)

A desnutrição pode causar gravíssimos problemas. Entre as manifestações mais graves que podem influenciar organismo humano de maneira irreversível tem-se problemas nas diferenciações das funções, no desenvolvimento, na maturação fisiológica e no funcionamento do sistema nervoso central. Quanto mais cedo a desnutrição se instalar, mais graves serão as lesões, sobretudo quando ocorre no período entre o segundo trimestre de

getação e o segundo ano de vida, quando o sistema nervoso central se desenvolve com maior intensidade. (VALENTE, 2002).

O gráfico 5 ilustra a incidência da desnutrição infantil no Brasil.

Gráfico 5 - Distribuição da desnutrição por região brasileira

A carência prolongada de um determinado micronutriente acarreta a chamada “fome oculta”, cujos efeitos visíveis podem surgir a longo prazo. A desnutrição tem como consequências o cansaço, desânimo, apatia, diminuição da atividade física, alterações no humor e diminuição da capacidade imunológica do organismo. A anemia, por exemplo, causada pela carência de ferro, é uma doença que atinge altos índices na população, em todas as faixas de renda.

Como foi dito anteriormente, há uma forte relação entre a renda familiar e o consumo alimentar. Deste modo, a pobreza afeta sobretudo o grau de desnutrição, sendo sua intensidade maior do que a da fome, conforme a ilustração 8 a seguir, que demonstra também que as desigualdades regionais precisam ser minimizadas numa política de segurança alimentar:

¹¹ Termo cunhado pelo jornalista Edney Cielici Dias, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, no caderno Cotidiano, página C1, em 23/02/04.

Ilustração 8 – relação entre a pobreza, a desnutrição e a fome conforme as regiões no Brasil. – Fonte: Iunes

A fome e a desnutrição, entretanto, não são os únicos problemas relacionados à alimentação. Estamos assistindo a um aumento significativo do número de pessoas com sobrepeso e obesidade, inclusive atingindo as camadas pobres da população, principalmente mulheres de baixa renda, e crianças em idade escolar. Em uma pesquisa realizada nas regiões Norte e Sul do País, esse quadro epidemiológico é confirmado com a prevalência de 4% de sobrepeso em crianças de 1 a 4 anos (MONTEIRO *et al*, 1996).

O problema da obesidade é menor entre os mais ricos, devido ao acesso à informação que leva a hábitos alimentares melhores e à prática de atividades físicas regulares. Por outro lado, a obesidade causada por problemas hormonais corresponde a menos de 10% dos casos. O gráfico 6 abaixo mostra como a obesidade incide sobre a população adulta:

Gráfico 6 – O aumento da obesidade começa a ser refletido nas pesquisas.

O custo da deterioração de hábitos alimentares saudáveis é gigantesco. A má alimentação somada ao sedentarismo são as principais causas das chamadas Doenças Crônicas Não Transmissíveis como o diabetes, a hipercolesterolemia, a hipertensão e doenças cardio-vasculares (como o infarto e o derrame). As doenças cardiovasculares são responsáveis por 34 % de todos os óbitos no Brasil. Além da interrupção precoce da vida, que tem suas implicações emocionais, afetivas e econômicas, o elevado custo em internações hospitalares tem um peso a mais sobre a sociedade, que em conjunto paga a conta por meio do financiamento do sistema público de saúde. (Ministério da Saúde, 2004)

Mais recentemente, fome e desnutrição estão dando lugar a um novo conceito mais amplo, conforme iremos ver logo a seguir.

2.4 Evolução histórica e o Conceito de Segurança Alimentar

*O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que consta no documento produzido pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda (PE), em março de 2004, coloca **Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.***

No século passado Josué de Castro¹² foi um protagonista brasileiro da história. Ao escrever em 1946 o livro “Geografia da Fome”, trouxe a um novo patamar o tema da fome no Brasil. Muita coisa aconteceu desde então até chegarmos ao Fome Zero¹³.

Segurança alimentar é um conceito mais amplo do que apenas fome ou desnutrição, pois trata da alimentação como um direito, de modo integrado com a saúde e o respeito aos hábitos culturais.

“O ser humano precisa de muito mais do que uma ração básica nutricionalmente balanceada, que pode ser válida para gado de corte, mas não para gente.” (VALENTE; 2002: 37-38).

A origem do conceito de Segurança Alimentar pode estar associada à Europa do início do século XX, ao conceito de segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis cercos, embargos ou boicotes. (VALENTE, 1996).

Com o final da segunda grande guerra, os países se uniram para a construção da ONU – Organização das Nações Unidas – que tinha por objetivo

¹² Médico, Geógrafo e Antropólogo, autor do clássico “Geografia da Fome”, de 1946 e de outros livros sobre a fome no Brasil e no mundo, teve influência na criação da FAO e nas lutas internacionais contra a fome. Foi exilado em 1964 por ser considerado subversivo pela ditadura militar onde morreu em 1973.

estabelecer novos patamares de relacionamento entre os estados membros, por meio de normas internacionais de conduta e assim tentar evitar novos genocídios. Dentro da estrutura das Nações Unidas, foi criada em 1945 a FAO – *Food and Agriculture Organization*, com o objetivo de unir esforços internacionais para combater a fome. A FAO é um fórum onde as nações debatem as políticas relacionadas à agricultura e à alimentação, e também uma fonte de conhecimento e informação sobre o assunto. Desde o início tem dado especial atenção aos países subdesenvolvidos, onde residem cerca de setenta por cento das pessoas pobres e famintas do mundo. Sua atuação se dá em quatro níveis: buscar informação; partilhar experiências; promover encontros; e levar o conhecimento ao campo¹⁴.

Os objetivos da FAO são de vital importância para a humanidade. Entretanto, suas ações podem ainda estar longe de alcançar um êxito global, já que a fome no mundo desde sua criação vem se agravando em alguns países, como observamos na ilustração 9.

Ilustração 9 - Privação de alimentos: alteração do número de pessoas subnutridas entre 1990-92 e 1997-99

¹³ O programa nacional para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, lançado pelo governo federal no início de 2003.

Em 1953, na VII Sessão da Conferência da FAO, associava-se a fome dos países à baixa produção de alimentos e, portanto, os excedentes alimentares eram considerados componentes de segurança alimentar. A revolução verde¹⁵, mostrou que a auto-suficiência na produção de alimentos é importante, mas não basta para combater a fome de um país.

A partir da crise de escassez econômica de 1972-74 e com a repercussão da Conferência Mundial de Alimentação (1974), o conceito passa a ser utilizado de modo mais intenso mundo afora. A Segurança Alimentar se afastava do foco original fundado nos direitos humanos e ganhava uma visão produtivista, isto é, uma “ênfase na comida, não no ser humano” (VALENTE; 2002: 41). Com a superação da crise, a partir da década de 1980, reforça-se a idéia de que o problema da fome estava muito mais associada ao acesso (demanda) do que à oferta de alimentos.

Em 1992 a FAO consolida outros componentes no conceito de segurança alimentar, relativos à qualidade dos alimentos: qualidade nutricional, biológica, sanitária e cultural. Tais componentes foram consolidados na Conferência Internacional de Nutrição, promovida em parceria entre a FAO e a OMS. Cabe perceber que a FAO foi criada no contexto da chamada *guerra fria*, mas o que chama a atenção é que somente após a queda do regime comunista no leste europeu, em 1991, é que ela adotou novos componentes de segurança alimentar. Durante este período da *guerra fria*, o foco da questão foi basicamente a produtividade dos países (a revolução verde).

Em 1994 ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Neste mesmo ano, uma comissão tripartite formada pela Sociedade Civil, pelo governo brasileiro e pela iniciativa privada, elaborou um documento que foi entregue em 1996 à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma. Aquele documento expressa Segurança Alimentar da seguinte maneira:

“Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em

¹⁴ Dados obtidos da página da FAO na internet, acessada em 13 de abril de 2004 – www.fao.org.

práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa”.

No âmbito internacional, em setembro de 1997 foi redigido o Código Internacional de Conduta sobre o Direito à Alimentação Adequada, sob a coordenação de três organizações internacionais da sociedade civil: Fian International (FoodFirst Information and Action Network), Wanarhr (Word Alliance for Nutrition and Human Rights) e Institute Jacques Maritain International (VALENTE, 2002).

Segundo Flávio Valente (2002), ao faminto é negado o direito a um corpo saudável, a uma vida plena, o direito de refazer sua própria história e a de uma sociedade. Também lhe é negado o prazer de comer, de compartilhar a mesa. Este autor não dissocia o analfabeto do faminto “são as mesmas pessoas” (idem: 29) em que o acesso à riqueza cultural e científica lhe é negado.

A inversão do foco do alimento para o ser humano é um salto teórico e epistemológico importantíssimo, pois o direito só existe no momento em que se reconhece a pessoa enquanto sujeito de direito.

Avançando na formulação sobre Segurança Alimentar, surge a noção de “Soberania Alimentar”, como uma resposta dos movimentos sociais à perda da capacidade dos países elaborarem e promoverem políticas públicas eficazes de Segurança Alimentar e Nutricional para seus povos, no contexto da globalização econômica. (MENEZES, *in* VALENTE; 2002: 116). Este conceito surgiu em 1996, no Fórum Nacional sobre Soberania Alimentar, no México, que denunciou o efeito perverso do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) sobre a agricultura daquele país, onde a produção de milho, por exemplo, caiu em 40% nos primeiros anos.

Segundo a Via Campesina¹⁶, Soberania Alimentar é “o direito de cada nação manter o desenvolvimento de sua própria capacidade para produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural”.

¹⁵ Processo de produção agrícola intensiva, mecanizada, em grandes propriedades, introduzido na segunda metade do século XX. Este processo permitiu aumentar a produtividade de diversos tipos de alimentos e países anteriormente importadores, passaram a exportadores de determinados grãos.

¹⁶ Organização Internacional de pequenos produtores rurais, formalmente constituída em 1993, na Bélgica.

Em 2001, ocorreu o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, na cidade de Havana, em Cuba¹⁷, com o objetivo de analisar a perda de soberania sobre os recursos alimentares dos países do terceiro mundo. Este Fórum definiu que

“a soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.”

Suas principais diretrizes apresentadas foram:

- ❖ A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos e reconhece os pequenos agricultores e comunidades pesqueiras;
- ❖ implica em reforma agrária integral;
- ❖ reconhece o direito à alimentação dos povos;
- ❖ rechaça ingerências econômicas nas políticas para segurança alimentar;
- ❖ implica que os recursos genéticos pertencem a toda a humanidade, devendo ser proibida a biopirataria e as patentes sobre seres vivos, incluindo o desenvolvimento de variedades estéreis mediante processos de engenharia genética.

O debate sobre soberania alimentar e segurança alimentar ganhou novos rumos com o avanço da tecnologia e a criação dos alimentos modificados geneticamente (os transgênicos). Em reunião de 17 de maio de 2004, a FAO adotou um novo elemento que, segundo sua visão, minimizaria a fome nos países do terceiro mundo: a ampla utilização de produtos geneticamente modificados (FAO, 2004). Sua nova proposta é muito próxima, do ponto de vista ideológico, daquela do período da *guerra fria*. Desta vez, porém, não mais estimulando o uso intensificado de agro-químicos em extensas monoculturas, como pregava a *revolução verde*, mas sim o uso de “transgênicos”, uma tecnologia que os países pobres ainda não dominam, não

¹⁷ Fonte: Projeto Fome Zero.

detêm as patentes e não desenvolveram para seus respectivos interesses. Segundo o relatório emitido pela FAO:

“A biotecnologia traz grandes promessas na agricultura para os países em desenvolvimento, mas até agora somente produtores rurais em alguns países em desenvolvimento estão se beneficiando com isto.

Culturas de alimentos básicos para os pobres, como a cassava, batata, arroz e trigo receberam pouca atenção dos cientistas.

‘Nenhum setor público ou privado investiu significativamente em novas tecnologias genéticas para os chamados “órfãos de culturas” críticas para o abastecimento e sobrevivência de pessoas pobres do mundo’, disse o diretor geral da FAO, Dr. Jacques Diouf. “Outras barreiras que previnem os pobres de acessar integralmente os benefícios da biotecnologia moderna incluem os inadequados processos reguladores, saídas complexas para a propriedade intelectual, funcionamento empobrecido dos mercados e dos sistemas de entrega das sementes, e fraca capacidade das plantas domésticas.” ele completou.

A agricultura terá que sustentar um aumento de 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos. O desafio é desenvolver tecnologias que combinem os diversos objetivos: aumentar a produção e reduzir os custos, proteger o meio-ambiente, direcionar o consumidores para a segurança dos alimentos e a qualidade, aumentar a segurança alimentar nas áreas rurais.

As pesquisas em agricultura podem tirar os países pobres da pobreza, pela oferta de gêneros alimentícios e redução dos preços.” (www.fao.org; 21/04/2004)

Percebe-se, portanto, que a evolução dos conceitos teóricos não é isenta de sua contextualização histórica¹⁸. É muito duvidosa a afirmação de que a fome do mundo será resolvida com a disseminação dos organismos geneticamente modificados. Além disto, é uma contradição entre o relatório anterior da FAO defendendo os hábitos alimentares próprios das culturas de cada povo e poucos anos depois o uso de alimentos transgênicos.

2.5 A evolução do Conceito de Segurança Alimentar no Brasil

O conceito de Segurança Alimentar no Brasil percorreu um longo caminho. As primeiras sistematizações importantes sobre o tema foram elaboradas por Josué de Castro logo após o final da segunda guerra.

Durante o regime militar (1964-1989), um dos poucos instrumentos de canalização das demandas populares por melhores condições de vida se dava por meio da Igreja Católica. Em 1968 foi iniciado um movimento das Comunidades Eclesiais de Base, que teve forte influência da Teologia da Libertação e, em 1971, foi iniciado o movimento das pastorais periféricas urbanas em São Paulo, com Dom Paulo Evaristo Arns¹⁹ à frente. Estes movimentos tiveram forte influência na organização popular e na mobilização nas décadas de 1970 e 1980. (GOHN, 1995).

Em 1972 foi criado o Movimento do Custo de Vida, um dos principais movimentos populares da década, ligado à ala progressista²⁰ da Igreja Católica. Este movimento, em 1975, resolveu fazer um abaixo-assinado nacional que contou com mais de um milhão de assinaturas, para que o governo federal congelasse os valores dos gêneros alimentícios. A comissão que foi levar esta demanda ao presidente do Brasil, Ernesto Geisel, foi cercada pela polícia e impedida de levar adiante a proposta.

Este movimento foi se politizando e se partidarizando e, em 1979, abrigou vários membros do PC do B. A partir de então, passou a ser conhecido como Movimento de Luta Contra a Carestia, cujo primeiro Congresso ocorreu um ano depois, em Belo Horizonte. Também em 1979 se constituíram as Comissões Pastorais da Terra, que cinco anos depois dariam início ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fortemente ligado à Igreja Católica. Ele surgiu no campo, em Santa Catarina, e tem por principal bandeira a luta pela reforma agrária.

Os anos 1970 e 1980 foram palco para o surgimento de diversos movimentos de lutas sociais: por moradia, creche, saúde, além de um novo tipo de sindicalismo, desvinculado da relação e tutela estatal que existia nos sindicatos desde Getúlio Vargas. Estes atores são conhecidos como “novos movimentos sociais” (SADER, 1988).

¹⁸ Por este motivo não fizemos a opção de escrever nesta dissertação um quadro teórico e outro capítulo com a evolução histórica dos fatos.

¹⁹ Arcebispo Metropolitano de São Paulo de 01/11/1970 a 22/5/1998; Cardeal desde 1973, defensor dos direitos humanos.

²⁰ Ligada à Teologia da Libertação.

A VIII Conferência Nacional de Saúde retomou a proposta de criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Em decorrência, em 1986 ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição.

Nesta época, do final da década de 1980, e durante a década de 1990, o Brasil viveu o que a professora Evelina Dagnino²¹ denomina “confluência perversa”. Ao mesmo tempo em que o país vivia um processo de redemocratização interna, o cenário internacional acenava com uma nova orientação política e econômica para os países: o neoliberalismo, “vindo de fora para dentro”, e rapidamente adotada pelo então presidente brasileiro Fernando Collor de Mello²² (que trocou nossas “carroças” por BMWs) e posteriormente seguido por seus sucessores. Ambos os projetos, o primeiro de democratização, ampliação e fortalecimento das políticas públicas no campo social e o segundo, neoliberal, estavam em campos opostos:

“A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Essa confluência perversa faz com que a participação se dê hoje em um terreno minado, onde o que está em jogo é o avanço ou recuo de cada um desses projetos.” (DAGNINO, 2002: 289)

A crise fiscal do Estado e a pressão internacional para a abertura do mercado forçaram o governo a cortar os investimentos na área social. Os brasileiros que começavam a exercer novamente seus direitos políticos tinham enormes necessidades no que diz respeito aos direitos sociais, ao mesmo tempo em que o Estado se tornava mínimo, sem possibilidade de dar conta das necessidades mais elementares, como ampliar o saneamento básico para toda a população, dar condições de moradia, ampliar e melhorar os serviços de saúde e educação. A necessidade social, que já era imensa, foi crescendo à medida em que a concorrência externa e a introdução de novas tecnologias diminuíram o emprego formal, ao mesmo tempo em que aumentavam os

²¹ Professora do Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp.

índices de desemprego e se desestrutavam alguns setores da economia, acostumados com uma reserva de mercado que lhes dava segurança para vender seus produtos.

Com a retomada plena da democracia no início dos anos 1990 e a decepção popular com o primeiro governo civil eleito para a presidência da república, o Partido dos Trabalhadores, que saiu derrotado naquela eleição, criou em 1991 um movimento conhecido por “governo paralelo” que elaborou uma proposta de política nacional de segurança alimentar. O “governo paralelo” participou do Movimento Pela Ética na Política, que lutou pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, e do movimento de luta contra a miséria, contra a fome e pela vida, encabeçado pelo sociólogo Betinho²³. Este último passou a ser conhecido por Ação da Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. O movimento teve enorme repercussão e adesão e em todo o país foram formados comitês que se organizaram para a coleta e redistribuição de roupas e alimentos. Foram criados mais de três mil comitês. Em 1995 a Ação da Cidadania decidiu centrar sua ação na campanha “Natal sem Fome”. Este movimento hoje é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Sobre este tipo de organização falaremos mais adiante.

A proposta de uma Política de Segurança Alimentar elaborada pelo “governo paralelo” foi acolhida pelo presidente Itamar Franco, em 1993. Deste modo, uma de suas ações importantes foi a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Consea, integrado por oito ministros e vinte e um conselheiros da sociedade civil. O governo Itamar Franco era extremamente frágil: após anos de ditadura militar, o primeiro presidente civil eleito, Fernando

²² Primeiro presidente eleito, em 1989, por sufrágio universal, após a ditadura militar que vigorou de 1964 a 1984. Foi impedido em 1992 pelo Congresso Nacional e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

²³ Herbert José de Souza, o Betinho, foi sociólogo, atuante na vida pública desde os tempos de liderança na Juventude Católica, exilou-se no Chile durante o regime militar e, depois do golpe chileno por Pinochet, fugiu para o Panamá, Canadá e México. Foi consultor da FAO sobre projetos e migrações na América Latina, e professor universitário de pós-graduação no México. Foi um árduo defensor da Anistia no Brasil e em 1981 fundou o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Em 1983 participou efetivamente da articulação da campanha pela Reforma Agrária. Em 1992 assumiu a liderança pelo Movimento Pela Ética na Política e em 1993 encabeçou a campanha da luta Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Faleceu em 1997, decorrente de infecção do vírus HIV, contraída em transfusão de sangue, devido à hemofilia que atingiu também seu irmão, o cartunista Henfil.

Collor de Mello, havia sido “defenestrado” na metade do mandato, e Itamar Franco assumia a presidência necessitando de um forte apoio popular. Esta conjuntura permitiu um avanço no campo teórico e na proposição de políticas públicas. Neste cenário ocorreu, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que reuniu cerca de três mil delegados de todo o país e discutiu questões relativas à construção de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, sendo traçadas algumas diretrizes e eixos prioritários:

- Redução do custo dos alimentos no orçamento familiar;
- Garantia de saúde e alimentação para segmentos específicos da população; e
- Garantia da qualidade e segurança biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos.

A partir desta Conferência foi construído o conceito brasileiro de Segurança Alimentar, que foi logo em seguida adotado pela Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, no ano de 1996.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República, em 1995, extinguiu o Consea e criou o Conselho do Comunidade Solidária, presidido pela primeira dama, a antropóloga Ruth Cardoso.

Com a eleição de Luiz Ignácio Lula da Silva para a presidência da república, em 2002, candidato pelo Partido dos Trabalhadores, uma de suas primeiras ações de governo foi a reinstalação do Consea e a divulgação do “Fome Zero”, um projeto para a construção de uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Vale lembrar que juntamente com este novo governo, muitas das pessoas que compunham o “governo paralelo” agora assumiam cargos e funções no “governo oficial”, justificando a rapidez e a clareza com que colocaram a questão.

A retomada do Consea e a ampla aceitação do programa Fome Zero por parte da população, fez com que surgissem inúmeros Conselhos Municipais e Estaduais de Segurança Alimentar país afora. Ao longo do ano de 2003 foram realizadas conferências por todo o Brasil, que culminou com a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional durante os dias 17 a 20 de

março de 2004, em Olinda (PE), onde participaram mais de mil e quinhentas pessoas.

Os debates realizados durante esta Conferência reafirmaram princípios que devem estar associados à segurança alimentar e nutricional e contemplados nas ações e políticas públicas voltadas para promovê-la²⁴. São eles:

- a) Adotar a ótica da promoção do direito humano à alimentação saudável, colocando a Segurança Alimentar e Nutricional como objetivo estratégico e permanente associado à soberania alimentar.
- b) Assegurar o acesso universal e permanente a alimentos de qualidade, prioritariamente, por meio da geração de trabalho e renda e contemplando ações educativas.
- c) Buscar a transversalidade das ações por intermédio de planos articulados intersetorialmente e com participação social.
- d) Respeitar a equidade de gênero e étnica, reconhecendo a diversidade e valorizando as culturas alimentares.
- e) Promover a agricultura familiar baseada na agroecologia, em conexão com o uso sustentável dos recursos naturais e com a proteção do meio ambiente.
- f) Reconhecer a água como alimento essencial e patrimônio público.

Um novo componente acabou ganhando relativo destaque no conceito de Segurança Alimentar: a autosustentabilidade da utilização dos recursos naturais e a preservação do meio-ambiente.

O conceito de Segurança Alimentar é controverso, na medida em que não entra no mérito da forma como o acesso aos alimentos é obtida. Deste modo, Peter Rosset²⁵, questiona:

“Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devam ter a certeza de contar com alimento suficiente a cada dia. Mas o conceito não diz nada em relação à procedência do alimento ou à forma como é produzido. Assim, Washington pode argumentar que a importação de alimentos baratos a partir dos Estados Unidos é um modo

²⁴ Informações obtidas pela participação da autora na referida Conferência e pelo relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

²⁵ Pós-Graduado em Agroecologia, co-diretor da ONG Food First.

excelente de que os países pobres dispõem para alcançar a segurança alimentar, melhor do que se os próprios países pobres o produzissem. Mas a importação maciça de alimentos subsidiados abala os agricultores locais, obrigando-os a abandonar suas terras. Eles engrossam as fileiras dos famintos, já que sua segurança alimentar fica em mãos do mercado quando migram para bairros urbanos pobres, onde não podem achar um emprego assalariado que lhes permita viver bem.” (Jornal Brasil de Fato, Nº 62, 2004: 14)

A forma como a Segurança Alimentar será alcançada ainda é uma incógnita. O programa Fome Zero é uma proposta que visa garantir este acesso.

2.6 Política de Segurança Alimentar e Banco de Alimentos

No âmbito das políticas públicas, ainda que medidas emergenciais devam ser implantadas visando a garantia de acesso ao alimento para a população em situação mais vulnerável, uma política de Segurança Alimentar e Nutricional deve abranger toda a cadeia produtiva, não ficar focalizada ou restrita a apenas algum segmento específico.

Para se alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional é preciso simultaneamente sua inclusão nas políticas públicas e a incorporação da noção de cidadania alimentar pela sociedade. O tema deve estar presente em todos os estados, municípios e deve ser incorporado pela sociedade.

O direito humano à alimentação começa pelos nutrientes oferecidos pelo ventre da mãe, passa pelo aleitamento materno e segue pela vida toda na satisfação diária do corpo contra a fome, ou seja, garantindo o alimento todos os dias a cada um.

Um conjunto de programas e propostas desarticuladas que influenciam sobre uma mesma área não caracterizam uma Política Pública. Neste sentido, o governo federal, ao apresentar o projeto Fome Zero no início de 2003²⁶ para a sociedade, como um projeto prioritário de seu governo, inseriu a Segurança

²⁶ O Fome Zero foi apresentado pelo presidente eleito Luiz Ignácio Lula da Silva, que criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, que depois se transformou no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Alimentar na agenda política e social e colocou a discussão em um novo patamar, visto que o projeto é articulado e abrange toda a cadeia alimentar. Este projeto foi elaborado pelo do Instituto da Cidadania, que acumulou informações ao longo dos anos 1990. Ele parte de algumas premissas:

- ❖ A fome não tem diminuído no mundo;
- ❖ A fome não é causada pelo aumento da população nem pela falta de alimentos no mundo;
- ❖ Existe um mercado da fome no mundo;
- ❖ No Brasil, a pobreza e a fome não estão concentradas nas áreas rurais do Nordeste;
- ❖ As forças de mercado não resolvem o problema da fome.

Em seu capítulo três, o projeto Fome Zero faz uma avaliação dos programas existentes que têm impacto sobre a Segurança Alimentar e de como eles se articulam dentro do projeto como um todo. Abaixo relacionamos estes programas:

- ❖ PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador – voltado para trabalhadores do mercado formal, com carteira de trabalho assinada. Por meio deste programa as empresas recebem incentivos fiscais e isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida. Em 1999 este programa beneficiava cerca de oito milhões de trabalhadores;
- ❖ Programa de Combate às carências Alimentares e o Bolsa Saúde – voltado prioritariamente para crianças em risco nutricional entre seis e vinte e três meses, e seu principal parceiro é a Pastoral da Criança;
- ❖ Programa de distribuição Emergencial de Cestas Básicas – PRODEA – o programa se apoiava na utilização de estoques públicos de alimentos em risco de se deteriorar. Este programa foi extinto no final de 2000 pelo governo federal, pelo caráter assistencial do programa;
- ❖ Estoques de Alimentos de Segurança;

- ❖ Cupons de alimentação, cujo principal programa foi o “tíquete do leite”, criado em 1986 e que durou até 1991;
- ❖ O programa de Reforma Agrária é defendido pelo Fome Zero pela redistribuição de ativos, pela geração de renda para a família, pela produção do auto-consumo alimentar e pela dinamização da economia da região;
- ❖ Política de Apoio à Agricultura Familiar e de Subsistência;
- ❖ Apoio ao auto-consumo, isto é, ao consumo de alimentos produzidos por meios próprios;
- ❖ Política fiscal e tributação de alimentos básicos;
- ❖ Política de Renda-Mínima e Bolsa-Escola;
- ❖ A previdência social, cuja cobertura foi ampliada de 59,8% das pessoas acima de 60 anos em 1981 para 76,9% em 1999, ao levar a aposentadoria para o trabalhador rural;
- ❖ A descentralização das políticas de Segurança Alimentar:
 - Fóruns Estaduais de Segurança Alimentar;
 - Restaurantes-Populares;
 - Bancos de Alimentos;
 - Ação do poder público junto às redes de supermercados;
 - Incentivo à ação comunitária no combate à desnutrição e à mortalidade infantil;
 - Descentralização da merenda escolar.

Estes programas foram relacionados da seguinte maneira, conforme podemos visualizar no fluxograma abaixo (ilustração 10), de modo a que a política como um todo fosse realizada a partir da integração de ações em categorias diferentes:

Ilustração 10 – Fluxograma das políticas a serem implementadas pelo Fome Zero e suas relações

Os três níveis de ação determinados pelo projeto Fome Zero são²⁷: as **estruturantes** (geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar, reforma agrária), as **específicas** (como o cartão bolsa-família, cestas básicas emergenciais, estoques reguladores, incentivo ao aleitamento materno), e as **locais**, onde se incluem os Bancos de Alimentos. Para melhor percebermos o todo, reproduzimos a ilustração 11 a seguir:

²⁷ Extraído do programa Fome Zero, do Governo Federal, 2002.

Ilustração 11 - Esquema das Propostas do Projeto Fome Zero

POLÍTICAS ESTRUTURAIS

❖ Geração de Emprego e Renda	❖ Intensificação da Reforma Agrária
❖ Previdência Social Universal	
❖ Incentivo à Agricultura Familiar	❖ Bolsa Escola e Renda Mínima

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

❖ Programa Cupom de Alimentação	❖ Ampliação do PAT
❖ Doações de Cestas Básicas Emergenciais	❖ Combate à Desnutrição Infantil e Materna
❖ Manutenção de Estoques de Segurança	❖ Ampliação da Merenda Escolar
❖ Segurança e Qualidade dos Alimentos	❖ Educação para o Consumo e Educação Alimentar

POLÍTICAS LOCAIS

Áreas Rurais	Pequenas e Médias Cidades	Metrópoles
❖ Apoio à agricultura familiar	❖ Banco de alimentos	❖ Restaurantes populares
❖ Apoio à produção para auto-consumo	❖ Parceria com varejistas	❖ Banco de alimentos
	❖ Modernização dos equipamentos de abastecimento	❖ Parcerias com varejistas
	❖ Novo relacionamento com supermercados	❖ Modernização dos equipamentos de abastecimento
	❖ Agribultura Urbana	❖ Novo relacionamento com as redes de supermercados

Podemos observar que o Banco de Alimentos está inserido dentro das ações locais voltadas para as pequenas e médias cidades e metrópoles. Como o grupo político que assumiu o governo já tinha esta proposta elaborada desde 1993, alguns Bancos de Alimentos são anteriores ao projeto Fome Zero, à medida em que as prefeituras municipais foram sendo governadas por prefeitos “petistas”²⁸.

A proposta de implementação de Banco de Alimentos surgiu nos Estados Unidos em 1967. Seu princípio é que o excedente da produção de alimentos serviria para alimentar pessoas em situação de insegurança alimentar. Desde então, nos Estados Unidos, existem mais de 190 Bancos de Alimentos, no leste europeu já são mais de 140, e estão se espalhando mundo afora. Por uma questão operacional²⁹, a maioria trabalha com organizações sem fins lucrativos para redistribuir os alimentos às famílias. No Brasil, o primeiro Banco de Alimentos municipal foi criado pela prefeitura de Santo André (SP), em 2001.

Hoje temos instalados no Brasil cinquenta e quatro Bancos de Alimentos, dos quais trinta e três são do SESC, quatorze são municipais, quatro são vinculados a Organizações Não-Governamentais (ONGs), um é ligado à uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e dois a Centrais de Abastecimento (Ceasas). Esta proporção nos leva a questionarmos se é papel dos governos municipais a criação e operacionalização de Bancos de Alimentos. Iremos discutir esta questão a seguir.

2.7 O alimento doado institucionalmente e as teorias que norteiam esta decisão

Não se pode prever qual será o tipo de alimento doado institucionalmente. Um exemplo é o caso de uma apreensão ocorrida no ano

²⁸ Vinculado ao Partido dos Trabalhadores – PT.

²⁹ É mais fácil para o Banco trabalhar com 100 pessoas jurídicas do que trabalhar com 2.000 famílias.

de 2003, onde a Receita Federal doou algumas toneladas de grãos-de-bico, uma quantidade enorme de alho e outra de azeitonas em tonéis.

Assim, percebemos que elaborar um cardápio balanceado a partir das doações não é algo fácil. Este programa deve, neste sentido, ser entendido como um programa de “suplementação alimentar”. Devido ao fato da doação poder ser esporádica, em quantidade e qualidade variáveis, não se pode contar apenas com este tipo de alimento para suprir as necessidades alimentares do dia-a-dia.

Ao longo do ano de 2003 o Banco de Alimentos arrecadou cerca de 670 toneladas de alimentos. Deste total, 87 % foi aproveitado e redistribuído, sendo que destes 92% eram de alimentos secos e 8% de frutas, legumes e verduras.

Como podemos “classificar” o alimento doado por meio do Banco de Alimentos? Para responder a esta pergunta, vamos abordar uma parte da microeconomia que trata especificamente das externalidades e bens de mérito.

As externalidades podem ser positivas ou negativas. Um exemplo de externalidade positiva é o caso de uma campanha de vacinação, que cobre 50% das pessoas. Apesar de somente a metade ter sido vacinada, toda a sociedade se beneficia, pois a probabilidade de uma pessoa não vacinada contrair a doença diminui. Para exemplificar uma externalidade negativa, temos o caso da poluição de um rio. Os pescadores terão uma diminuição na quantidade pescada, devido a uma externalidade negativa causada pela indústria poluidora.

No caso do alimento doado institucionalmente, ele provoca uma externalidade positiva em diversos aspectos, porém de difícil mensuração, visto que poucas podem ser medidas em termos monetários. As externalidades mais evidentes são:

- ❖ no comportamento do funcionário da empresa doadora que se sente bem ao contribuir para uma causa nobre, e portanto poderá ter um melhor rendimento na firma;
- ❖ a sociedade toda ganha com a doação de alimentos, na medida em que todos se sentem melhor quando percebem a existência de

um instrumento que visa ofertar alimentos a quem não pode comprar no mercado.

Além das externalidades os neoclássicos ressaltam o mérito de determinados tipos de bens (MUSGRAVE; 1973). Segundo esta teoria, existem alguns bens que são meritórios, enquanto outros são indesejáveis. Isto explicaria, por exemplo, o motivo de cigarros ou bebidas alcoólicas terem elevados impostos e outros, como os alimentos da cesta básica receberem subsídios.

“As opções de consumo que são ou penalizadas, ou subsidiada, ..., são privados (consumo de característica rival); outras vezes envolvem bens públicos (não-rivais). A questão agora analisada não deve, portanto, ser confundida com a distinção entre bens públicos e privados.” (MUSGRAVE; 1973:54)

Neste sentido, o governo municipal quando coloca à disposição da sociedade um instrumento para retirar alimentos onde há excesso e leva-o onde ele está escasso, está exercendo uma função meritória.

Estrategicamente, para os governos em geral, quando são feitas opções por determinados projetos e programas, existe também toda uma lógica de associar os seus programas a sua gestão. Assim, o Fome Zero está fortemente associado ao “governo Lula”, como o PAS ao “governo Maluf” ou o Comunidade Solidária ao “governo FHC”. Assim, a sociedade percebe que o Banco de Alimentos atua politicamente:

- ❖ na expectativa do beneficiário final, que percebe ali uma fonte alternativa de alimento;
- ❖ na imagem da empresa doadora que se fortalece perante seus clientes internos e externos (no caso o governo municipal);
- ❖ na imagem do governo que melhora perante a população em geral;
- ❖ na melhoria da imagem das Organizações Sociais que repassam aos beneficiários finais.

Não estamos dizendo que o governo deva ou não fazer uso estratégico das políticas que executa, apenas estamos afirmando que ela faz parte da própria tomada de decisão política, na medida em que uma ação de maior “impacto positivo” no eleitorado é sempre mais fácil de ser tomada.

Voltando à questão formulada anteriormente, se cabe ao poder público municipal instalar bancos de alimentos, podemos dizer que sim, cabe este papel, pelo mérito e pela possibilidade do Banco de Alimentos se tornar um instrumento na construção de uma “Rede de Tecnologia Social”, que pela complexidade não será tratada aqui. Esta é um tema que deverá ser objeto de estudos futuros. Outro motivo de chegarmos a esta conclusão é o fato de que a capacidade de perceber o todo encontra-se na esfera governamental. O cadastro das pessoas jurídicas sem fins lucrativos abrange a totalidade do município, o que requer uma estrutura que dificilmente se encontraria em organizações não governamentais. Deste modo, um Banco de Alimentos privado, ou da sociedade civil, provavelmente se limitaria a um território menor e, conseqüentemente, poderia deixar de fora regiões mais vulneráveis. Verificar as condições em cada setor do município é algo que o poder público pode fazer.

Mas esta questão não é um consenso entre os diversos militantes e pesquisadores da área de segurança alimentar. O primeiro Banco de Alimentos brasileiro surgiu em 1999, pertencente a uma ONG (denominada Banco de Alimentos), situada no bairro de Perdizes, em São Paulo. Em 2003, este Banco arrecadou cerca de 235 toneladas de alimentos, isto é, cerca de um terço do volume arrecadado pelo Banco municipal, porém com a grande diferença de que cerca de 80% dos alimentos são de frutas, legumes e verduras, que no Banco de Alimentos municipal corresponde a cerca de 8%. O Banco de Alimentos da ONG sobrevive de doações da iniciativa privada, que contribui com dinheiro, assistência técnica, doações em bens materiais e outras formas de auxílio.

No ano de 2000, o Banco de Alimentos pertencente à sociedade civil arrecadou cerca de 200 toneladas. O volume arrecadado ao longo dos últimos cinco anos manteve-se com uma oscilação de cerca de 50 toneladas. O fato do

município criar um Banco de Alimentos no ano de 2001, e mais efetivamente a partir de 2002, não interferiu na ação do Banco de Alimentos já existente. Isto nos permite dizer que o município não é um “concorrente” na arrecadação de alimentos excedentes, pelo contrário, são atividades que se complementam. Podemos dizer que a soma dos esforços é muito mais efetiva do que ações isoladas, seja por parte da iniciativa governamental, seja por parte da sociedade civil.

Por fim, o combate ao desperdício de alimentos é fundamental. Com tantas pessoas sem saber quando vão comer novamente, não dá para ficar passivo.

2.8 Os atores envolvidos na doação institucional de Alimentos

Os principais atores envolvidos no processo da doação institucional de alimentos são o próprio Banco de Alimentos (o governo local), os doadores, as pessoas jurídicas sem fins lucrativos cadastradas para receber as doações e os beneficiários finais.

2.8.1 Os beneficiários finais

Sobre os beneficiários finais, conforme extraído da análise da distribuição de renda e exclusão social, percebemos que eles existem e são inerentes ao sistema produtivo. Para aprofundar a análise, porém, iremos utilizar um outro instrumental analítico, que é o Índice de Vulnerabilidade Social, ilustrado no Mapa da Vulnerabilidade Social. Um dos objetivos específicos deste trabalho é o de analisar o mapa da descrição sócio-econômica do município de São Paulo. Trataremos disto mais adiante.

2.8.2 O governo municipal

Do ponto de vista econômico, qual seria o papel de um agente público? Segundo a teoria neoclássica³⁰ o governo teria por atribuições três grandes categorias, para o uso eficiente de seus recursos:

- ✓ A promoção de ajustes na alocação de recursos, quando o mecanismo de definição de preços pelo mercado não é suficiente para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- ✓ A promoção de ajustes na distribuição de renda;
- ✓ A manutenção da estabilidade econômica, controlando a demanda de modo a evitar o impacto social e econômico das crises inflacionárias e a depressão, por meio de intervenções no crescimento de empresas privadas e governamentais de consumo ou de investimento, por exemplo limitando o crédito ou alterando tributações.

Assim, segundo esta teoria, em primeiro lugar o papel do governo se restringiria a fazer correções ao funcionamento do mercado (ajustar, corrigir, controlar). Isto já demonstra por si que o mercado é incapaz de resolver todos os problemas de escassez/excesso de oferta/demanda. Em segundo lugar este estado deveria ser mínimo, uma vez que exerceria apenas um papel regulador.

Com relação específica ao Banco de Alimentos, a primeira constatação que fazemos é de que se toda a população tivesse renda suficiente para atender às suas necessidades básicas, não precisaríamos deste programa, visto que as pessoas comprariam seus próprios alimentos no mercado. Entretanto, bem observou Paul Singer (1977), a cidade necessita de um estoque de trabalho ocioso para ser utilizado nos momentos em que o sistema capitalista se desenvolve com mais vigor. Para esta reserva de mercado são destinadas as benemerências públicas e privadas, sob diversas formas: seguro-desemprego, cupom, cartão de transferência de renda, entre outros. Então, a doação de alimentos, neste aspecto, nada mais é do que outro instrumento da manutenção deste sistema capitalista, no sentido que permite uma manutenção mínima da saúde destas pessoas “em estoque”.

Se a exclusão social é inerente ao sistema de produção, então é preciso fortalecer os programas da rede de proteção social, para que as pessoas possam ter seus direitos garantidos em períodos de conjuntura desfavorável, até que resgatem sua capacidade produtiva e a autonomia. Não se pode criar a dependência das pessoas aos programas, mas deve-se fortalecê-los para que os serviços oferecidos sejam permanentes. Neste aspecto, com relação ao Banco de Alimentos uma outra questão importa saber: qual é o seu alcance? A noção de mínimos sociais é antagônica ao princípio liberal que entende o enfrentamento dos riscos (sociais ou econômicos) como de responsabilidade individual e não social (SPOSATI, 1989). Propor mínimos sociais é estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer oferecer aos cidadãos, um *padrão societário de civilidade*, sendo, neste sentido, universal.

A hipótese proposta neste trabalho de dissertação busca responder em parte a esta pergunta, isto é, qual seria o alcance do Banco de Alimentos, analisando a demanda junto a este programa. Para que esta questão seja plenamente respondida, novas investigações devem ser levadas em conta, quanto à eficácia e efetividade do programa, sobretudo limitado pela capacidade de captação dos alimentos a serem redistribuídos.

Voltando à teoria pluralista, onde a ação política é resultado de disputas em que uma força hegemônica se sobressai, percebemos claramente a vinculação dos prefeitos de cidades onde foram criados Bancos de Alimentos ao Partido dos Trabalhadores³¹.

2.8.3 As Organizações Sociais

Outro ator importante na transação do Banco de Alimentos são as Organizações Sociais (pessoas jurídicas sem fins lucrativos) cadastradas para receber as doações. Para tratar deste assunto, vamos debater sobre a teoria

³⁰ Richard Abel Musgrave introduziu em 1959, sua obra “The theory of public finance”. A partir de então a teoria econômica passou a estudar um segmento específico, o setor público.

³¹ Joseph Bandeira (Juazeiro), Pedro Wilson (Goiania), Fernando Pimentel (Belo Horizonte), Izalene (Campinas), Antonio Palocci (Ribeirão Preto), Marta Suplicy (São Paulo), Celso Daniel (Santo André), Elói Pietá (Guarulhos)

envolvendo, de um modo genérico este ator social, de maneira a desmistificar o quê ou quem são eles.

O conceito de sociedade civil tem mais de cinco séculos de existência³². Porém, ele carrega significado múltiplo e contraditório, devido a sua imprecisão. A partir da Modernidade passou a representar, segundo diferentes posições e épocas, uma esfera não-estatal, antiestatal, pós-estatal e até supra-estatal³³.

O termo ONG foi utilizado pela primeira vez em 1940, pelas Nações Unidas (Coutinho, 2003), para designar as Organizações Sociais da sociedade executoras de projetos humanitários ou de interesse público. Na América Latina este termo foi introduzido na década de 1960.

Mais recentemente, há uma tendência das pessoas em utilizar o termo “terceiro setor” para designar este ator social. O termo “terceiro setor” é motivo de muitas controvérsias, entretanto ele tem origem e data definidos, isto é, ele não é neutro. O “terceiro setor” veio dos Estados Unidos, em 1978 por John D. Rockefeller III³⁴, o que demonstra claramente que não se trata de mera conjuntura de fatos que espontaneamente trouxeram à cena um novo linguajar para tratar de um novo ator social. O termo “terceiro setor” não só tem endereço e identidade, como tem ideologia. Se observarmos o histórico dos “Encontros Ibero-Americanos do ‘Terceiro Setor’ ” percebemos que o primeiro, ocorrido em Cáceres, na Espanha em 1992 se chamava “Encontro de Fundações Ibero-Americanas”; o segundo encontro, em 1994, que teve por sede a cidade de Guadalajara, no México, se chamava “Segundo Encontro Ibero-Americano de Filantropia”; e em 1996 ocorreu o chamado “III Encontro

³² Jorge Eduardo Saavedra Durão, em palestra proferida O Estado da Questão, compilada no livro organizado por Garcia, Landim e Dahmer, 2003.

³³ GOMEZ, J.M., Entre Potencialidades e limites, temores e esperanças – notas sobre a sociedade civil e a globalização, in GARCIA (org.), et al, 2003.

³⁴ “Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, freqüentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (three sector system). Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação – igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas, e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos” (Landim, 1999:70)

Ibero-Americano do Terceiro Setor”. Ora, se não houve nem primeiro, nem segundo “Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor”, como surge em 1996 o terceiro encontro, senão por uma nova roupagem de um conceito anterior? A própria alternância de “Fundações” para “Filantropia” e posteriormente para “Terceiro Setor” demonstra a busca de um novo nome para a chamada “sociedade civil” que, como vimos, também é motivo de muitas controvérsias.

Sua indefinição teórica se dá em vários níveis, devido ao fato de que cada autor conceitua o termo de acordo com seu próprio entendimento, ou conveniência, do que seria e de quem comporia (ou não) este segmento da sociedade. Alguns autores definem o “terceiro setor” como uma interseção entre o público e o privado que imiscuídos constituiriam algo específico: “público porém privado”, ou a atividade pública exercida pela iniciativa privada (FERNANDES, 1994: 127; CARDOSO, *in* Ioschpe, 1997, THOMSON, *idem*, e KISIL, *idem*). Para outros a definição passaria pelo entendimento de que se trata de um setor “público não estatal” e um espaço “natural” para esta atividade social (BRESSER PEREIRA, 1998 e BRESSER PEREIRA E GRAU, 1999).

Surge mais uma indefinição teórica do que seria o “terceiro setor” ao depararmos com quem comporia este segmento. Sobre isto também, há controvérsia. O MST, por exemplo, faz parte do “terceiro setor”? Em sendo uma atividade sem fins lucrativos, não pertencendo nem ao estado, nem ao mercado, deveriam entrar não só o MST, como outros movimentos como as “mães da praça de Maio” (da Argentina). Porém, não só a maioria dos autores não trabalha com esta ótica, como em outros casos eles são expressamente excluídos, pois seriam considerados apenas aqueles segmentos “pacíficos” (FERNANDES, 1994). Segundo a pesquisadora Leilah Landim, “Hoje em dia, as organizações da sociedade civil ganharam reconhecimento, mas são tratadas como uma massa homogênea e isso é um erro. Há diversos interesses distintos que as diferenciam”. Já para o professor³⁵ Ladislau Dowbor, o “Terceiro Setor” “não é um setor apenas, mas toda a humanidade. É preciso recolocar a cidadania no centro das questões, assim como a

³⁵ Prof. titular do departamento de pós-graduação em economia e administração da PUC-SP

legitimidade de suas ações" (ambas falas proferidas no Seminário Internacional Perspectivas do Terceiro Setor, realizado nos dias 28 e 29 de setembro de 2002, na cidade de Campos do Jordão (SP)).

Diante de tantas idéias diferentes e conflituosas, não podemos dizer que há um consenso ou unidade teórica a respeito deste termo.

Ainda com relação à conceituação teórica, existem autores que questionam o ordenamento do "terceiro setor", pois o "terceiro setor" deveria ser o "primeiro setor" (RIFKIN, *in* loschpe, 1997), visto que, historicamente, primeiro surgiram as sociedades e depois seus governos.

Avançando na confusão estabelecida sobre este assunto, percebemos que ela persiste quando observamos a principal forma de financiamento deste segmento que, na maioria das vezes, se dá tanto por meio do poder público (convênios e parcerias) quanto por doações de organizações e grandes corporações privadas (fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho, Fundação Odebrecht, etc.). Isto por si só já é uma tremenda incongruência. Se o dito "terceiro setor" é composto pela sociedade civil sem fins lucrativos e é independente dos chamados "primeiro" e "segundo" setores, eles não deveriam estabelecer nem convênios, nem parcerias, nem receber recursos públicos ou de empresas privadas. Uma associação de bairro, por exemplo, que responde a um edital de conveniamento com a prefeitura, por exemplo para manter uma escola infantil. Ao vencer a licitação e assinar o termo de convênio ela passa a ser, na realidade, um "braço" do poder público local, pois recebe mensalmente uma quantia em dinheiro para exercer aquela função, que é obrigação do estado. Não há independência com relação ao poder público. No ato de conveniamento são estabelecidas regras, são transferidos recursos e são definidas responsabilidades. Esta associação assim conveniada jamais poderia integrar o "terceiro setor". No entanto, ao depararmos com publicações sobre o tema, todas elas estão lá: a associação, o instituto, a fundação da grande corporação nacional e transnacional, a igreja, a OSCIP, as ONG's. É uma verdadeira feira social.

Analisando por um outro foco, deixando claro que é preciso separar o joio do trigo, percebemos que no termo "sem fins lucrativos" também ficam

dúvidas, pois a prática deixa margem a questionamentos. Afinal, pode não haver a distribuição de lucros entre os sócios, mas há contratação, pagamento de salários (alguns bem polpudos), pagamento de despesas e outras formas de benefícios auferidos diretamente aos diretores, sócios e membros de algumas destas organizações, o que permite supor a presença de interesses pecuniários na benemerência como motores e incentivadores de tal teia social.

Neste aspecto a recente legislação das OSCIPs diz claramente que os membros de tais organizações podem receber salários de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo mercado além de permitir parceria direta com o Governo Federal e a transferência de dinheiro público para financiar as atividades destas associações.

Para concluir, com relação a questão do não interesse lucrativo do “Terceiro Setor”, um texto que circulou pela *internet* ilustra claramente como a questão vem sendo debatida:

Ilustração 12 – Texto sobre Financiamento e Captação de Recursos voltados para a ação social

Remetente: site@revistafilantropia.com.br	Data: 14/04/2004
<h2>causaoudinheiro?</h2> <p><i>A captação de recursos e suas variações pelo mundo</i></p> <p>Custodio Pereira</p> <p><i>É preciso estimular o aperfeiçoamento e o fortalecimento do captador, assim como sua profissionalização</i></p> <p>Em 23 de março de 2003 aconteceu o encontro do primeiro grupo internacional – International Fundraising Summit – formado por 23 representantes de 19 países... A reunião teve por objetivos conhecer e discutir os códigos de ética em vigor nesses países, e criar um Código Universal de Ética em Captação de Recursos.</p> <p>O evento foi patrocinado pela AFP (Association of Fundraising Professionals), com o relevante apoio do professor Gene Temple, da Indiana Fundraising School.</p> <p>Os códigos de ética foram comparados nos pontos em que convergiam ou divergiam entre si. Mesmo entre as nações envolvidas, os estágios de maturidade deles são bem diferentes, por causa da cultura específica de cada região na prática profissional de arrecadar recursos.</p> <p>Um dos temas tradicionalmente polêmicos é o comissionamento, ou seja, o ato de receber uma porcentagem sobre o valor captado. Em tal assunto, o fator comum entre os países que participaram do encontro é que todos proíbem a remuneração baseada em porcentagem dos fundos recebidos.</p>	

Por incrível que pareça, esse ponto é de consenso nos códigos de ética, apesar de ser o mais discutido em todo o mundo, inclusive no Brasil. A diretoria da ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos – organizou diversas reuniões para discutir se a associação deveria ou não aceitar que o captador recebesse comissão por seu trabalho.

Se a intenção é fortificar o Terceiro Setor, precisa-se estimular o aperfeiçoamento e o fortalecimento do captador, assim como sua profissionalização. Causas poderão ser melhor atendidas se a instituição tiver mais recursos e, para isso, é necessário ter pessoas competentes, treinadas e eticamente envolvidas com a missão. O captador é um executivo como qualquer outro profissional, que tem o salário fixado pelo mercado.

O argumento usado principalmente pelas instituições de pequeno e médio porte sempre é: como vou pagar o profissional se não tenho recursos? Isto é, “nada mais justo que a remuneração por comissionamento”, quando todos “ganham”. Com tal raciocínio, essas instituições têm como “contratar” o executivo de captação de recursos. O comissionamento encoraja o abuso, pois passa a ser um fim em si mesmo: captar mais, para receber mais.

O captador como funcionário assalariado, assim como os demais na instituição, terá maior ligação com a causa e com a própria entidade. Uma análise a se fazer: se o doador souber que parte de sua contribuição irá para o intermediário, ele não concordará em ajudar; no entanto, o doador concordará em auxiliar se souber que a organização precisa pagar os salários das enfermeiras, do contador etc. Muitas vezes a comissão é alta, pois é oferecida infra-estrutura de telefone e de pessoas.

O tema certamente não é fácil. O assunto é constantemente levantado e discutido inclusive nas culturas que já possuem o próprio código de ética.

Há mais de 100 anos, os americanos aprenderam que é possível conseguir mais fundos, maior envolvimento e credibilidade ao se pagar salários, em vez de comissões. Mesmo com essa tradição, a Suprema Corte dos Estados Unidos teve de julgar recentemente o caso *Madigan x Telemarketing Associates*, um exemplo do uso de comissionamento na captação. No caso, a comissão cobrada era de 85%, sobrando no máximo 15% para a causa. Provavelmente, se o doador soubesse, não teria doado um centavo sequer.

É evidente que o Brasil, que está engatinhando no aprendizado da captação de recursos profissionalizada e ética, enfrentará dificuldades ainda maiores por causa da cultura e do hábito.

Vale repetir que todos os países que já possuem os respectivos códigos de ética, apesar da polêmica e das “tentações”, mantêm firme sua discordância em relação à remuneração comissionada.

Não existe uma resposta definitiva para esse debate, que merece contínua atenção e análise experimental. Assim, não se corre o risco de perder o verdadeiro sentido da arrecadação de meios: auxiliar aqueles que realmente precisam de ajuda

A questão sobre o papel da sociedade civil nos parece, então, um tanto confusa. Afinal ela é uma “concorrente” do Estado, no sentido em que ela faz da ausência do Estado o seu “reinado”? Ou seria um parceiro que atua onde o poder público não chega? Quanto aos interesses que movem a criação destas Organizações Sociais, podemos afirmar que existem pessoas muito sérias e boas, e outras nem tão sérias, nem tão boas. A proporção entre uma fração e

outra é uma questão de maturidade da própria sociedade e com certeza a existência de pessoas boas neste meio faz com que a sociedade ganhe como um todo. Por outro lado, fica claro que o poder público não pode se ausentar de oferecer serviços para que os direitos sociais, como alimentação, saúde, saneamento, transporte, educação e habitação sejam assegurados a todos.

Após esta análise sobre os beneficiários do programa, passaremos à discussão sobre os doadores do banco de alimentos.

2.8.4 O doador

Os doadores de alimentos são necessariamente detentores de um excedente que lhes permite fazer doações, sem que isto comprometa a sua própria saúde (financeira, no caso de empresas e corporações, ou saúde propriamente dita para as pessoas físicas). No caso do Fome Zero, os maiores doadores são grandes empresas³⁶, algumas de capital nacional e outras transnacionais. Por outro lado, a doação específica ao Banco de Alimentos é feita, em sua maior parte, por grandes empresas do ramo de alimentos³⁷ e esporadicamente por eventos específicos de shows beneficentes. Estas empresas doadoras de alimentos ao Banco, diferentemente das empresas citadas anteriormente que associam suas marcas ao Fome Zero, não se expõem por uma razão muito simples: evitar a formação de uma fila diretamente em suas lojas. Podemos listar algumas razões para que sejam estes os principais doadores:

- ❖ As empresas que não são do ramo de alimentação geralmente preferem fazer a doação ao programa Fome Zero em dinheiro, por questões de logística e para poder associar a sua empresa à logomarca do programa;
- ❖ As empresas que já trabalham com alimentos inevitavelmente tem sobras de alimentos, que estão com data de vencimento próximas, ou de produtos bons para o consumo, mas fora da especificação comercial (de cor, tamanho,...);

³⁶ É notória a adesão da Nestlé, da Ford e do grupo Pão de Açúcar ao Programa Fome Zero.

- ❖ Os doadores individuais geralmente levam pequenas doações para eventos específicos, como um show beneficente;
- ❖ Os postos de coleta na rede bancária não estimulam as doações de alimentos, também por uma questão de comodidade: para o indivíduo é mais fácil doar em dinheiro para o programa Fome Zero.

Assim, os grandes doadores recebem alguns benefícios, difíceis de serem mensurados, que identificamos em duas esferas:

- ❖ Manter um bom relacionamento com a esfera governamental;
- ❖ Manter uma atividade de cunho social, neste aspecto o ganho seria internamente dentre os próprios funcionários da empresa, que se sentem bem em realizar uma ação beneficente.

Alguns poucos doadores (pessoas jurídicas) de pequeno porte também contribuem para o Banco de Alimentos, não alterando significativamente seus objetivos, elencados acima, com relação aos grandes.

³⁷ Neste caso, o sigilo se faz necessário, devido ao pedido do próprio doador.

3. MODELO DAS HIPÓTESES A SEREM INVESTIGADAS

O objetivo geral deste trabalho é investigar se a ação do Estado, via programa Banco de Alimentos, está relacionada com a exclusão social no município de São Paulo.

Para tanto, testaremos a seguinte hipótese:

- ❖ A distribuição geográfica, por distritos, de Organizações Sociais cadastradas que redistribuem as doações do Banco de Alimentos é determinada pelo perfil de exclusão social no município de São Paulo.

Averiguar esta hipótese implica dizer que a proxy para demanda de atendimento é o número de Organizações Sociais cadastradas por distrito no município, de modo que podemos comparar este número com o Índice de Vulnerabilidade Social de cada distrito e com as componentes que geraram este índice.

A análise foi feita agrupando-se os dados por distrito. São Paulo possui 13.193 setores censitários e 96 distritos distribuídos em 31 subprefeituras. O número de observações portanto será de 96.

O modelo empregado para investigar esta hipótese propõe que a distribuição geográfica (por distrito), das Organizações Sociais cadastradas junto ao Banco de Alimentos, depende do Índice de Vulnerabilidade Social (produzido pelo Mapa de Vulnerabilidade Social) de cada distrito do município de São Paulo.

O Índice de Vulnerabilidade Social foi gerado a partir do estudo encomendado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo ao CEBRAP, e teve por base os dados do CENSO de 2000. Neste estudo foram considerados diversos indicadores sociais que, sobrepostos, indicariam os distritos mais e menos vulneráveis da cidade. Esta análise foi feita para cada um dos mais de treze mil setores censitários³⁸ do município, que conta com

³⁸ Setor Censitário: *Uma área percorrida por um único entrevistador e unidade territorial usada para efeitos de amostragem. Sua delimitação é feita, em geral com base na quantidade de domicílios (cerca de 300 no urbano e 150 no rural, com variações aceitáveis de +- 50).*

pouco mais de dez milhões de habitantes, ou seja, cada setor censitário conta em média com aproximadamente 700 a 800 pessoas, demonstrando que o Mapa da Vulnerabilidade Social é um “pente-fino” sobre a exclusão na cidade. Grosso modo, a idéia é que o somatório de diversos fatores (como o índice de violência) e serviços (como o saneamento básico, escolas...) disponíveis, em uma mesma região torna-a mais vulnerável que outra. Poderíamos exemplificar com dois setores censitários, cuja renda familiar média é a mesma, mas um possui escolas, postos de saúde, hospital e saneamento e o outro não. Apesar do corte “renda” ser igual nos dois setores, um será mais vulnerável do que o outro. O cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social de cada distrito levou em consideração o grau (de baixo a altíssimo) de vulnerabilidade social dos setores censitários que compõem aquele distrito.

Em termos algébricos:

Modelo 1:

$$D_{osc} = f(IVS)$$

Em que:

D_{osc} = Nº Organizações Sociais cadastradas por distrito
 IVS = Índice de Vulnerabilidade Social do distrito

Este modelo pode ainda ser desdobrado nos dados que formam o Índice de Vulnerabilidade Social em outras componentes:

- ❖ o número de setores censitários de baixa vulnerabilidade social no distrito;
- ❖ o número de setores censitários de média vulnerabilidade social no distrito; e
- ❖ o número de setores censitários de alta vulnerabilidade social no distrito.

Modelo 2:

$$D_{osc} = f (SC_{bvs}, SC_{mvs} SC_{avs})$$

Em que:

D_{osc} = N° Organizações Sociais cadastradas por distrito

SC = número de setores censitários (por distrito)

bvs = em situação de baixa vulnerabilidade social

mvs = em situação de média vulnerabilidade social

avs = em situação de alta vulnerabilidade social

Portanto, para investigação destes modelos, iremos considerar como **variável dependente** o número de Organizações Sociais cadastradas por distrito. No cadastro, são informados dois endereços: o do local da sede e o do local de atendimento. A análise para verificar a aderência junto ao Mapa de Vulnerabilidade será feito a partir do local de atendimento. Posteriormente, iremos comparar as possíveis diferenças entre estes endereços.

Com relação às **variáveis independentes** temos as informações geradas pelo Mapa da Vulnerabilidade Social, conforme os modelos algébricos acima. Estas variáveis serão utilizadas na análise de regressão múltipla, para identificação daquela(s) considerada(s) significativa(s) estatisticamente, caso a hipótese seja comprovada.

Ampliando os modelos acima para um modelo genérico, as variáveis independentes poderão ainda ser decompostas em outras variáveis. Por exemplo, o número de setores censitários em situação de baixa ou nenhuma privação foram agregados, num primeiro momento, em apenas uma variável **bvs**, assim como o número de média e média baixa vulnerabilidade social foram agregadas em **mvs** e o número de setores em situação de alta, de alta com prevalência de jovens e de altíssima vulnerabilidade social, se transformaram na variável **avs**.

Modelo 3 (genérico):

$$D_{osc} = f (SC_{vi1}, SC_{vi2} , \dots , SC_{viN})$$

Em que:

D_{osc} = N° Organizações Sociais cadastradas por distrito

SC = número de setores censitários (por distrito)

V_{I1} a V_{IN} são as variáveis independentes (de 1 até N) extraídas do Mapa da Vulnerabilidade Social.

A partir deste modelo genérico, outras variáveis independentes, que compõem o Mapa da Vulnerabilidade Social poderão ser testadas. Dentre as informações a que tivemos acesso do Mapa da Vulnerabilidade Social, temos dados relativos à saúde (internações, postos de saúde...), educação, homicídios, renda, idade do chefe da família, e outros.

Um último modelo para a análise estatística dos dados poderá ser realizado para se relacionar uma componente (variável dependente) do Mapa da Vulnerabilidade Social com outra componente (variável independente).

Algebricamente esta correlação entre componentes do Mapa da Vulnerabilidade Social pode ser descrita da seguinte forma:

Modelo 4 (correlação entre componentes do Censo 2000):

$$SC \ V_{x_{MVS}} = f (SC \ V_{z_{MVS}})$$

Em que:

SC = número de setores censitários (por distrito)

$V_{x_{MVS}}$ é a variável dependente X extraída do Mapa da Vulnerabilidade Social

$V_{z_{MVS}}$ é a variável independente Z extraída do Mapa da Vulnerabilidade Social

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram utilizados métodos de análise descritivos, tabelas, gráficos e mapas digitais. Posteriormente foi feita uma análise de regressão múltipla para testar a aderência da demanda apresentada ao Banco de Alimentos com o Mapa de Vulnerabilidade Social, a fim de se verificar a hipótese proposta.

Os seguintes programas de computador foram utilizados neste trabalho:

1. ACCESS para o cadastro do Banco de Alimentos;
2. LOCALIZADOR para a verificação dos dados do Cadastro e construção de uma tabela em DBASE para geo-referenciamento dos dados;
3. MAPTITUDE para o geo-referenciamento e digitalização dos mapas da demanda e do atendimento cadastrados;
4. EXCEL para trabalhar com as tabelas e dados produzidos pelo Mapa de Vulnerabilidade Social e de informações demográficas e censitárias dos distritos da cidade;
5. STATISTICA 6.0 , para a análise estatística dos dados.

FONTES DE DADOS

Os dados referentes ao Município de São Paulo foram coletados em três fontes distintas:

- ✓ O cadastro do Banco de Alimentos;
- ✓ As tabelas produzidas pelo Mapa da Vulnerabilidade Social;
- ✓ Censo e dados demográficos da cidade.

O cadastro do Banco de Alimentos foi obtido junto à Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS. A coordenação do Banco de Alimentos estabeleceu para o ano de 2003 uma colaboração com a SAS, no que se refere ao contato com as Organizações Sociais, devido à sua relação e especificidade em lidar com tais organizações. Os dados se referem a todo o território municipal e foram obtidos durante o último trimestre de 2003, possibilitando

uma análise a partir de dados recentes e abrangentes. Recentemente, em abril de 2004, com a descentralização do governo municipal, foram criadas supervisões de segurança alimentar, vinculadas a cada uma das trinta e uma subprefeituras, e que poderá assumir a condução da política de segurança alimentar na cidade, inclusive o cadastro do Banco de Alimentos.

Após verificação dos dados do cadastro³⁹, dos 628 registros iniciais foi possível a identificação de 554 endereços⁴⁰, que foram geo-referenciados para a produção do mapa digital da demanda e do atendimento, com o objetivo de compará-los visualmente ao Mapa da Vulnerabilidade Social, os quais serão mostrados logo adiante, nas análises. Os dados do cadastro também foram utilizados para a quantificação da demanda de atendimento por distrito, produzindo a tabela 8:

Tabela 8 – Distribuição da demanda de atendimento por distrito e o Índice de Vulnerabilidade Social

DISTRITO	Proxy da demanda	IVS
AGUA RASA	0	-0,04
ALTO DE PINHEIROS	0	0,42
ANHANGUERA	3	-0,56
ARICANDUVA	2	-0,29
ARTUR ALVIM	5	-0,42
BARRA FUNDA	0	0,04
BELA VISTA	1	0,03
BELEM	3	-0,06
BOM RETIRO	4	-0,15
BRAS	1	-0,34
BRASILANDIA	13	-0,81
BUTANTA	1	0,23
CACHOEIRINHA	7	-0,7
CAMBUCI	0	-0,03
CAMPO BELO	2	0,25

³⁹ Para ver como foi este procedimento, consulte os anexos.

⁴⁰ Os endereços encontram-se nos anexos. Observar que a numeração foi ocultada para preservar as informações.

DISTRITO	Proxy da demanda	IVS
CAMPO GRANDE	1	0,00
CAMPO LIMPO	18	-0,54
CANGAIBA	9	-0,42
CAPAO REDONDO	20	-0,81
CARRAO	1	-0,12
CASA VERDE	3	-0,14
CIDADE ADEMAR	10	-0,67
CIDADE DUTRA	6	-0,54
CIDADE LIDER	4	-0,34
CIDADE TIRADENTES	17	-0,9
CONSOLACAO	0	0,29
CURSINO	7	-0,04
ERMELINO MATARAZZO	14	-0,39
FREGUESIA DO Ó	5	-0,23
GRAJAU	22	-0,98
GUAIANASES	10	-0,76
IGUATEMI	11	-0,83
IPIRANGA	5	-0,08
ITAIM BIBI	0	0,35
ITAIM PAULISTA	22	-0,81
ITAQUERA	26	-0,55
JABAQUARA	16	-0,36
JAÇANÃ	1	-0,37
JAGUARA	0	-0,12
JAGUARÉ	0	-0,32
JARAGUA	7	-0,54
JARDIM ANGELA	14	-1,00
JARDIM HELENA	4	-0,84
JARDIM PAULISTA	0	0,97
JARDIM SÃO LUIS	20	-0,61
JOSE BONIFACIO	11	-0,6
LAJEADO	16	-0,92
LAPA	0	0,26
LIBERDADE	1	-0,15
LIMAO	3	-0,35
MANDAQUI	3	-0,05
MARSILAC	1	-0,66
MOEMA	0	1,00
MOOCA	0	-0,02
MORUMBI	0	0,19
PARELHEIROS	14	-0,88
PARI	0	0,00
PARQUE DO CARMO	2	-0,46
PEDREIRA	12	-0,83
PENHA	9	-0,24

DISTRITO	Proxy da demanda	IVS
PERDIZES	0	0,33
PERUS	3	-0,63
PINHEIROS	0	0,43
PIRITUBA	4	-0,31
PONTE RASA	11	-0,41
RAPOSO TAVARES	3	-0,48
REPUBLICA	2	-0,28
RIO PEQUENO	0	-0,32
SACOMA	9	-0,31
SANTA CECILIA	3	-0,05
SANTANA	6	0,12
SANTO AMARO	10	0,34
SÃO DOMINGOS	2	-0,28
SÃO LUCAS	1	-0,27
SÃO MATEUS	21	-0,41
SÃO MIGUEL	11	-0,51
SÃO RAFAEL	5	-0,72
SAPOPEMBA	9	-0,64
SAUDE	1	0,19
SE	3	-0,32
SOCORRO	2	0,02
TATUAPE	0	0,14
TREMEMBE	6	-0,44
TUCURUVI	4	-0,04
VILA ANDRADE	2	-0,48
VILA CURUÇÁ	14	-0,77
VILA FORMOSA	0	-0,09
VILA GUILHERME	0	-0,07
VILA JACUI	14	-0,62
VILA LEOPOLDINA	2	0,11
VILA MARIA	5	-0,43
VILA MARIANA	1	0,32
VILA MATILDE	5	-0,16
VILA MEDEIROS	12	-0,46
VILA PRUDENTE	1	-0,23
VILA SONIA	5	-0,22
TOTAL	554	

Fonte: SAS e PMSP

Alguns dados do Mapa da Vulnerabilidade Social, assim como os dados demográficos e censitários, encontram-se nos anexos.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Caracterização Sócio-Econômica da Cidade de São Paulo

No início do século XIX, a cidade de São Paulo era circundada por um cinturão de chácaras, que além de fins agrícolas, tinha uma função de moradia para muitos paulistanos ilustres. Porém, não só de belas chácaras se fazia a cidade, que tinha ainda “alguns casebres e ranchos menos aristocráticos”, (ZALUAR; 1953:123), destinados à estadia e a venda, para atender a grande circulação de pessoas que convergiam para a cidade.

Para explicar a distribuição geográfica da riqueza e da pobreza paulistana foi fundamental o papel da ocupação agropecuária, a chegada da ferrovia e a construção de vias e estradas, que influenciaram na constituição de aglomerados que prestavam serviços à circulação, à população rural, às atividades político-administrativas e religiosas. Como exemplo, citamos as instalações industriais ao longo do eixo ferroviário. São vários fatores que tiveram um papel aglutinador da cidade de São Paulo e de seus arredores, e que também exerceram enorme influência na composição urbana, que foi criando zonas de atividade econômica específicas (fabricação de louças, em Pinheiros de 1802, artesanato, em São Miguel de 1845) ao longo de sua evolução (IBGE, 1971).

Sobre este assunto, é ilustrativa a seguinte passagem do livro “A Estruturação da Grande São Paulo” – publicado pelo IBGE em 1971:

“As margens das ferrovias passariam a constituir o sítio específico mais procurado, consolidando-se uma tendência que, como vimos, já existia. Destaca-se neste particular a ferrovia Santos a Jundiaí, notadamente o trecho Moóca-Barra Funda, e a Sorocabana entre a estação central e a da Barra Funda, onde as indústrias se adensam. Nesta faixa se estabeleceu, por exemplo, a fábrica de sapatos “Clarck, Limited” na Moóca, com 300 operários no ano de 1909. Mas, várias indústrias se localizam na periferia da cidade e nos “bairros isolados”. Tal foi o caso da fábrica de vidro “Cristaleria Paulista” fundada em 1905 e implantada à rua Conselheiro Brotero na Barra Funda, da “Vidraria Santa Marina” na Água Branca (408 operários em 1909), da tecelagem Boyes-Kirk no Belênzinho com 152 operários em 1909. em 1906 os irmãos Jafet estabeleciam os fundamentos da

indústria têxtil, que no futuro tanto iria crescer. Dois curtumes, ocupando 53 e 82 operários em 1909, haviam se estabelecido, respectivamente, em Água Branca e em Perdizes, tirando provavelmente partido de tal localização periurbana, conveniente para êste ramo industrial, de vizinhança desagradável. Convém finalmente lembrar que toda a linha de Santos a Jundiaí, da Móoca para o Sul, precisamente, onde ela percorre a várzea do Tamanduateí, ainda não havia sido ocupada pelas indústrias e armazéns, que mais tarde a caracterizariam.” (p. 87)

Em sua dinâmica, a cidade de São Paulo foi se constituindo da junção de circuncisões administrativas, pela expansão de arredores, que passaram, com o tempo, a se confundir numa única mancha urbana. Em 1836 compunham a cidade de São Paulo as seguintes “freguesias”: Sé, Santa Iphigenia e Braz, totalizando 9.331 habitantes. Eram consideradas outras “freguesias”, que hoje estão incorporadas à cidade: Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Penha, M'Boy. Além destas, o que hoje são os municípios de Guarulhos, Cutia, São Bernardo e Juquery também compunham a região metropolitana, que totalizava 38.586 habitantes, ou seja, a cidade era responsável por 19,4% dos habitantes da região metropolitana (IBGE, 1971).

Com a abolição da escravidão no Brasil em 1888, a sociedade brasileira à época substituiu, perversamente, sua mão-de-obra negra pela branca européia, cujos impactos sentimos até hoje, seja pelo racismo presente na nossa sociedade, seja pelos indicadores sociais e econômicos que colocam a mulher negra nas piores condições.

Foi por volta de 1900 que o município de São Paulo ultrapassou em número de habitantes o do conjunto dos municípios vizinhos, que compõem a região metropolitana. Contribuiu para o crescimento da cidade a imigração européia, sobretudo italiana, e a imigração japonesa, iniciada em 1908.. Outro aumento significativo do número de habitantes ocorreu no período seguinte. Em 1920, era cerca de 579 mil o número de habitantes, que em 1940 passou para cerca de um milhão e trezentos mil e trinta anos depois a cidade já apresentava pouco mais de oito milhões. É entre 1915 e 1940 que se inicia o processo de metropolização.

Ao longo da construção da cidade de São Paulo, as áreas mais nobres⁴¹ sempre foram ocupadas pela elite. Na cidade existe um espigão (uma cadeia mais elevada, por onde hoje passam as avenidas Heitor Penteado, Doutor Arnaldo e Paulista) situado entre dois rios importantes (o Pinheiros e o Tietê). Desta elevação descem ruas e avenidas de lado a lado, que vão para as respectivas marginais dos rios⁴². As áreas nobres causaram enorme atração nas companhias imobiliárias. Exemplo disto é a companhia “City”, responsável pela criação dos chamados “bairros jardim” (Jardim América, Jardim Europa, Pacaembu, Alto da Lapa). As várzeas, por sua vez, sempre foram ocupadas por loteamentos residenciais, sem regulamentação urbanística, como a Vila Maria, ou a várzea do Tamanduateí (IBGE, 1971).

Diante de tantos fatores São Paulo foi se constituindo ao longo do tempo tal qual ela se apresenta nos dias de hoje. Verificamos que a delimitação geográfica conhecida como “centro expandido” concentra os menores índices de exclusão social da cidade, conforme explicitado pelo Mapa da Vulnerabilidade Social.

O projeto “Mapa da vulnerabilidade social e do déficit de atenção a crianças e adolescentes no Município de São Paulo” foi encomendado em 2001 pela Secretaria Municipal de Assistência Social, SAS-PMSP ao Centro de Estudos da Metrópole, com sede no Cebrap. O objetivo foi detectar diferentes condições de carências sociais por meio da análise da distribuição da estrutura sócio-econômica no espaço urbano. A exposição de certas populações e áreas a diferentes situações de vulnerabilidade social é abordada a partir da descrição das características socioeconômicas e demográficas dos setores censitários do município de São Paulo, a partir das informações fornecidas pelo Censo 2000. A cidade de São Paulo tem 13.193 setores censitários.

Os grupos foram gerados a partir da combinação da dimensão de privação socio-econômica com a de estrutura etária. Com a agregação dessas duas dimensões, chegou-se a oito grupos, número que permitiu a melhor

⁴¹ aquelas próximas dos rios, porém em zonas elevadas (onde não há enchentes, por exemplo)

⁴² Estas informações foram obtidas por conversas com minha mãe, quando ainda viva,,a arquiteta e urbanista Luisa Battaglia (1941-1996).

captação da heterogeneidade existente nas áreas que costumamos genericamente chamar de 'periferia'.

O nível de desagregação dos dados no setor censitário permite a visualização detalhada desses grupos no interior do município, conforme pode ser observado nas cartografias - produzidas tanto para São Paulo, como para cada uma das subprefeituras .

Este estudo gerou oito grupos em que foram classificadas as regiões censitárias da cidade:

- **Nenhuma privação** - este grupo apresenta as melhores condições de escolaridade e renda do município, assim como baixa presença de crianças de 0 a 4 anos e adolescentes. Pode-se dizer que agrega população mais rica, com alta escolaridade, poucas crianças, pouca densidade e mulheres chefes em sua maioria com alta escolaridade. Observando-se a cartografia, percebe-se que este grupo está fortemente concentrado na região sudoeste do município, com poucas concentrações nas demais áreas.
- **Privação muito baixa** - este grupo se assemelha ao grupo anterior em termos de condições de vida e presença de crianças e adolescentes, porém a idade média do responsável é um pouco superior, e apresenta maior proporção de mulheres com menos escolaridade. No mapa, observa-se que a localização desse grupo é um pouco mais dispersa do que o primeiro, apesar de haver uma forte concentração ao redor do núcleo sudoeste melhor inserido socialmente.
- **Baixa privação** - este grupo ocupa o terceiro lugar em condições socioeconômicas e apresenta famílias mais idosas do que os dois grupos anteriores. Apresenta ainda a menor concentração de crianças de 0 a 4 anos e baixa presença de jovens de 15 a 19 anos (8,8% de sua população total). Em termos de escolaridade, apesar de apresentar um elevado percentual de responsáveis pelo domicílio alfabetizados (97,2%), diferencia-se dos grupos de nenhuma privação ou muito baixa quando observamos os chefes com ensino fundamental completo (apenas 57,7%). Este grupo encontra-se localizado ao redor do grupo anterior e também no início da zona leste.
- **Média-baixa privação** - possui a maior concentração de chefes mulheres. Possui também chefes mais idosos, com baixa presença de crianças de 0 a 4 anos, porém a presença de adolescentes é análoga à média do município. Em termos de rendimento e escolaridade possui um perfil parecido ao do grupo

de média privação. Em termos espaciais, esse grupo encontra-se próximo ao grupo de baixa privação.

- **Média privação** - este grupo apresenta características próximas às médias observadas, com exceção dos rendimentos, que são inferiores aos observados para o total do município. Porém, algumas características colocam-no em pior condição do que o grupo anterior, como a maior concentração de crianças de 0 a 4 anos, por exemplo. Espacialmente, esse grupo localiza-se nas áreas mais periféricas do município.
- **Alta privação** - este grupo caracteriza-se pela presença de chefes jovens – idade média de 38 anos, 28% dos chefes com idade entre 10 e 29 anos - com baixos níveis de rendimento (67,2% dos responsáveis pelo domicílio ganham até 3 salários mínimos) e escolaridade (apenas 25% dos chefes de família têm ensino fundamental completo). É o segundo pior grupo nos indicadores de renda e escolaridade. Espacialmente, localiza-se nas áreas periféricas do município de São Paulo.
- **Alta privação** - este grupo é caracterizado por chefes adultos, com baixa renda (60,4% ganham até 3 salários mínimos) e baixa escolaridade (apenas 31,5% dos chefes têm ensino fundamental completo). Apresenta ainda grande concentração de crianças de 0 a 4 anos e forte presença de adolescentes (11,2% da população do grupo têm entre 15 e 19 anos). No Mapa, nota-se que esse grupo está tipicamente presente nas áreas periféricas.
- **Altíssima privação** - este grupo caracteriza-se por possuir os piores indicadores do município de São Paulo. Possui a maior concentração de crianças de 0 a 4 anos, grande concentração de jovens de 15 a 19 anos (11,1% da população do grupo) e baixa idade média do responsável (38 anos). Seus indicadores de escolaridade são péssimos: apresenta a pior taxa de alfabetização entre todos os grupos, só 81,8% do total de responsáveis e apenas 19,1% dos responsáveis têm ensino fundamental completo. Também apresenta os piores indicadores de renda: 75,9% dos responsáveis por domicílio ganham até 3 salários mínimos.

Na ilustração 13, a seguir, apresentamos o Mapa da Vulnerabilidade Social gerado a partir dos dados do Censo de 2000. Este estudo encontra-se disponível na internet, na página www.centrodametropole.org.br.

Este mapa permite uma rápida identificação das regiões centrais como zonas de inclusão social (em amarelo, azul e verde claro) e das regiões

periféricas, onde temos níveis de exclusão social (verde escuro, vermelho e marrom). Estas zonas de exclusão social encontram-se sobretudo na zona leste, na região noroeste e sudoeste e no extremo sul. Esta última, apesar de ser um local de altíssima vulnerabilidade social, é muito menos densa do ponto de vista populacional, que as demais.

Ilustração 13 – Mapa da Vulnerabilidade Social

A seguir, podemos comparar duas regiões da cidade de São Paulo. A ilustração 14 mostra a região de Guaianases, na zona leste da capital paulista, onde a exclusão social (azul escuro, vermelho e laranja) abrange boa parte dos setores censitários da região. Já na ilustração 15 podemos ver uma região “nobre” da cidade, Pinheiros, onde o baixo ou nenhum nível de privação prevalece (roxo, rosa e azul claro).

Ilustração 14 – Mapa da Vulnerabilidade Social - Guaianases

Ilustração 15 - Mapa da Vulnerabilidade Social - Pinheiros

5.2 Análise do Cadastro Junto ao Banco de Alimentos

A partir dos dados obtidos no cadastro do Banco de Alimentos, foi gerado o mapa da distribuição geográfica do atendimento. Este mapa pode ser comparado na ilustração 16 com o Mapa da Vulnerabilidade Social, que encontra-se ao seu lado.

Ilustração 16 – Comparação do Mapa da Demanda por atendimento junto ao Banco de Alimentos (à direita) com o Mapa da Vulnerabilidade Social (à esquerda).

Pela simples visualização, podemos intuir que a probabilidade da hipótese de que a exclusão social determina a demanda junto ao Banco de Alimentos seja válida. Para isto, iremos realizar análises estatísticas mais aprofundadas, no sentido de comprovarmos esta hipótese. Assim, nas próximas páginas apresentamos os resultados mais gerais da análise desta demanda, bem como os resultados de estimação do modelo proposto, por meio da regressão múltipla para o teste de nossos modelos, que relacionam a demanda (o número de Organizações Sociais cadastrado por distrito) às

variáveis que refletem a exclusão social, extraídas do Mapa da Vulnerabilidade Social.

A partir do cadastro do Banco de Alimentos, foi gerado também um outro mapa, com o endereço das sedes das Organizações Sociais, conforme podemos visualizar abaixo:

Ilustração 17 – Comparação dos Mapas: à esquerda os locais de atendimento; à direita os locais das sedes das Organizações Sociais

Comparando-se os mapas acima e analisando os dados gerados pelo cadastro, percebemos que a grande maioria (82 %) das Organizações Sociais que solicita atendimento junto ao Banco de Alimentos deseja repassar os alimentos para a própria comunidade onde ela está sediada.

Dos 18 % restantes, apesar do atendimento ser em local distinto da sede, em 81 % dos casos a sede e o atendimento encontram-se na mesma macro-região.

5.2.3 Caracterização das Organizações Sociais

Dos 628 registros foi possível a identificação de 595 diferentes presidentes de Organizações Sociais. Deles, 55 % são mulheres e 45 % são homens.

Presidentes:	Total	%
MULHERES	327	55%
HOMENS	268	45%
	595	

Dos homens, 32 são religiosos declarados, ou seja, no mínimo 12% deles. Já, com relação às mulheres, nenhuma se cadastrou como religiosa, o que não quer dizer que não exista nenhuma religiosa no cadastro.

Uma análise do perfil das Organizações Sociais que se cadastraram no Banco de Alimentos nos permite aprofundar um pouco mais sobre o trabalho social desenvolvido por elas na cidade de São Paulo. A tabela 9 abaixo mostra o agrupamento das Organizações por tipo de associação.

Tabela 9 – Distribuição absoluta e % do número de Organizações Sociais cadastradas no Banco de Alimentos por tipo – São Paulo - 2003

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	QUANT	%	ACUMULADO
ASSOCIAÇÃO / INSTITUTO BENEFICENTE	129	21,9%	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES / AMIGOS DE BAIRRO	125	21,3%	43,2%
IGREJAS ⁴³	88	15,0%	58,2%
ASSOCIAÇÃO / CENTRO COMUNITÁRIO	88	15,0%	73,1%
MÃES / MULHERES	64	10,9%	84,0%
Outros	94	15,9%	100,0%
<i>Fonte: SAS</i>		588	100,0%

Deste modo, percebemos que são de cinco tipos as mais relevantes formas de Organizações Sociais cadastradas, conforme dados apresentados na tabela anterior.

Numa primeira leitura, as Organizações Sociais que lutam por direitos sociais específicos (moradia, direitos humanos, creche, cidadania) não constam desta lista. Porém, percebemos a importância dada à luta pela melhoria do bairro onde vivem, por meio de associações de moradores, centros

⁴³ Das Igrejas, apenas 33% são católicas, o que confirma a tendência apresentada nos últimos anos de aumento de outras religiões, sobretudo as evangélicas, principalmente nas áreas de maior exclusão social.

comunitários e de movimentos de mulheres pela cidadania, que estão presentes de um modo muito intenso.

Com isto, abordamos as principais características de algumas Organizações Sociais que se cadastraram no programa Banco de Alimentos e que já foram estudadas com profundidade por autores como Eder Sader.

Com relação à formalização das Organizações Sociais cadastradas, 7,3% ainda não possuem CNPJ, 17% possuem (ou protocolaram pedido para) cadastro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e apenas 19,7% possuem (ou estão em vias de possuir) cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social.

A título de comparação com o número de 628 organizações cadastradas no Banco de Alimentos Municipal, a Secretaria de Assistência Social tem hoje 346⁴⁴ Organizações Sociais conveniadas, sendo que todas elas estão em situação de regularidade com o cadastro de pessoas jurídicas, com o INSS e com outros órgãos públicos, sem o que, não poderia haver conveniamento. Esta informação poderia levar ao entendimento de que o programa Banco de Alimentos tem um alcance maior do que a SAS, o que é uma análise precipitada e equivocada. Os convênios entre as Organizações Sociais e a SAS estipulam repasses de recursos de modo constante e permanente (por um período de pelo menos um ano, renovável ano a ano), para que estas promovam ações e prestem serviços também de modo continuado. Isto que não ocorre com o Banco de Alimentos, pelo menos por ora, visto que sua capacidade de atendimento ainda é muito aquém da demanda, e que sua periodicidade e regularidade também são muito inconstantes, devido à falta de uma política mais “agressiva” de captação de alimentos. Por outro lado, esta diferença significativa entre o número de Organizações Sociais cadastradas no Banco e de conveniadas com a SAS demonstra que este programa tem um potencial de atendimento muito grande, o que levaria o município a estar presente com um programa de segurança alimentar onde hoje o poder público ainda não chegou.

⁴⁴ Fonte: SAS-Vigilância – maio/2004

O nível de informação sobre o atendimento que seria prestado pelas Organizações Sociais também varia muito. Mas fazendo uma média da faixa etária dos beneficiários finais temos a seguinte tabela:

Tabela 10 – Idade média do beneficiário final do Banco de Alimentos (em anos)

0 a 6	7 a 11	12 a 18	19 a 45	46 a 60	> 60
24%	14%	15%	25%	12%	10%

A tabela 10 mostra como o principal foco para um potencial atendimento do Banco de Alimentos é a população jovem, de 0 a 18 anos, que corresponde a 53 % do total de beneficiários finais cadastrados junto às Organizações Sociais. O que salta aos olhos, porém, é o elevado índice de demanda para a população economicamente ativa, isto é na faixa de 19 a 45 anos. Se considerarmos ainda aqueles com idade entre 45 e 60 anos, a porcentagem salta para 37%. Neste aspecto, podemos supor que o elevado índice de desemprego na região metropolitana de São Paulo também influencia na demanda por alimentos doados institucionalmente. Por outro lado, ao compararmos a distribuição etária da população brasileira com o da demanda junto ao programa, percebemos que a demanda por parte do público infantil e idoso é maior em termos percentuais, conforme podemos visualizar na ilustração 18, na página seguinte, o que aproxima o Banco de Alimentos de parte de seu público alvo, neste aspecto, visto de maneira positiva.

Tabela 11 - EVOLUÇÃO, TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO BRASIL – 1960 – 2000

ANOS	População	Taxa de C. anual	0 à 14 anos	15 a 59 anos	60 anos acima
1960	70070	3.04	42.7	52.6	4.7
1970	93139	2.89	42.1	52.8	5.1
1980	119003	2.48	38.2	55.7	6.1
1991	146825	1.93	34.7	58.0	7.3
1996	157080	1.36	31.6	60.5	7.9
2000	165715	1.35	28.3	63.8	7.9

Fontes: O idoso na Grande São Paulo – SEADE - SP – 1990
 Contagem da População 1996 - IBGE
 Projeção Preliminar de População 1980/2020 - IBGE

Ilustração 18 - Distribuição etária – observar que a linha em vermelho não está na posição exata, pois na faixa de 0 a 11 anos a porcentagem populacional é ligeiramente menor do que o valor de 28,3% (que corresponde a faixa de 0 a 14 anos) e na faixa de 19 a 60 anos a porcentagem populacional é um pouco inferior ao valor considerado de 63,8 % (que corresponde a faixa de 15 a 59 anos)

5.3 Estimação do modelo de determinantes da demanda ante o Banco de Alimentos

A primeira análise estatística pretende verificar a aderência da demanda ao Índice de Vulnerabilidade Social.

Foi feita uma regressão onde a variável independente é o IVS – Índice de Vulnerabilidade Social e a variável dependente é o número de Atendimentos cadastrados por distrito. Estas informações encontram-se na tabela 8, nas páginas 62 a 64.

Os resultados deste primeiro modelo foram os seguintes:

```
Multiple Regression Results

Dependent: Organizações Sociais Cadastradas

Multiple R = ,53510910    F = 37,71571
R²= ,28634175    df = 1,94
No. of cases: 96
adjusted R²= ,27874964    p = ,000000
Standard error of estimate: 6,214558912
Intercept: 3,651577104    Std.Error: ,7643297    t(94)=4,7775    p=,0000
IVS β= -0,54
```

A primeira informação relevante é a de que o IVS é estatisticamente significativo⁴⁵. O β desta variável tem o sinal negativo, o que significa que quanto menor o valor do Índice de Vulnerabilidade Social, isto é, quanto mais vulnerável for aquele distrito, maior a demanda, indo de encontro à nossa proposta. O IVS varia de -1 a +1, sendo -1 o índice do distrito mais vulnerável da cidade. Porém, o R^2 gerado por esta análise estatística não se mostrou muito elevado, isto é, o IVS “explica” cerca de vinte e oito por cento da demanda. Portanto é necessário testar os outros modelos propostos.

Esta segunda análise estatística pretende verificar a aderência da demanda aos componentes do Mapa da Vulnerabilidade Social. Para isto foi feita uma regressão múltipla, onde seguimos o segundo modelo proposto. Os resultados desta regressão foram os seguintes:

```
Multiple Regression Results

Dependent: Organizações Sociais Cadastradas

Multiple R = ,69796528      F = 29,13054
          R² = ,48715553      df = 3,92
No. of cases: 96
adjusted R² = ,47043234      p = ,000000
Standard error of estimate: 5,325103044
Intercept: ,367456576 Std.Error: 1,348614 t(92)=0,27247 p=,7859
Baixa Vuln.  $\beta$ =,059
Média Vuln.  $\beta$ =,364
Alta Vuln.  $\beta$ =,425
```

Este segundo modelo apresentou uma aderência melhor da demanda com relação aos dados de exclusão social do município. Podemos perceber que são estatisticamente significativos os setores censitários em situação de média e de alta vulnerabilidade social, e não significativo os setores em situação de baixa vulnerabilidade social. Os β das componentes significativas foram positivos, o que permite dizer que quanto maior o número de setores censitários em situação de alta e de média vulnerabilidade social por distrito, maior será a demanda junto ao banco de alimentos. Esta informação também está de acordo com nossa hipótese. A regressão demonstra também que

⁴⁵ Indicado automaticamente pelo *software Statistica* pela coloração vermelha da variável independente.

importa mais a quantidade de setores em situação de alta vulnerabilidade social por distrito ($\beta=0,425$) do que o número de setores censitários em situação de média vulnerabilidade social ($\beta=0,364$). Assim, ao testarmos este segundo modelo, verificamos ser válida a hipótese de que a demanda está fortemente ligada à exclusão social. Esta análise gerou um R^2 ajustado de 0,47043232.

Aprofundando um pouco mais a análise, podemos fazer uma nova regressão, seguindo o modelo 3, onde a variável dependente continua sendo o número de atendimentos cadastrados por distrito, mas as variáveis independentes de desdobraram agora em cinco, e foram obtidas a partir da desagregação do total de setores censitários em situação de média e alta vulnerabilidade social em seus dados de origem, a saber:

1. número de setores censitários em situação de média-baixa vulnerabilidade social e presença de idosos;
2. número de setores censitários em situação de média vulnerabilidade social;
3. número de setores censitários em situação de alta vulnerabilidade social e prevalência de jovens;
4. número de setores censitários em situação de alta vulnerabilidade social e prevalência de adultos;
5. número de setores censitários em situação de altíssima vulnerabilidade social.

Os resultados desta nova regressão múltipla foram os seguintes:

Multiple Regression Results				
Dependent: Organizações Sociais Cadastradas				
Multiple	R =	,71605072	F =	18,94040
	R ² =	,51272863	df =	5,90
No. of cases:	96			
adjusted	R ² =	,48565800	p =	,000000
Standard error of estimate: 5,247993435				
Intercept: 1,430818951 Std.Error: ,8494623 t(90)=1,6844 p= ,0956				
Média $\beta=,401$				
Alta $\beta=,375$				
Altíssima $\beta=-,26$				
Alta Jovens $\beta=,185$				
Média Baixa Idosos $\beta=,096$				

O R^2 gerado foi próximo ao da regressão anterior, inclusive ligeiramente maior. Os β positivos continuam coerentes com nossa hipótese. Porém a informação que importa aqui é que dentre os setores de média e média-baixa vulnerabilidade social, prevalece o de média ($\beta=0,401$), e dentro dos setores censitários de alta, de alta com prevalência de jovens e de altíssima vulnerabilidade social, prevalece o de alta ($\beta=0,375$).

Aparentemente contraditória esta análise, em função dela passamos a levantar uma nova hipótese: a de que a partir de um certo nível de desagregação social, a organização da sociedade não ocorre de modo tão intenso, e portanto deve existir um ponto em que a falta de acessos a direitos essenciais não leva a pessoa a demandar por eles, diminui grau de organização social e poderia elevar os índices de violência destas regiões, no caso de alta e altíssima vulnerabilidade social.

Para testar esta nova hipótese, vamos utilizar o modelo 4 proposto e proceder a novas regressões múltiplas, desta vez considerando as seguintes variáveis, que também são consideradas no cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social:

- ✓ **Variável dependente:** Número de Homicídios de pessoas de 10 a 29 anos, ocorridos por distrito, durante os anos de 1998 a 2000;
- ✓ **Variáveis independentes :**
 1. DADOS DE RENDA
 2. DADOS DE EDUCAÇÃO
 3. DADOS DE SANEAMENTO
 4. DADOS SOBRE O PERFIL JOVEM DA MÃE.

Fazendo estas novas regressões, encontramos fortes correlações entre a violência e a exclusão social, onde os assassinatos de jovens são estatisticamente relacionados com indicadores de baixa vulnerabilidade social, como demonstram os dados a seguir:

HOMICÍDIOS X RENDA

Multiple Regression Results

Dependent: homicídios 10-29 anos

Multiple R = ,89689271 F = 386,6132

R²= ,80441654 df = 1,94

No. of cases: 96

adjusted R²= ,80233586 p = 0,000000

Standard error of estimate: 42,015868431

Intercept: -15,46945729 Std.Error: 6,798531 t(94)=-2,275 p = ,0252

Renda do chefe da família < 2 S.M. $\beta=0,897$

HOMICÍDIOS X EDUCAÇÃO

Multiple Regression Results

Dependent: homicídios 10-29 anos

Multiple R = ,94974420 F = 131,9461

R²= ,90201405 df = 6,86

No. of cases: 93

adjusted R²= ,89517782 p = 0,000000

Standard error of estimate: 30,801288477

Intercept: 86,867652082 Std.Error: 48,34543 t(86)=1,7968 p=,0759

De 15-29 anos s/ instrução $\beta=,053$ > 30 anos s/ instrução $\beta=,210$ > 60 ano s/ instrução $\beta=,23$ **mulheres chefe sem instrução $\beta=1,01$** **% analfabetos $\beta=-,16$** **% alunos 5ª a 8ª série defasados $\beta=-,03$**

HOMICÍDIOS X SANEAMENTO

Multiple Regression Results

Dependent: homicídios 10-29 anos

Multiple R = ,90378393 F = 99,21880

R²= ,81682539 df = 4,89

No. of cases: 94

adjusted R²= ,80859282 p = 0,000000

Standard error of estimate: 41,633978188

Intercept: 1,727196506 Std.Error: 6,587705 t(89) = ,26218 p = ,7938

sem rede de água $\beta=,328$ **sem rede de esgoto $\beta=,135$** **sem coleta de lixo $\beta=-,18$** **Sem banheiro na casa $\beta=,679$**

HOMICÍDIOS X PERFIL DA MÃE

```
Multiple Regression Results

Dependent: homicídios 10-29 anos
Multiple R = ,95610253      F = 242,1917
          R²= ,91413205      df = 4,91
No. of cases: 96
adjusted R²= ,91035764      p = 0,000000
Standard error of estimate: 28,294762287
Intercept: -6,311845204 Std.Error: 4,625607 t(91)=-1,365 p=,1758

filhos mães jovens < 19 que nasceram com baixo peso β=,203
mães jovens solteiras β=,090
mães < 19 anos β=,025
mães jovens com < 7 anos de estudo β=,651
```

Não podemos deixar de verificar uma fortíssima relação entre o número de setores censitários em que são baixos os rendimentos e o grau de escolaridade, sobretudo das mães jovens, e em que são precárias as condições de saneamento com a elevada taxa de homicídio dos distritos.

Com relação aos dados obtidos a partir do Mapa de Vulnerabilidade Social sobre escolaridade e renda do chefe da família, relacionamos, em um primeiro momento, a renda de até 2 Salários Mínimos dos chefes de família (variável independente) com a variável dependente (número de Organizações Sociais cadastradas junto ao banco). Os resultados foram os seguintes:

```
Multiple Regression Results

Dependent: Organizações Sociais Cadastradas

Multiple          R = ,67997766      F = 80,84131
          R²= ,46236961      df = 1,94
No. of cases: 96
adjusted R²= ,45665014      p = ,000000
Standard error of estimate: 5,393951867
Intercept: 0,181413979 Std.Error: 0,8727881 t(94)=0,20786 p=0,8358

chefes renda até 2 SM β=0,680
```

Com relação à educação, ela sozinha também responde por um elevado grau de correlação com a demanda por meio de Organizações Sociais junto ao Banco de Alimentos:

Multiple Regression Results

Dependent: **Organizações Sociais Cadastradas**

Multiple R = ,69205096 F = 16,54460

R²= ,47893453 df = 5,90

No. of cases: 96

adjusted R²= **0,44998645** p = ,000000

Standard error of estimate: 5,426927020

Intercept: -3,431491832 Std.Error: 3,245863 t(90)=-1,057 p=0,2933

mulheres chefes sem instrução $\beta=1,69$ **> 60 anos s/ instrução $\beta=-0,64$** **15- 29 anos sem instrução $\beta=-0,60$** % analfabetos $\beta =0,156$ >30 anos s/ inst $\beta=0,018$

Estes dados nos fazem supor que existe uma forte relação entre baixa escolaridade e baixa renda do chefe da família. Fazendo esta análise estatística, percebemos que a baixa escolaridade está relacionada em 97,6% com os baixos rendimentos, o que demonstra de fato a existência de um círculo vicioso em que a exclusão social distancia as pessoas da educação formal, conseqüentemente, limita a renda das famílias, jogando-as nas periferias, onde os filhos dos mais pobres saem da escola cedo para reforçar o orçamento familiar, fechando este ciclo perverso.

Multiple Regression Results

Dependent: **chefes renda < 2 SM**

Multiple R = ,98894592 F = 637,5979

R²= ,97801404 df = 6,86

No. of cases: 93

adjusted R²= **0,97648014** p = 0,000000

Standard error of estimate: 695,94079330

Intercept: -1162,745145 Std.Error: 1092,343 t(86)=-1,064 p=0,2901

mulheres chefes sem instrução $\beta=1,11$ **>30 a s/ instrução $\beta=-0,20$** % alunos 5ª a 8ª em fase $\beta=0,025$ 15-29 anos sem instrução $\beta=0,005$ > 60 anos s/ instr $\beta=0,054$ % analfabetos $\beta=0,021$

Como mencionado anteriormente, supomos que a partir de um certo grau de vulnerabilidade social a desestruturação da sociedade é maior, implicando numa queda no número de Organizações Sociais que se cadastram junto ao Banco de Alimentos.

Porém, não está claro ainda o motivo das pessoas aderirem ou não ao programa. Mais investigações deveriam ser consideradas, com relação aos motivos da não adesão, dentre os quais, podemos supor aqueles objetivos, como o desconhecimento do programa ou a ausência de Organização Social no bairro, ou aqueles subjetivos, como a descrença, vergonha, ou outro.

6. CONCLUSÕES

Esta dissertação de mestrado teve por objetivo geral investigar se a demanda junto ao programa Banco de Alimentos guarda relação com a exclusão social no município de São Paulo.

O principal instrumento para esta análise foi o Índice de Vulnerabilidade Social gerado a partir do Mapa da Vulnerabilidade Social, produzido pela SAS, em parceria com o CEM-CEBRAP, a partir dos dados do Censo de 2000.

Consideramos o programa Banco de Alimentos parte da política pública de segurança alimentar. Buscar o entendimento da amplitude de seus potenciais dentro desta política pode gerar inúmeros novos estudos.

A hipótese de que a distribuição geográfica da demanda corresponde ao perfil de exclusão social da cidade de São Paulo não foi rejeitada, com 95% de certeza.

Esta conclusão vem do fato de que, quando agregamos as variáveis independentes em três níveis são consideradas estatisticamente significativas, nesta ordem de relevância, o número de setores em situação de alta e de média vulnerabilidade social e não é significativo o número de setores em situação de baixa vulnerabilidade social.

Também corrobora nossa conclusão o fato de que tanto a análise que considerou como variável independente “renda até 2 salários mínimos do chefe da família”, quanto a análise das variáveis independentes relacionadas à educação, que integram os dados do Mapa da Vulnerabilidade Social, respondem, tanto isoladamente como em conjunto, por aproximadamente 45 % dos fatores que influenciam na demanda.

Concluimos também que, a partir de um certo nível de desagregação social, a organização da sociedade não ocorre de modo tão intenso, sugerindo a existência de um ponto a partir do qual a falta de acesso a direitos essenciais não leva à organização da sociedade (diminui o número de Organizações Sociais que se cadastram junto ao programa Banco de Alimentos), desestruturando mais ainda a teia social.

Esta conclusão é baseada em um primeiro momento da análise de regressão múltipla, em que duas variáveis independentes (média e alta vulnerabilidade social) foram desagregadas em cinco níveis intermediários. Ela demonstra que influenciam na quantidade de Organizações Sociais cadastradas, o número de setores censitários em situação de média vulnerabilidade social, seguido pelo número de setores em situação de alta vulnerabilidade social, sendo estes estatisticamente significativos. Os demais níveis, isto é, o número de setores censitários em situação de altíssima, de alta com prevalência de jovens e de média baixa vulnerabilidade social, são menos relevantes, não sendo considerados estatisticamente significativos.

Porém, o fato destas pessoas não aderirem a um programa como o Banco de Alimentos, sugere a necessidade de investigação adicional a relação entre altíssima exclusão social e o crime, que seduziria e engajaria contingentes pelo emprego e dinheiro ilícitos, elevando não só os índices de violência, sobretudo nas periferias, mas o nível de assassinatos, que hoje atinge patamares sem precedentes na história brasileira. Esta hipótese ganha força quando relacionamos o número de assassinatos (1998-2000) de jovens (10 a 29 anos) nos distritos com o os indicadores de vulnerabilidade social, onde há uma correlação direta entre estas componentes do Mapa da Vulnerabilidade Social nos distritos.

Uma investigação mais profunda sobre as Organizações Sociais poderia auxiliar na análise sobre o alcance do Banco de Alimentos, onde destacamos ser importante uma análise qualitativa sobre elas, e também investigar a data de fundação delas, de modo a entendê-las dentro de um contexto histórico que motivou a sua criação. Se, por um lado, o próprio papel das Organizações Sociais sem fins lucrativos está confuso, sua ausência também tem seus significados. Entender e aprimorar a organização da sociedade civil é uma busca constante que temos como horizonte.

Percebemos desta maneira que é necessário a intervenção com maior vigor, por parte do Estado, nestas áreas periféricas de maior exclusão social. É preciso romper o ciclo da baixa escolaridade e do baixo rendimento,

oferecendo à população acesso à educação de qualidade para os filhos e trabalho e renda para os pais.

Detectamos duas importantes ações que Banco de Alimentos poderia implementar no sentido de melhorar suas ações. A primeira é estabelecer uma política mais intensa de captação, ou seja, ampliar significativamente o volume de alimentos recebidos e, conseqüentemente o atendimento realizado, pois sua estrutura está muito ociosa e sua demanda não consegue ser plenamente atendida, e também fazer com que as doações sejam permanentes, regulares e constantes, assim como a fome, ordinária no seu dia-a-dia. A captação deveria ser mais “ativa”, no sentido de se buscar e sensibilizar diariamente o doador e menos “passiva”. Outra ação importante que acreditamos deva ser aprimorada, é a implantação e divulgação de um sistema de monitoramento, em que são destacados os produtos, o volume, a qualidade e o impacto (econômico, social, nutricional) das transferências nas comunidades onde se concentram os beneficiários finais.

O programa Banco de Alimentos deve ser encarado como uma ação dentro de uma política pública mais ampla, jamais pode ser visto isoladamente. O crescimento econômico, a geração de empregos e a distribuição da renda fazem parte de um dos pilares do Fome Zero, considerado um eixo estruturante. Sem isto, não haverá bancos de alimentos suficientes para dar conta dos quase 400 mil excluídos que a cidade de São Paulo abriga em pleno início do século XXI.

7. ANEXOS

ANEXO 1 - DADOS DEMOGRÁFICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Tabela 12 - Área Total, População Residente, Taxa de Crescimento e Densidade demográfica
Município de São Paulo e Distritos Municipais 1980, 1991, 1996 e 2000

Distritos	População				Taxa de Crescimento			Área	Densidade (pop/ha)			
	1980	1991	1996	2000	1980/91	1991/96	1996/2000		Ha	1980	1991	1996
Município de S. Paulo	8.493.226	9.646.185	9.839.436	10.405.867	1,16	0,40	1,41	150.900	56,28	63,92	65,21	68,96
Água Rasa	112.609	95.099	86.670	85.824	-1,52	-1,84	-0,24	690	163,20	137,82	125,61	124,38
Alto de Pinheiros	51.178	50.351	44.322	44.417	-0,15	-2,52	0,05	770	66,46	65,39	57,56	57,68
Anhanguera	5.350	12.408	28.533	38.502	7,95	18,12	7,78	3.330	1,61	3,73	8,57	11,56
Aricanduva	92.790	96.512	91.439	94.758	0,36	-1,07	0,90	660	140,59	146,23	138,54	143,57
Artur Alvim	107.130	118.531	110.484	110.789	0,92	-1,40	0,07	660	162,32	179,59	167,40	167,86
Barra Funda	17.894	15.977	14.338	12.936	-1,02	-2,14	-2,54	560	31,95	28,53	25,60	23,10
Bela Vista	85.416	71.825	64.895	63.143	-1,56	-2,01	-0,68	260	328,52	276,25	249,60	242,86
Belém	57.195	49.697	42.584	38.268	-1,27	-3,04	-2,64	600	95,33	82,83	70,97	63,78
Bom Retiro	47.588	36.136	27.788	26.569	-2,47	-5,12	-1,12	400	118,97	90,34	69,47	66,42
Brás	38.630	33.536	26.665	24.505	-1,28	-4,48	-2,09	350	110,37	95,82	76,19	70,01
Brasilândia	166.441	201.591	235.327	246.932	1,76	3,14	1,21	2.100	79,26	96,00	112,06	117,59
Butantã	56.934	58.019	53.520	52.532	0,17	-1,60	-0,46	1.250	45,55	46,42	42,82	42,03
Cachoeirinha	105.726	125.852	140.868	147.549	1,60	2,28	1,17	1.330	79,49	94,63	105,92	110,94
Cambuci	44.851	37.069	32.089	28.620	-1,72	-2,84	-2,82	390	115,00	95,05	82,28	73,38
Campo Belo	75.631	77.952	66.553	66.314	0,28	-3,11	-0,09	880	85,94	88,58	75,63	75,36
Campo Grande	70.485	82.052	84.850	91.206	1,39	0,67	1,82	1.310	53,81	62,64	64,77	69,62
Campo Limpo	110.556	159.471	162.100	190.840	3,39	0,33	4,16	1.280	86,37	124,59	126,64	149,09
Cangaíba	97.792	115.070	126.458	136.088	1,49	1,91	1,85	1.600	61,12	71,92	79,04	85,06
Capão Redondo	128.194	193.497	200.325	242.368	3,81	0,70	4,88	1.360	94,26	142,28	147,30	178,21
Carrão	99.218	87.336	79.424	77.561	-1,15	-1,88	-0,59	750	132,29	116,45	105,90	103,41
Casa Verde	103.455	96.396	88.935	83.615	-0,64	-1,60	-1,53	710	145,71	135,77	125,26	117,77
Cidade Ademar	219.649	230.794	233.588	243.273	0,45	0,24	1,02	1.200	183,04	192,33	194,66	202,73
Cidade Dutra	122.990	168.821	176.262	190.079	2,92	0,87	1,90	2.930	41,98	57,62	60,16	64,87
Cidade Líder	70.508	97.370	98.313	116.170	2,98	0,19	4,26	1.020	69,13	95,46	96,39	113,89
Cidade Tiradentes	8.603	96.281	162.653	190.555	24,55	11,06	4,04	1.500	5,74	64,19	108,44	127,04
Consolação	77.338	66.590	58.588	54.301	-1,35	-2,53	-1,88	370	209,02	179,97	158,35	146,76
Cursino	116.473	110.435	104.088	101.929	-0,48	-1,18	-0,52	1.280	90,99	86,28	81,32	79,63
Erm Mat	80.513	95.609	105.202	106.731	1,57	1,93	0,36	870	92,54	109,90	120,92	122,68
Freguesia do Ó	150.578	152.672	142.340	144.468	0,13	-1,39	0,37	1.050	143,41	145,40	135,56	137,59
Grajaú	117.301	193.754	272.684	331.971	4,67	7,07	5,04	9.200	12,75	21,06	29,64	36,08
Guaianases	50.417	81.373	89.004	98.137	4,45	1,81	2,47	860	58,62	94,62	103,49	114,11
Iguatemi	32.595	59.820	89.835	101.688	5,67	8,47	3,15	1.960	16,63	30,52	45,83	51,88
Ipiranga	117.588	101.533	93.998	98.235	-1,33	-1,53	1,11	1.050	111,99	96,70	89,52	93,56
Itaim Bibi	114.956	107.497	88.565	81.331	-0,61	-3,80	-2,11	990	116,12	108,58	89,46	82,15
Itaim Paulista	107.259	163.269	180.763	212.677	3,89	2,06	4,15	1.200	89,38	136,06	150,64	177,23
Itaquera	126.727	175.366	184.543	201.178	3,00	1,03	2,18	1.460	86,80	120,11	126,40	137,79
Jabaquara	196.151	214.350	212.455	214.199	0,81	-0,18	0,20	1.410	139,11	152,02	150,68	151,91
Jaçanã	80.080	86.830	89.646	91.649	0,74	0,64	0,55	780	102,67	111,32	114,93	117,50
Jaguara	32.771	29.798	25.729	25.701	-0,86	-2,89	-0,03	460	71,24	64,78	55,93	55,87
Jaguareé	39.867	44.361	36.104	42.410	0,98	-4,04	4,11	660	60,41	67,21	54,70	64,26
Jaraguá	47.416	93.185	114.375	145.525	6,33	4,18	6,21	2.760	17,18	33,76	41,44	52,73
Jd Ângela	107.580	178.373	221.424	243.845	4,70	4,42	2,44	3.740	28,76	47,69	59,20	65,20
Jd Helena	91.079	118.381	137.603	138.585	2,41	3,06	0,18	910	100,09	130,09	151,21	152,29

Jardim Paulista	117.804	103.138	89.261	82.657	-1,20	-2,85	-1,90	610	193,12	169,08	146,33	135,50
Distritos	População				Taxa de Crescimento			Área	Densidade (pop/ha)			
	1980	1991	1996	2000	1980/91	1991/96	1996/2000	Ha	1980	1991	1996	2000
Município de S. Paulo	8.493.226	9.646.185	9.839.436	10.405.867	1,16	0,40	1,41	150.900	56,28	63,92	65,21	68,96
Jardim São Luiz	163.634	204.284	223.252	236.967	2,04	1,79	1,50	2.470	66,25	82,71	90,39	95,94
José Bonifácio	24.049	103.712	103.933	107.053	14,21	0,04	0,74	1.410	17,06	73,55	73,71	75,92
Lajeado	69.418	112.807	129.729	157.835	4,51	2,83	5,02	920	75,45	122,62	141,01	171,56
Lapa	83.705	70.319	62.961	60.070	-1,57	-2,19	-1,17	1.000	83,70	70,32	62,96	60,07
Liberdade	82.472	76.245	64.349	61.850	-0,71	-3,34	-0,99	370	222,90	206,07	173,92	167,16
Limão	88.911	90.422	83.994	82.016	0,15	-1,46	-0,59	630	141,13	143,53	133,32	130,18
Mandaqui	88.203	104.022	101.964	103.061	1,51	-0,40	0,27	1.310	67,33	79,41	77,84	78,67
Marsilac	4.439	5.992	7.416	8.416	2,76	4,36	3,21	20.000	0,22	0,30	0,37	0,42
Moema	72.162	77.340	74.168	69.489	0,63	-0,83	-1,62	900	80,18	85,93	82,41	77,21
Moóca	84.583	71.999	63.844	63.211	-1,45	-2,38	-0,25	770	109,85	93,51	82,91	82,09
Morumbi	31.077	40.031	38.550	33.891	2,33	-0,75	-3,17	1.140	27,26	35,11	33,82	29,73
Parelheiros	31.711	55.594	82.535	102.493	5,24	8,22	5,56	15.350	2,07	3,62	5,38	6,68
Pari	26.968	21.299	15.434	14.521	-2,12	-6,24	-1,51	290	92,99	73,44	53,22	50,07
Parque do Carmo	35.099	54.743	56.154	63.923	4,12	0,51	3,29	1.540	22,79	35,55	36,46	41,51
Pedreira	63.058	86.001	109.336	127.478	2,86	4,92	3,91	1.870	33,72	45,99	58,47	68,17
Penha	140.213	133.006	126.960	123.166	-0,48	-0,93	-0,76	1.130	124,08	117,70	112,35	109,00
Perdizes	117.392	108.840	103.746	102.160	-0,69	-0,95	-0,38	610	192,45	178,43	170,08	167,48
Perus	36.196	46.301	57.601	70.715	2,26	4,46	5,26	2.390	15,14	19,37	24,10	29,59
Pinheiros	94.679	78.644	69.542	62.393	-1,67	-2,43	-2,68	800	118,35	98,31	86,93	77,99
Pirituba	132.679	152.305	151.551	161.732	1,26	-0,10	1,64	1.710	77,59	89,07	88,63	94,58
Ponte Rasa	96.794	102.702	98.490	97.584	0,54	-0,83	-0,23	640	151,24	160,47	153,89	152,48
Raposo Tavares	49.370	82.890	87.209	90.580	4,82	1,02	0,95	1.260	39,18	65,79	69,21	71,89
República	60.999	57.797	49.666	47.459	-0,49	-2,99	-1,13	230	265,21	251,29	215,94	206,34
Rio Pequeno	84.798	102.791	99.428	111.691	1,76	-0,66	2,95	970	87,42	105,97	102,50	115,15
S.Miguel Paulista	100.182	102.964	103.656	227.423	0,25	0,13	1,20	750	133,58	137,29	138,21	160,16
Sacomã	163.967	211.200	216.869	71.111	2,33	0,53	-1,59	1.420	115,47	148,73	152,72	182,34
Santa Cecília	94.542	85.829	75.826	125.036	-0,88	-2,45	-1,35	390	242,42	220,07	194,43	99,23
Santana	139.026	137.679	132.016	59.758	-0,09	-0,84	-1,31	1.260	110,34	109,27	104,77	38,31
Santo Amaro	93.255	75.556	62.988	82.824	-1,90	-3,57	3,24	1.560	59,78	48,43	40,38	82,82
São Domingos	69.457	70.386	72.919	139.086	0,12	0,71	-0,97	1.000	69,46	70,39	72,92	140,49
São Lucas	156.430	152.036	144.636	154.785	-0,26	-0,99	-0,84	990	158,01	153,57	146,10	119,07
São Mateus	118.421	150.764	160.114	97.326	2,22	1,21	-1,56	1.300	91,09	115,97	123,16	129,77
São Rafael	70.443	89.862	101.531	125.132	2,24	2,47	5,36	1.320	53,37	68,08	76,92	94,80
Sapopemba	178.989	257.617	254.922	281.985	3,37	-0,21	2,55	1.350	132,58	190,83	188,83	208,88
Saúde	136.221	126.596	117.792	117.910	-0,66	-1,43	0,03	890	153,06	142,24	132,35	132,48
Sé	32.965	27.186	21.255	20.106	-1,74	-4,80	-1,38	210	156,98	129,46	101,21	95,74
Socorro	40.738	43.194	38.375	39.017	0,53	-2,34	0,42	1.290	31,58	33,48	29,75	30,25
Tatuapé	89.389	81.840	77.492	79.105	-0,80	-1,09	0,52	820	109,01	99,80	94,50	96,47
Tremembé	96.815	125.075	143.298	163.783	2,36	2,76	3,40	5.630	17,20	22,22	25,45	29,09
Tucuruvi	115.586	111.884	101.957	99.173	-0,30	-1,84	-0,69	900	128,43	124,32	113,29	110,19
Vila Andrade	22.584	42.576	54.147	75.393	5,93	4,93	8,63	1.030	21,93	41,34	52,57	73,20
Vila Curuçá	95.451	124.300	138.810	146.220	2,43	2,23	1,31	970	98,40	128,14	143,10	150,74
Vila Formosa	106.108	97.940	91.410	93.751	-0,73	-1,37	0,63	740	143,39	132,35	123,53	126,69
Vila Guilherme	68.410	61.625	53.533	49.933	-0,95	-2,78	-1,73	690	99,15	89,31	77,58	72,37
Vila Jacuí	69.681	101.236	110.360	141.630	3,45	1,74	6,44	770	90,50	131,48	143,32	183,94
Vila Leopoldina	28.177	26.827	26.487	26.832	-0,45	-0,25	0,32	720	39,14	37,26	36,79	37,27
Vila Maria	132.081	122.662	113.212	112.469	-0,67	-1,59	-0,16	1.180	111,93	103,95	95,94	95,31
Vila Mariana	143.222	132.822	124.193	123.618	-0,68	-1,33	-0,12	860	166,54	154,44	144,41	143,74
Vila Matilde	117.530	109.023	99.414	102.254	-0,68	-1,83	0,71	890	132,06	122,50	111,70	114,89
Vila Medeiros	162.011	156.140	145.474	140.500	-0,34	-1,41	-0,87	770	210,40	202,78	188,93	182,47
Vila Prudente	124.777	114.297	100.428	102.072	-0,79	-2,55	0,41	990	126,04	115,45	101,44	103,10
Vila Sônia	62.853	83.006	79.320	87.251	2,56	-0,90	2,41	990	63,49	83,84	80,12	88,13

Fonte: IBGE - Censos demográficos 1980/1991, Contagem da População 1996 e Sinopse Preliminar do Censo 2000 /
Secretaria Municipal do Planejamento-SEMPPLA / DEINFO - taxas de crescimento ao ano 1980-91 e 1991-96

ANEXO 2 - Abaixo, temos as tabelas dos dados gerados pelo estudo da exclusão e vulnerabilidade social.

Tabela 13 - CLASSIFICAÇÃO DOS DISTRITOS SEGUNDO NÚMERO DE SETORES MAIS VULNERÁVEIS - SÃO PAULO 2003

Nº	STRITO	NENHUMA	MUITO BAIXA	BAIXA FAMILIAS IDOSAS	MEDIA BAIXA FAMILIAS IDOSAS	MEDIA FAMILIAS ADULTAS	ALTA E FAMILIAS JOVENS	ALTA E FAMILIAS ADULTAS	ALTÍSSIMA E FAMILIAS JOVENS	TOTAL ALTA VULNERABILIDADE	% ALTA VULNERABILIDADE	TOTAL SETORES	íex final 2002
1	GRAJAU	0	15	3	17	73	79	133	19	231	68,14	339	-0,98
2	JARDIM ANGELA	0	20	0	3	57	67	105	23	195	70,91	275	-1,00
3	ITAIM PAULISTA	1	6	9	19	73	24	125	10	159	59,55	267	-0,81
4	CIDADE ADEMAR	0	30	26	28	58	16	100	22	138	49,29	280	-0,67
5	LAJEADO	0	4	0	7	41	34	85	16	135	72,19	187	-0,92
6	JARDIM SÃO LUIS	9	22	15	23	107	20	89	11	120	40,54	296	-0,61
7	CIDADE TIRADENTES	1	29	0	32	62	28	80	11	119	48,97	243	-0,90
8	SAPOPEMBA	2	10	30	65	102	18	79	18	115	35,49	324	-0,64
9	BRASILANDIA	5	5	8	22	69	26	77	11	114	51,12	223	-0,81
10	CAPAO REDONDO	2	14	11	8	75	17	73	16	106	49,07	216	-0,81
11	JARDIM HELENA	0	4	1	7	65	26	61	10	97	55,75	174	-0,84
12	PARELHEIROS	0	5	0	4	19	44	42	8	94	77,05	122	-0,88
13	ITAQUERA	4	18	26	42	81	23	57	9	89	34,23	260	-0,55
14	VILA CURUCA	1	3	4	14	65	10	69	9	88	50,29	175	-0,77
15	IGUATEMI	0	1	0	1	41	25	57	5	87	66,92	130	-0,83
16	VILA JACUI	0	10	11	8	65	31	43	13	87	48,07	181	-0,62
17	CIDADE DUTRA	4	20	27	20	61	5	68	10	83	38,60	215	-0,54
18	PEDREIRA	0	13	5	6	41	23	38	9	70	51,85	135	-0,83
19	TREMEMBE	0	33	44	22	39	31	28	6	65	32,02	203	-0,44
20	JABAQUARA	25	59	54	37	35	5	55	5	65	23,64	275	-0,36
21	CAMPO LIMPO	7	18	14	18	63	17	35	12	64	34,78	184	-0,54
22	GUAIANASES	0	2	0	13	44	20	39	4	63	51,64	122	-0,76
23	SÃO RAFAEL	0	21	5	9	66	23	34	6	63	38,41	164	-0,72
24	SACOMA	22	39	69	38	46	18	31	12	61	22,18	275	-0,31
25	CACHOEIRINHA	4	8	19	27	40	8	33	13	54	35,53	152	-0,70
26	JARAGUA	1	16	3	18	61	9	33	3	45	31,25	144	-0,54
27	SÃO MATEUS	7	12	26	32	80	3	33	7	43	21,50	200	-0,41
28	SÃO MIGUEL	0	2	23	23	48	4	32	3	39	28,89	135	-0,51
29	JOSE BONIFACIO	0	7	31	54	25	10	22	1	33	22,00	150	-0,60
30	RAPOSO TAVARES	5	5	10	5	35	4	24	4	32	34,78	92	-0,48
31	JACANA	0	9	37	22	12	3	19	9	31	27,93	111	-0,37
32	VILA MARIA	3	5	48	28	30	7	15	9	31	21,38	145	-0,43
33	PIRITUBA	7	22	53	34	26	4	23	4	31	17,92	173	-0,31
34	ERMELINO MATARAZZO	1	11	20	16	66	8	19	2	29	20,28	143	-0,39
35	VILA ANDRADE	34	6	0	4	2	18	3	7	28	37,84	74	-0,48
36	PARQUE DO CARMO	1	10	2	3	31	2	23	3	28	37,33	75	-0,46
37	PERUS	0	14	4	6	27	10	18	0	28	35,44	79	-0,63
38	VILA MEDEIROS	0	1	46	62	27	1	25	1	27	16,56	163	-0,46

Nº	DISTRITO	NENHUMA	MUITO BAIXA	BAIXA FAMÍLIAS IDOSAS	MEDIA BAIXA FAMÍLIAS IDOSAS	MEDIA FAMÍLIAS ADULTAS	ALTA E FAMÍLIAS JOVENS	ALTA E FAMÍLIAS ADULTAS	ALTÍSSIMA E FAMÍLIAS JOVENS	TOTAL ALTA VULNERABI LIDADE	% ALTA VULNERABI LIDADE	TOTAL SETORES	íex final 2002
39	RIO PEQUENO	6	23	26	13	20	2	10	13	25	22,12	113	-0,32
40	CANGAIBA	6	8	38	33	42	4	18	3	25	16,45	152	-0,42
41	FREGUESIA DO O	5	25	47	41	19	0	24	1	25	15,43	162	-0,23
42	CIDADE LIDER	2	11	11	20	63	5	14	4	23	17,69	130	-0,34
43	JAGUARE	3	14	9	3	2	5	3	8	16	34,04	47	-0,32
44	ARTUR ALVIM	0	5	59	43	16	2	10	4	16	11,51	139	-0,42
45	PONTE RASA	0	8	40	36	40	0	15	1	16	11,43	140	-0,41
46	ARICANDUVA	1	7	33	25	32	0	12	2	14	12,50	112	-0,29
47	CURSINO	5	46	42	20	13	1	12	1	14	10,00	140	-0,04
48	SÃO DOMINGOS	2	15	32	7	15	4	7	2	13	15,48	84	-0,28
49	VILA SONIA	17	35	21	9	6	8	0	5	13	12,87	101	-0,22
50	MARSILAC	0	0	0	0	2	2	9	1	12	85,71	14	-0,66
51	LIMAO	1	7	38	27	9	2	9	1	12	12,77	94	-0,35
52	ANHANGUERA	0	10	0	0	15	6	5	0	11	30,56	36	-0,56
53	SÃO LUCAS	13	16	51	56	29	0	9	2	11	6,25	176	-0,27
54	VILA PRUDENTE	5	22	67	24	13	2	4	3	9	6,43	140	-0,23
55	IPIRANGA	3	38	64	16	7	7	1	0	8	5,88	136	-0,08
56	CAMPO BELO	31	56	2	0	2	0	3	4	7	7,14	98	0,25
57	MANDAQUI	11	37	44	14	15	0	7	0	7	5,47	128	-0,05
58	MORUMBI	26	16	0	0	0	1	2	2	5	10,64	47	0,19
59	VILA FORMOSA	7	15	43	38	12	0	5	0	5	4,17	120	-0,09
60	PENHA	2	12	85	53	9	3	1	1	5	3,01	166	-0,24
61	VILA LEOPOLDINA	7	18	6	3	0	2	0	1	3	8,11	37	0,11
62	BOM RETIRO	0	18	10	2	8	1	2	0	3	7,32	41	-0,15
63	SOCORRO	0	10	23	7	3	0	3	0	3	6,52	46	0,02
64	VILA GUILHERME	0	6	37	15	5	1	2	0	3	4,55	66	-0,07
65	CAMPO GRANDE	21	29	31	6	9	0	3	0	3	3,03	99	0,00
66	CASA VERDE	1	16	42	31	13	0	3	0	3	2,83	106	-0,14
67	SANTANA	11	91	52	5	0	1	2	0	3	1,85	162	0,12
68	BARRA FUNDA	1	17	2	0	0	0	2	0	2	9,09	22	0,04
69	VILA MATILDE	0	11	67	32	18	0	2	0	2	1,54	130	-0,16
70	SAUDE	45	96	32	2	1	0	1	1	2	1,12	178	0,19
71	PARI	0	1	15	4	0	0	1	0	1	4,76	21	0,00
72	JAGUARA	0	0	11	12	5	1	0	0	1	3,45	29	-0,12
73	BRAS	7	8	9	6	10	1	0	0	1	2,44	41	-0,34
74	CAMBUCI	0	13	27	7	0	1	0	0	1	2,08	48	-0,03
75	BELEM	1	9	40	7	2	1	0	0	1	1,67	60	-0,06
76	CARRAO	2	14	45	43	2	0	1	0	1	0,93	107	-0,12
77	VILA MARIANA	80	119	11	0	0	0	1	0	1	0,47	211	0,32
78	SE	0	21	5	0	12	0	0	0	0	0,00	38	-0,32
79	REPUBLICA	18	82	5	0	9	0	0	0	0	0,00	114	-0,28
80	LIBERDADE	18	72	9	1	7	0	0	0	0	0,00	107	-0,15
81	SANTA CECILIA	23	84	15	3	1	0	0	0	0	0,00	126	-0,05
82	AGUA RASA	2	16	70	31	2	0	0	0	0	0,00	121	-0,04
83	TUCURUVI	3	20	83	29	2	0	0	0	0	0,00	137	-0,04

Nº	DISTRITO	NENHUMA	MUITO BAIXA	BAIXA FAMÍLIAS IDOSAS	MEDIA BAIXA FAMÍLIAS IDOSAS	MEDIA FAMÍLIAS ADULTAS	ALTA E FAMÍLIAS JOVENS	ALTA E FAMÍLIAS ADULTAS	ALTÍSSIMA E FAMÍLIAS JOVENS	TOTAL ALTA VULNERABI LIDADE	% ALTA VULNERABI LIDADE	TOTAL SETORES	íex final 2002
84	MOOCA	4	38	45	9	0	0	0	0	0	0,00	96	-0,02
85	BELA VISTA	48	73	1	1	5	0	0	0	0	0,00	128	0,03
86	TATUAPE	18	38	59	9	1	0	0	0	0	0,00	125	0,14
87	BUTANTA	9	36	20	3	2	0	0	0	0	0,00	70	0,23
88	LAPA	7	57	34	4	1	0	0	0	0	0,00	103	0,26
89	CONSOLACAO	56	51	0	0	0	0	0	0	0	0,00	107	0,29
90	PERDIZES	45	85	8	2	0	0	0	0	0	0,00	140	0,33
91	SANTO AMARO	15	51	23	1	1	0	0	0	0	0,00	91	0,34
92	ITAIM BIBI	75	66	8	1	1	0	0	0	0	0,00	151	0,35
93	ALTO DE PINHEIROS	20	42	2	0	0	0	0	0	0	0,00	64	0,42
94	PINHEIROS	51	58	11	0	0	0	0	0	0	0,00	120	0,43
95	JARDIM PAULISTA	131	37	0	0	0	0	0	0	0	0,00	168	0,97
96	MOEMA	99	34	1	0	0	0	0	0	0	0,00	134	1,00
Total		1.110	2.392	2.295	1.551	2.459	784	2.128	401	3313	25,25	13.120	

Fonte: Cebrap/CEM, PMSP/SAS, Mapa da Exclusão/Inclusão Social/PUC-SP, 2003

O Mapa da Vulnerabilidade Social tem diversas outras componentes, com dados relacionados à saúde, faixa etária, renda, educação e outros. Para preservar o sigilo dos dados que geraram o estudo realizado pelo CEM-CEBRAP, não foram publicadas todas as variáveis utilizadas nesta dissertação.

ANEXO 3 – VERIFICAÇÃO DO CADASTRO

Para que os dados pudessem ser utilizados, em primeiro lugar foi preciso verificar a consistência das informações repassadas pelos representantes das Organizações Sociais. Muitas das informações tinham algum tipo de problema, como os elencados abaixo:

- ✓ **Os nomes das ruas:** letras duplicadas (nellori ou nelori, capello ou cappello ou cappello ou capelo, e tantas variações possíveis), abreviações (Av Fernando M. de Almeida, onde o M. pode significar muitos nomes diferentes), “esses” trocados por “zes” ou “dablios” por “ves”, nomes trocados (José por João) e adição ou subtração de preposições (Rua Paineiras ou Rua das Paineiras);
- ✓ **A identificação do tipo de logradouro:** se é rua, praça, avenida, travessa, estrada;
- ✓ **O CEP:** alguns inexistentes na base de dados do mapa, alguns “emprestados” de ruas próximas e muitos trocados ou desconhecidos.

Deste modo, foi preciso padronizar a informação e colocá-la no mesmo formato da base de dados do mapa digital da cidade de São Paulo.

Para isto, foi utilizado um programa de computador chamado “Localizador” e a página da internet www.cep.com.br que permite localizar, em alguns casos, o nome completo da rua a partir de fragmentos ou do CEP.

O localizador abre uma tela no computador, onde podemos inserir as primeiras letras do endereço (desprezando se é rua ou avenida), conforme ilustrado na figura 17 abaixo:

Ilustração 19 –Tela principal do programa LOCALIZADOR utilizado para a padronização dos endereços obtidos a partir do cadastro do Banco de Alimentos

Ao preencher o início do nome da rua, vão aparecendo as opções, que se restringem ao mínimo quando o nome é completamente digitado. Elas já informam se o tipo do logradouro é rua, avenida, estrada e seu respectivo CEP ao lado. Neste exemplo, existe em São Paulo a Avenida Alvarenga, duas ruas Alvarenga e a Estrada Alvarenga. Uma das informações que diferenciam um logradouro do outro é o CEP. Porém, no caso do CEP não ser ter sido informado corretamente e alguma dúvida persistir, é possível detalhar a

informação selecionando uma das três opções, na parte inferior à esquerda da tela, conforme a ilustração 17 anterior:

CEPs e Bairros;

Faixa de números por face de quadra; ou

Informações do Registro Localizado.

Se a informação que temos é que a organização fica na rua Alvarenga próxima da USP, poderíamos supor que se trata da primeira opção apresentada na ilustração 17, pelo CEP iniciado em 05 (da zona oeste).

Para confirmar se a informação de que esta opção de rua Alvarenga é a procurada, escolhemos a opção “CEP(s) e Bairros”, que fará aparecer outra tela, conforme podemos visualizar na ilustração 18 abaixo:

PRO_CO	PRO_CEP8	PRO_N	PRO_N	PRO_BAIIN
008559	05509000	00002	00700	BUTANTA
008559	05509000	00001	00699	BUTANTA
008559	05509001	00701	01099	BUTANTA
008559	05509001	00702	01100	BUTANTA

Qtde de CEPs: 14

Retornar

008559-ALVARENGA,R.,05509-000

Ilustração 20 – Tela da opção CEPS E BAIRROS do programa Localizador, com informações adicionais sobre o logradouro selecionado

O fato desta rua Alvarenga estar no bairro do Butantã, conforme consta da ilustração 18, demonstra que esta é uma boa candidata a ser a rua procurada.

Repetindo o procedimento anterior para a outra rua Alvarenga, obtemos a informação de que ela fica no bairro Sete Praias, conforme a ilustração 19 a seguir, que não é próximo à USP.

PRO_CO	PRO_CEP8	PRO_N	PRO_N	PRO_BAIIN
901920	04476050			SETE PRAIAS

Qtde de CEPS:

Ilustração 21 – Informação adicional sobre CEP e Bairro da outra rua Alvarenga

Informações complementares sobre o distrito ao qual pertence o endereço também podem ser obtidas por meio da terceira opção da tela principal, conforme mostrado na figura 17.

Para que o geo-referenciamento seja preciso, é necessário introduzir a numeração daquele endereço no logradouro, que também é possível no Localizador. Uma vez identificado de que se trata do endereço a ser padronizado, o programa Localizador permite gravar uma tabela em DBASE, que será utilizada para compor a tabela do número de endereços por distrito, bem como para o geo-referenciamento no mapa digital da cidade de São Paulo, que é realizado com o auxílio do programa de computador Maptitude.

Para facilitar, vamos exemplificar estas ações fazendo o geo-referenciamento do “Rei das Batidas”, conhecido ponto de encontro dos uspianos, e que fica na avenida Valdemar Ferreira, 231.

Na tela principal do programa Localizador vamos introduzir o nome do logradouro, com a respectiva numeração no campo ao lado, conforme vemos na ilustração 20 a seguir:

Ilustração 22 –Exemplo de utilização do Localizador

Gravamos o registro, gerando uma tabela em dbase, conforme ilustração abaixo, para posterior geo-processamento desta informação.

Ilustração 23 – Tela de confirmação do registro gravado em DBASE

No nosso exemplo, o Rei das Batidas geo-referenciado por meio do programa Maptitude aparece da seguinte forma, no ponto em vermelho:

Ilustração 24 – Geo-referenciamento digital do “Rei das Batidas” na base cartográfica da cidade de São Paulo

Numa escala menor, podemos ver o “Rei das Batidas” da seguinte forma:

O ponto vermelho indica, no mapa acima, a localização do Rei das Batidas. Em verde está o limite dos distritos da cidade de São Paulo.

A tabela em DBASE utilizada para o geo-referenciamento dos dados no mapa digital do programa Maptitude e para a distribuição do número de endereços por distrito, foi obtida pelo cruzamento de várias informações de categorias distintas, como o nome do logradouro, o CEP, o distrito, e outras. Quando estas informações de níveis hierárquicos foram conflitantes, os registros foram desprezados. Dentre os 628 registros iniciais, foi possível a extração de 554 registros. Estes 554 registros são considerados válidos pelo fato das diferentes informações hierárquicas originais, que os geraram, não terem sido conflitantes.

ANEXO 4 - ENDEREÇO DAS SEDES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Os endereços das sedes das ONGs estão abaixo, ordenados pelo CEP. Notar que, para preservar o sigilo do cadastro, a numeração dos endereços e o nome das Organizações Sociais foram excluídos deste texto. Apesar dela não constar aqui, a numeração foi levada em conta para localizar o endereço no mapa digital.

RUA	CEP		
Lgo S Francisco	01005	R Sta Eudoxia	02533
R S Bento	01011	R Luis Trevigant	02552
Av Ipiranga	01039	Av Parada Pinto	02611
R Djalma Dutra	01103	Av Peri Ronchetti	02633
R Guapore	01109	R Condessa Amalia Matarazzo	02652
R Porto Seguro	01109	R Gomes Leal	02671
Av Pacaembu	01155	Av Gen. Penha Brasil	02673
R Apa	01201	R Caetano Nogueira da Costa	02678
Av Dino Bueno	01217	Av Inajar de Souza	02716
R. Dr. Albuquerque Lins	01230	Av Dep. Emilio Carlos	02721
Av Higienopolis	01238	R Lavras do Sul	02724
R da Consolacao	01302	R Ribeirao das Almas	02728
Av da Liberdade	01503	R Cajati	02729
R Br. de Iguape	01507	R Sto Dias	02814
R D. Jose Mauricio	02028	Tv Lazaro Merono	02815
Av Zaki Narchi	02029	R Parapua	02831
R Paulo Setubal	02031	R Jose da Cunha Ponte	02850
R Dr. Zuquim	02035	R Adolfo Lazzari	02856
R Gavea	02121	R Antonio Susini	02856
R Kaneda	02132	Av Dep. Cantidio Sampaio	02860
Pca Marcelino Machado	02134	Av Dep. Cantidio Sampaio	02860
R Pe. Saboia de Medeiros	02134	R Clara Nunes	02873
R Pe. Saboia de Medeiros	02134	R Manuel Aquilino dos Santos	02873
Av do Poeta	02161	R Jaraqui	02877
R Izidro Ortiz	02161	R Amanacaia	02878
R Sto Antonio de Lisboa	02202	R Aracanguira	02878
Av Ede	02203	R Firminopolis	02878
R Leite Penteado	02213	Av Hugo Italo Merigo	02879
R S Teofilo	02213	R Sete Barras	02927
R Basilio Alves Morango	02222	R Nilo Bruzzi	02938
Av Ramiz Galvao	02223	R Domingos Moreira	02942
R Benfica	02226	Pca Vinte e Cinco de Novembro	02977
Tv Ernesto Fanelli	02226	R Moraes Madureira	02977
Av Mendes da Rocha	02227	R Carmem Cunha	02982
R Gen. Jeronimo Furtado	02237	R Cd. Monterone	02982
R Carmina Pasqui	02241	R Angelo Gayoto	02986
R Silvio Rodini	02241	Av Fernando Mendes de Almeida	02987
R Tanque Velho	02251	R Sampaio Moreira	03008
R Ausonia	02308	R Campos Sales	03041
R dos Filhos da Terra	02325	R Belem	03057
R Corneiteiro Jesus	02336	Av Condessa Elisabeth de Robiano	03074
R Cap. Jose Aguirre Camargo	02357	Pte Aricanduva	03090
R Maestro Bortolucci	02357	R dos Ciclames	03146
R Maestro Bortolucci	02357	R Sales	03223
R Joao Sampaio	02376	R Bono	03269
R Pataji	02423	R Iemanja	03450
Av Ultramarino	02441	R Mariazinha Vicenzoto	03455
R Ramal dos Menezes	02469	R Moises Marx	03507
R Aguas Virtuosas	02532	R Bento Quirino	03534
		R Catrimani	03555
		Av Eng. Soares de Camargo	03556

R Dr. Candido Soares	03557	Av Ten. Lauro Sodre	03974
Av Cd. Luiz Eduardo Matarazzo	03560	R Paulino Mendo	03976
R Mario Furtado	03567	R das Paineira	03977
R Desemb. Carneiro Ribeiro	03569	R Paulo Rosa	03980
R Antonio Ramalho	03585	Av Sapopemba	03989
R Ponche Verde	03588	R Domingos de Moraes	04036
R Ponche Verde	03588	R dos Heliotropios	04049
Av Pe. Francisco de Toledo	03590	Av Prefeito Fabio Prado	04116
R Cruciana	03617	R D. Sebastiao do Rego	04129
Av S Miguel	03619	R Prf. Roberto Mange	04153
R Sinanduva	03621	R Dr. Carneiro Maia	04155
R Bonifacio da Trindade	03625	R Jose Gaiba	04157
R Dr. Ismael Dias	03631	R Alm. Joao de Faria Lima	04177
R Leopoldo de Freitas	03645	R Francisco Medeiros	04186
R Maria Carlota	03647	R Aratimbo	04187
R Maria Carlota	03647	R Joao Jose da Silva	04191
R Evans	03648	R Memorial de Aires	04194
R Sto Henrique	03664	R Bom Pastor	04203
R Monte das Gameleiras	03666	R Agostinho Gomes	04206
Av Jaime Torres	03670	R Alvaro do Vale	04217
R Conceicao da Brejauba	03671	R Siqueira Bulcao	04218
R Prf. Jose de Barros Pinto	03674	R Cel. Silva Castro	04231
R Pesci	03677	R G	04235
R Conceicao do Castelo	03681	R S Gregorio	04235
R Catende	03691	R Cap. Hermelino de Araujo	04248
R Henri Poincare	03693	R Pe. Antonio de Gennaro	04257
Av Cangaiba	03711	R Dr. Mario Vicente	04270
R Goita	03715	R Madame Curie	04290
R Joao da Cunha Lobo	03735	R D. Macario	04292
R Manuel Mendes Ribeiro	03737	R Jacape	04315
Av Boturussu	03802	R Nelson Fernandes	04319
Av Boturussu	03802	R dos Buritis	04321
R Fernao Mendes Pinto	03803	Av Euclides	04326
R Cesar Dacorso Filho	03804	R Azor Silva	04326
R Ovidio Lopes	03804	R Godofredo Braga	04326
R Rubens Galvao de Franca	03804	R Jorge Rubens Neiva de Camargo	04337
R Dario Costa Mattos	03805	R Vale da Nogueira	04338
R Tomas Santa Rosa	03806	R Hugo Vitor Silva	04340
R Primavera da Vida	03807	R Oasis	04347
R Miguel Rachid	03808	R dos Jatobas	04349
R Jose Lopes Rodrigues	03810	Av Mascote	04363
R Rev. Almir Pereira Bahia	03811	R Gustavo da Silveira	04376
R Rainha-do-Bosque	03812	R Octavio Teixeira Mendes Sobrinho	04376
R Figueira da Polinesia	03813	R Alto do Bonfim	04382
R Xambre	03817	R Cd. Moreira Lima	04384
R Novo Oriente do Piaui	03820	R Prf. Waldemiro Postch	04387
R Olho d'Agua do Borges	03820	R Maria de Rohan	04412
R Colonia Leopoldina	03821	R Angelina Approbato Machado	04416
R Serra Verde	03821	R Elisabete	04421
R S Felix	03823	Av Sto Afonso	04426
R Arlindo Bettio	03828	Tv Marco Cavazzoni	04429
R Evaristo Emiliano Bueno	03881	R Alexandre Kipnis	04430
Av Aguia de Haia	03889	R Dorival Ferraz da Silva	04430
Es de Mogi das Cruzes	03890	R Rainha das Missoes	04430
R Ivo Temporim	03904	R Maria Dolores Francisco de Oliveira	04431
R Nicolau Nasoni	03924	R Peixoto de Melo Filho	04432
R Noite de Maio	03927	R Prf. Carlos Decourt	04432
Av Arquiteto Vilanova Artigas	03928	R Dionisio Lavranga	04434
R Seritinga	03934	R Eliseu Borges	04434
Av Ouro Verde de Minas	03937	R Antonio Fernandes de Oliveira	04458
R Vercinio Pereira de Souza	03945	R Cel Antonio Inojosa	04462
R Augusto Ferreira Ramos	03947	R Rodrigues de Medeiros	04464
R Sen. Maynarde Gomes	03948	Av Antonio Vieira Marcondes	04467
R Aguiar Lobo	03953	Es do Alvarenga	04467
R Angelo de Candia	03958	R Elias Jabali	04470
R Antonio Previato	03958	R Albino Bento	04473
R Mal. Renato Paquet	03959	R dos Mandubis	04473
R Joaquim Gouveia Franco	03961	R dos Aniquis	04474
R Vitorio Azzalin	03961	Es Agua Santa	04476
Av Claudio Augusto Fernandes	03962	R da Saude	04476
R Alfredo Sassi	03966	R Ribeiro do Vale	04568
R Eduardo de Martino	03966	Av das Nacoes Unidas	04578
R Joao Velho do Rego	03967	R Vicente Leporace	04619

R Viaza	04633	R Eng. Nogueira Soares	05205
R Francisco de Moraes	04714	R Pe. Manuel Campello	05206
Av Prf. Alceu Maynard Araujo	04726	R Diego Velasquez	05269
R Cd. de Itu	04741	R Diego Velasquez	05269
R Angelo Herrero	04746	R Eng. Teixeira Soares	05505
R Cerqueira Cesar	04750	R Denis Chaudet	05528
R Amador Bueno	04752	R Carantonio Carlone	05529
Tv Jurci Soares Sebastiao	04752	R Pedro Bezerra	05542
R Eng. Antonio Faggion	04757	R Sebastiao Goncalves	05542
R Vicente de Carvalho	04763	R Orestes Colombari	05546
Av Sen. Teotonio Vilela	04801	Av Gen. Asdrubal da Cunha	05565
R Nsra de Nazare	04805	R Andre Dias	05584
R Dr. Paulo de Barros Whitaker	04807	R Goncalo Pires	05624
R Dinazar Ferraz de Camargo	04810	R Dr. Silvio Dante Bertacchi	05625
Av Rubens Montanaro de Borba	04811	R das Goiabeiras	05661
R da Paz	04814	R Itapaiuna	05707
R Naima Brein Siufi	04826	R do Chico Nunes	05734
R Pontes Gestal	04840	Av Anace	05755
R Nelo Bertolacine	04841	R Cap. Vasconcelos	05765
R Prfa. Herminia Cavezzalli Sampaio	04841	R Capoeirana	05765
R Jose Bezerra Filho	04842	R Carandazinho	05766
R Pedro Marcineiro	04843	R Prfa. Nina Stocco	05767
R Dr. Carlos Infanti Marques	04844	R Vincenzo Danti	05772
Av D. Belmira Marin	04846	Pca Joao Pais Malio	05773
R dos Boiadeiros	04846	R Leopoldino Jose de Camargo	05778
R Luigi Belloli	04849	R Dr. Joviano Pacheco de Aguirre	05788
Es do Schmidt	04852	R Serra da Esperanca	05788
R Claude Bernard	04852	Es Pirajussara-Valo Velho	05791
R Giulia Rinieri	04852	R Felgueiras	05791
R Marcos Plenciz	04852	R Crestins	05792
R Rufino Zado	04853	R Luis Gonzaga Freire	05794
R Breno Bersa	04854	R Thomaz de Araujo	05794
Es do Schmidt	04855	R Lanzarote	05796
R Prf. Francisco Marques Oliveira Junior	04855	R Gastao Raul de Forton Bousquet	05797
R da Sereia	04856	R Jose Maximo Pinheiro de Lima	05797
Av Sabia Laranjeira	04864	Av Sabin	05798
R Forte de Trindade	04865	R Jose Joaquim Esteves	05813
R Alfredo Chaves	04883	R Um	05813
R Henry Palmer	04884	R Capitancias Hereditarias	05820
R Vincenzo Neriti	04884	R Humberto de Almeida	05831
V Sta Maria	04886	R Manuel Vieira Sarmento	05831
R Cd. de Ervidal	04890	R Audalio Goncalves dos Santos	05833
R Cd. de Fontalva	04890	R Criseida	05834
Es da Colonia	04892	R Aderbal	05847
Es do Curucutu	04892	R Jose Joaquim Goncalves	05850
R Nsra Aparecida	04892	R Maria Amelia Gouveia Andre	05850
Av Circular	04893	R Raimunda Franklin de Melo	05850
Av Circular	04893	R Quinta da Conraria	05852
R Catharina Guilger Reimberg	04893	R Domenico Fontana	05854
R Ventos e Ramagens	04894	R Paulino Vital de Moraes	05855
Es da Barragem	04895	R Remo Sarti	05864
Es da Barragem	04895	R das Japareiras	05868
Es Joao Lang	04895	Tv Canhamo da India	05868
R Orquideas	04897	R Aglae Reis	05870
Av Italia	04912	R Pedro Roldan	05871
R Indre	04912	R Diego Rivera	05872
R Gaspar do Rego Figueiredo	04915	R Cipotuba	05873
R Joao Falcao	04915	Tv Nove	05873
R Bacabinha	04917	R Coelho Lousada	05874
R Reinaldo Pereira	04932	R Achaira	05876
R Luis Baldinato	04935	R Cortegaca	05877
R Guilherme Espindola Pequito	04937	R Feitico da Vila	05879
R das Variacoes Musicais	04938	R Diamante Verde	05880
R Bocaina de Minas	04939	R Henrique Sam Mindlin	05882
R Hum	04943	R Valdez	05882
Av Principal	04946	R Catarina Mauad	05883
R Bonifacio de Andrada	05037	R Falkenberg	05885
R Br. da Passagem	05087	R Aborigene	05887
R Homero Sales	05126	R Celavisa	05890
R Willis Roberto Banks	05128	R Serra do Espinhaco	05890
R Joaquim Oliveira Freitas	05133	Tv Musica do Dilema	05890
Av Comen. Jose de Matos	05177	R Antonio Jose Bentes	05891
R Cosme dos Santos	05201	R Dr. Jose Guilherme Eiras	08010

R Ribeiro dos Santos	08010	R Mateus Barbosa de Resende	08161
Tv Guilherme de Aguiar	08011	R Confluencia da Forquilha	08190
R Francisco Polilo Neto	08021	R Sabbado d'Angelo	08210
R Palanque	08030	R Alvaro de Mendonca	08215
R Jose Santana	08040	R Cavaleiros da Lua	08223
R Quina-brava	08040	R Paratinim	08223
R Erva de Anta	08041	R Tomaraca	08223
R Guapuruvu	08041	Av das Alamandas	08225
R Joao Nicario Eleuterio	08042	R Arte do Sol	08225
R Antonio Freire da Silva	08050	R Cancao Agalopada	08225
R dos Calamos	08050	R Giovanni Legrenzi	08225
R Flor da Ressurreicao	08050	R Luz e Sombra	08225
R Flor de Coral	08050	R Carolina Fonseca	08230
R Moacir de Souza	08050	R Flor da Verdade	08230
R Moacir de Souza	08050	R Flor da Verdade	08230
R Passo do Camaragibe	08050	R Francisco Alarico Bergamo	08230
R Aulide Carini	08060	R Francisco Rodrigues Seckler	08230
R D. Ana Flora Pinheiro de Sousa	08060	R Francisco Rodrigues Seckler	08230
R da Tropicalia	08061	Av Cel. Alves e Rocha Filho	08235
R Esteban Murillo	08070	R Guarapa	08235
R Dr. Jose de Porciuncula	08080	R Hamilton Regis	08235
R Jose Nunes dos Santos	08080	R Planta da Sorte	08235
R Borboleta Amarela	08081	R Trevo do Mato	08235
Av Kumaki Aoki	08090	Av Moises Maimonides	08240
R Areias	08110	R Seneca	08240
R Dr. Jose Pereira Gomes	08111	R Virginia de Miranda	08240
R Moises Alves dos Santos	08111	R Fragata Carolina	08245
Av Mal. Tito	08115	R Damasio Pinto	08247
R Jacy Vieira	08120	Pca Jauarapa	08250
Av Canal de Tutoia	08121	R Emilia Brasao	08250
Av Fernando Pacheco Jordao	08121	R Arturo Faldi	08253
Av Fernando Pacheco Jordao	08121	R Emilio Serrano	08253
Av Tome Dias Laco	08121	Av Prf. Joao Batista Conti	08255
R Pantanaís	08121	R Giovanni Quadri	08255
R Victorio Negrelle	08121	R Cancao do Novo Mundo	08257
R Tatupeba	08122	R de Flor em Flor	08257
Tv Augusto Jose de Jesus	08122	R Verbos do Amor	08257
R Desemb. Arlindo Pereira Lima	08130	Av Jacu-Pessego/Nova Trabalhadores	08260
R Estudantes da China	08131	Av Jacu-Pessego/Nova Trabalhadores	08260
R Pe. Virgilio Campelo	08131	R Chubei Takagashi	08260
R Porto da Saudade	08132	R dos Coqueiros	08265
R Basilio Salazar	08140	R Rio das Contas	08270
R A	08142	Av Lider	08280
R Antonio Vieira de Lima	08142	R Leo de Afonseca	08280
R Flor de Mel	08142	R Baixada Santista	08295
R Manoel Rodrigues Santiago	08142	R Euvaldo Loureiro Villaboim	08310
R Raios de Jupiter	08142	R Morro das Pedras	08310
Av Fernando Figueiredo Lins	08150	R Francisco Marques	08311
Av Joao Batista Santiago	08150	Av Satellite	08330
Av Joao Batista Santiago	08150	Es de Sapopemba	08330
R Jose Pessota	08150	Es de Sapopemba	08330
R Odilon Chaves	08150	Es de Sapopemba	08330
R Pedro Rodrigues	08150	R Manuel da Silveira	08340
R Salvador Zacaro	08150	R Manuel Veloso da Costa	08340
R Amanhece	08151	R Morro do Frade	08341
R Placido Parreira Lima	08151	Tv Somos Todos Iguais	08343
R Manuel Paschoal	08161		
R Leme	08381	R Antonio Januario Ferraz	08431
Av Ragueb Chohfi	08375	R Dr. Roberval Roche Moreira	08440
R Cubas de Mendonca	08380	R Salvador de Freitas	08441
R Dias Moreira	08381	R Antonio Thadeo	08450
Tv Canal de Suez	08381	R Prf. Cosme Deodato Tadeu	08450
R dos Jasmins	08382	Es do Lageado Velho	08451
R Benedicto Augusto dos Anjos	08410	R Pacheco Aranha	08451
Tv Seringais	08410	R Quimanga	08451
R Saturnino Pereira	08411	R Francisco Gil de Araujo	08452
R Esteves Ferreira	08420	R Clarinia	08460
R Sta Edith	08420	R Martin Iraola	08460
R Baltazar Cisneros	08430	R Torre da Lapela	08460
R Carlo Mannelli	08430	Av Jose Higino Neves	08461
R Jose vieira guimaraes	08430	R Pedro de Seabra	08461
R Maria Amelia de Assuncao	08430	R Serra do Caburai	08461
Av Agua Vermelha	08431	R Festa Chinesa	08465

R Bartolino de Padua	08470
R Eduardo Moura	08470
R Jose Francisco Passos	08470
R Eduardo Vassimon	08471
R Jose Amato	08471
R Jose Sarmento Marques	08471
R Regresso Feliz	08472
R Conjunto Sitio Conceicao	08473
R Reinado do Cavalo Marinho	08473
R Areia da Ampulheta	08474
R Sara Kubitscheck	08474
R 10 G	08475
R 2 G	08475
R Cachoeira Duas Araras	08475
R Estrelizia	08485
Av Dr. Guilherme de Abreu Sodre	08490
R Inacio Monteiro	08490
R Br. Carvalho do Amparo	08485

ANEXO 5 – ENDEREÇO DO ATENDIMENTO

END	CEP	END	CEP
Ac Sabia Laranjeira	04864	R Estrelizia	08485
Al. Dino Bueno	01217	R Euvaldo Loureiro Villaboim	08310
Av Agua Vermelha	08431	R Evans	03648
Av Aguia de Haia	03694	R Evaristo Emiliano Bueno	03881
Av Aguiar da Beira	03384	R Expedito de Oliveira Santos	05821
Av Anace	05755	R Falkenberg	05885
Av Antonio Vieira Marcondes	04467	R Feitico da Vila	05879
Av Arq Vilanova Artigas	03928	R Felgueiras	05791
Av Boturussu	03802	R Fernao Mendes Pinto	03803
Av Canal de Tutoia	08121	R Festa Chinesa	08465
Av Cangaiba	03711	R Figueira da Polinesia	03813
Av Cd. Luiz Eduardo Matarazzo	03560	R Firminopolis	02878
Av Cda. Elisabeth de Robiano	03074	R Flor da Ressurreicao	08050
Av Cel. Alves e Rocha Filho	08235	R Flor da Verdade	08230
Av Circular	04893	R Flor de Coral	08050
Av D. Belmira Marin	04846	R Flor de Mel	08142
Av D. Rodrigo Sanches	05892	R Forte de Trindade	04865
Av das Alamandas	08225	R Fragata Carolina	08245
Av das Nacoes Unidas	04578	R Francisco Alarico Bergamo	08230
Av Dep. Cantidio Sampaio	02860	R Francisco Arcuri	02650
Av do Poeta	02161	R Francisco de Medeiros Jordao	02214
Av Dr Guilherme de Abreu Sodre	08490	R Francisco de Moraes	04714
Av Emb. Alvaro Lins	04153	R Francisco Gil de Araujo	08452
Av Eng. Soares de Camargo	03556	R Francisco Marques	08311
Av Euclides	04326	R Francisco Polilo Neto	08021
Av Fernando Figueiredo Lins	08150	R Francisco Rodrigues Seckler	08230
Av Fernando Mendes de Almeida	02987	R Francisco Rodrigues Seckler	08230
Av Fernando Pacheco Jordao	08121	R G (V. Dom Pedro I-Ipir)	04235
Av Furtado de Mendonca	03968	R Gaspar do Rego Figueiredo	04915
Av Gen. Asdrubal da Cunha	05565	R Gastao Raul de Forton Bousquet	05797
Av Hugo Italo Merigo	02879	R Gavea	02121
Av Inajar de Souza	02716	R Gen. Jeronimo Furtado	02237
Av Italia	04912	R Gervasio Leite Rebelo	02675
Av Jacu-Pessegueiro/Nova Trabalhadores	08260	R Giovanni Gabrieli	04844
Av Jacu-Pessegueiro/Nova Trabalhadores	08260	R Giovanni Legrenzi	08225
Av Jaime Torres	03670	R Giovanni Quadri	08255
Av Joao Batista Santiago	08150	R Giulia Rinieri	04852
Av Joao Batista Santiago	08150	R Godofredo Braga	04326
Av Jose Higino Neves	08461	R Goita	03715
Av Jose Rodrigues Santarem	03968	R Gomes Leal	02671
Av Kumaki Aoki	08090	R Goncalo Pires	05624
Av Lider	08280	R Guarapa	08235
Av Lourival Fontes	03983	R Guilherme Espindola Pequeto	04937
Av Mar. Tito	08115	R Gustavo da Silveira	04376
Av Maraial	03691	R Guzolandia	04840
Av Moises Maimonides	08240	R Hamilton Regis	08051
Av Ouro Verde de Minas	03937	R Henrique Sam Mindlin	05882
Av Pacaembu	01155	R Henry Palmer	04884

Av Pe. Francisco de Toledo	03590	R Homero Sales	05126
Av Penha Brasil	02673	R Horacio Moura	02710
Av Pref. Fabio Prado	04116	R Hugo Vitor Silva	04340
Av Prf. Alceu Maynard Araujo	04726	R Iemanja	03450
Av Prf. Joao Batista Conti	08255	R Iguatama	08410
Av Prf. Joao Batista Conti	08420	R Inacio Monteiro	08490
Av Principal	04946	R Indre	04912
Av Ragueb Chohfi	08375	R Itapaiuna	05707
Av Ramiz Galvao	02223	R Izidro Ortiz	02161
Av Ramiz Galvao	02223	R Jacape	04315
Av Rubens Montanaro de Borba	04811	R Jacy Vieira	08120
Av S Miguel	03619	R Japura	01319
Av Sabin	05798	R Jaraqui	02877
Av Sapopemba	03989	R Jardim das Margaridas	03737
Av Satelite	08330	R Joao da Cunha Lobo	03735
Av Sen Teotonio Vilela	04801	R Joao Falcao	04915
Av Ten. Lauro Sodre	03974	R Joao Missel Gigante	08122
Av Tome Dias Laco	08121	R Joao Nicario Eleuterio	08042
Av Ultramarino	02441	R Joao Sampaio	02376
Av Zaki Narchi	02029	R Joao Scalao	04904
Av. Mendes da Rocha	02227	R Joaquim Gouveia Franco	03961
Es Agua Santa	04476	R Joaquim Oliveira Freitas	05133
Es de Sapopemba	08330	R Jorge Rubens Neiva de Camargo	04337
Es do Jaceguava	04970	R Jose Amato	08471
Es do Lageado Velho	08451	R Jose Bezerra Filho	04842
Es. da Barragem	04895	R Jose Franco Passos	08470
Es. da Barragem	04895	R Jose Gaiba	04157
Es. da Colonia	04892	R Jose Joaquim Esteves	05813
Es. de Sapopemba	08330	R Jose Joaquim Esteves	05813
Es. do Alvarenga	04467	R Jose Joaquim Goncalves	05850
Es. do Curucutu	04892	R Jose Lopes Rodrigues	03810
Es. Pirajussara-Valo Velho	05791	R Jose Maximo Pinheiro de Lima	05797
Est do Schmidt	04855	R Jose Nunes	05862
Est do Schmidt	04855	R Jose Nunes dos Santos	08080
Pc Felix	03823	R Jose Pessota	08150
Pc Jauarapa	08248	R Jose Santana	08040
Pc Joao Pais Malio	05773	R Jose Sarmento Marques	08471
Pc Marcelino Machado	02134	R Jose Vieira Guimaraes	08430
Pc Salim Farah Maluf	04751	R Kaneda	02132
Pc Vinte e Cinco de Novembro	02977	R Lagedo	04846
Pc Vinte e Cinco de Novembro	02977	R Lajedo	03817
Pte Aricanduva	03090	R Lanzarote	05796
R 10 G	08475	R Lavras do Sul	02724
R A (V. Chabilandia-Gua)	08142	R Leite Penteado	02213
R Aborigene	05887	R Leo de Afonseca	08280
R Achaira	05876	R Leonardo Jones Junior	01138
R Aderbal	05847	R Leopoldino Jose de Camargo	05778
R Adolfo Lazzari	02856	R Leopoldo de Freitas	03645
R Aglae Reis	05870	R Lorenzo Massa	03966
R Agostinho Gomes	04206	R Luigi Belloli	04849
R Aguas Virtuosas	02532	R Luis Baldinato	04935
R Aguiar Lobo	03953	R Luis Gonzaga Freire	05794

R Albino Bento	04473	R Luis Trevigant	02552
R Alexandre Kipnis	04430	R Luz e Sombra	08225
R Alfredo Bezerra dos Santos	08150	R Maestro Bortolucci	02357
R Alfredo Chaves	04883	R Maestro Bortolucci	02357
R Alfredo Sassi	03966	R Mal. Renato Paquet	03959
R Alm. Joao de Faria Lima	04177	R Manuel Aquilino dos Santos	02873
R Alm. Nunes	04231	R Manuel da Silveira	08340
R Alto do Bonfim	04382	R Manuel Paschoal	08161
R Amadeu Caego Monteiro	05271	R Manuel Rodrigues Santiago	08142
R Amador Bueno	04752	R Manuel Veloso da Costa	08340
R Amanhece	08151	R Manuel Vieira Sarmento	05831
R Amaro Luz	04764	R Marco de Canaveses	05791
R Andre Dias	05584	R Marcos Plenciz	04852
R Angelina Approbato Machado	04416	R Maria Amelia de Assuncao	08430
R Angelo de Candia	03958	R Maria Amelia Gouveia Andre	05850
R Angelo de Candia	03958	R Maria Carlota	03647
R Angelo Gayoto	02986	R Maria Carlota	03647
R Angelo Herrero	04746	R Maria de Rohan	04412
R Antonio Carlos Mingues Lopes	08473	R Maria Dolores Francisco de Oliveira	04431
R Antonio Fernandes de Oliveira	04458	R Mariazinha Vicenzzoto	03455
R Antonio Freire da Silva	08050	R Marilac	02957
R Antonio Gabriel Franzon	03979	R Mario Furtado	03567
R Antonio Januario Ferraz	08431	R Martim Correia de Sa	08451
R Antonio Jose Bentes	05891	R Martim Correia de Sa	08451
R Antonio Previato	03958	R Martin Iraola	08460
R Antonio Ramalho	03585	R Mateus Barbosa de Rezende	08161
R Antonio Susini	02856	R Mateus Garcia	02374
R Antonio Thadeo	08450	R Memorial de Aires	04194
R Antonio Vieira de Lima	08142	R Miguel Rachid	03808
R Aracanguira	02878	R Moacir de Souza	08050
R Aratimbo	04187	R Moacir de Souza	08050
R Areia da Ampulheta	08474	R Mogeiro	05208
R Areias	08110	R Moises Alves dos Santos	08111
R Armando Coelho Silva	02539	R Moises Marx	03507
R Arroio Butia	05868	R Monte Alegre do Sul	02859
R Arte do Sol	08225	R Monte Alegre do Sul	02859
R Arturo Faldi	08253	R Morro das Pedras	08310
R Astrapeia	02212	R Morro do Frade	08341
R Audalio Goncalves dos Santos	05833	R Mosueto Souza Amaral	08382
R Augusto Ferreira Ramos	03947	R Naima Brein Siufi	04826
R Aulide Carini	08060	R Nelson Fernandes	04319
R Ausonia	02308	R Nicolau Batanero Campos	02759
R Azor Silva	04326	R Nicolau Nasoni	03924
R Bacabinha	04917	R Noite de Maio	03927
R Baixada Santista	08295	R Novo Oriente do Piaui	03820
R Bandeira do Sul	03944	R Nsra Aparecida	04892
R Barra da Buriquioça	02987	R Nsra da Conceicao	05181
R Barra da Forquilha	02993	R Nsra de Nazare	04805
R Basilio Salazar	08140	R Oasis	04347
R Belem	03057	R Octavio Teixeira Mendes Sobrinho	04376
R Benedito Gianelli	08210	R Olho d'Agua	08041
R Benfica	02226	R Orestes Colombari	05546

R Bento Quirino	03534	R Orquideas	04897
R Bispo e Martins	03828	R Osvaldo de Souza Pinto	05267
R Bocaina de Minas	04939	R Ovidio Lopes	03804
R Bom Pastor	04203	R Pacheco Aranha	08451
R Bonifacio da Trindade	03625	R Palanque	08030
R Bono	03269	R Pantanaís	08121
R Borboleta Amarela	08081	R Parapua	02831
R Br. da Passagem	05087	R Paratinim	08223
R Br. de Iguape	01507	R Passo do Camaragibe	08050
R Brasiluso Lopes	02634	R Pataji	02423
R Breno Bersa	04854	R Paulino Mendo	03976
R Cabo Frio	08411	R Paulo Setubal	02031
R Cachoeira Duas Araras	08475	R Pd. Justino	05772
R Caetano Nogueira da Costa	02678	R Pde Tiago Alberione	03894
R Cajati	02729	R Pe. Antonio de Gennaro	04257
R Camaratiba	02847	R Pe. Francisco Veloso	08131
R Campos Sales	03041	R Pe. Nildo do Amaral Junior	08032
R Cancao Agalopada	08225	R Pe. Saboia de Medeiros	02134
R Cancao Agalopada	08225	R Pe. Saboia de Medeiros	02134
R Cancao Agalopada	08225	R Pe. Virgilio Campelo	08131
R Cancao do Exilio	04194	R Pedro de Seabra	08461
R Cancao do Novo Mundo	08257	R Pedro Marcineiro	04843
R Cap. Jose Aguirre Camargo	02357	R Pedro Rodrigues	08150
R Cap. Vasconcelos	05765	R Peixoto de Melo Filho	04432
R Capitancias Hereditarias	05820	R Pesci	03677
R Capoeirana	05765	R Placido Parreira Lima	08151
R Carandazinho	05766	R Planta da Sorte	08235
R Carlanonio Carlone	05529	R Ponche Verde	03588
R Carmina Pasqui	02241	R Ponche Verde	03588
R Carolina Fonseca	08230	R Pontes Gestal	04840
R Carrossel	08152	R Porto da Saudade	08132
R Cartas Celestes	08452	R Porto Seguro	01109
R Carvalhopolis	03742	R Prf. Carlos Decourt	04432
R Catarina Mauad	05883	R Prf. Cosme Deodato Tadeu	08450
R Catharina Guilger Reimberg	04893	R Prf. Francisco Marques Oliveira Jr	04855
R Catrimani	03555	R Prf. Jose de Barros Pinto	03674
R Cd. de Fontalva	04890	R Prf. Roberto Mange	04153
R Cd. de Itu	04741	R Prf. Roberto Mange	04153
R Cd. Monterone	02982	R Prf. Waldemiro Postch	04387
R Cd. Moreira Lima	04384	R Prfa. Herminia Cavezzalli Sampaio	04841
R Cd. Vicente de Azevedo	04264	R Prfa. Nina Stocco	05767
R Cel. Antonio Inojosa	04462	R Primavera da Vida	03807
R Cel. Silva Castro	04231	R Quetena	04912
R Celavisa	05890	R Quina-Brava	08040
R Cerqueira Cesar	04750	R Quinta da Conraria	05852
R Cesar Dacorso Filho	03804	R Raimunda Franklin de Melo	05850
R Chubei Takagashi	08260	R Raimundo Carneiro	02855
R Cipotuba	05873	R Rainha das Missoes	04430
R Clara Nunes	02873	R Rainha-do-Bosque	03812
R Clarinia	08460	R Raios de Jupiter	08142
R Claude Bernard	04852	R Ramal dos Menezes	02469
R Coelho Lousada	05874	R Regresso Feliz	08472

R Comen J. de Matos	05177	R Reinado do Cavalo Marinho	08473
R Conceicao da Brejauba	03671	R Reinaldo Pereira	04932
R Conceicao do Castelo	03681	R Remo Sarti	05864
R Corneteiro Jesus	02336	R Rev. Almir Pereira Bahia	03811
R Cortegaca	05877	R Riachuelo	01007
R Cosme dos Santos	05201	R Riachuelo	01007
R Crestins	05792	R Ribeirao das Almas	02728
R Criseida	05834	R Rio das Contas	08270
R Cruciana	03617	R Rodrigues de Medeiros	04464
R Cubas de Mendonca	08380	R Rubens Galvao de Franca	03804
R Curicharas	08110	R Rufino Zado	04853
R D Macario	04292	R S Bento	01011
R D. Jose Mauricio	02028	R S Gregorio	02072
R D. Sebastiao do Rego	04129	R S Teofilo	02213
R da Paz	04814	R S Vicente de Paula	04236
R da Saude	04476	R Sabbado d'Angelo	08210
R da Sereia	04856	R Sales	03223
R da Tropicalia	08061	R Salvador Zacaro	08150
R Dario Costa Mattos	03805	R Sara Kubitscheck	08474
R das Goiabeiras	05661	R Saturnino Pereira	08411
R das Japareiras	05868	R Sebastiao Goncalves	05542
R das Paineira	03977	R Sen. Maynarde Gomes	03948
R das Variacoes Musicais	04938	R Seneca	08240
R de Flor em Flor	08257	R Seritinga	03934
R Denis Chaudet	05528	R Serra de Jaire	03175
R Deocleciano de Oliveira Filho	05834	R Serra do Caburai	08461
R Desemb. Arlindo Pereira Lima	08130	R Serra do Espinhaco	05890
R Desemb. Carneiro Ribeiro	03569	R Serra Verde	03821
R Desemb. Octavio Egydio Roggiero	08130	R Sete Barras	02927
R Diamante Verde	05880	R Silvio Rodini	02241
R Dias Moreia	08381	R Sinanduva	03621
R Diego Rivera	05872	R Siqueira Bulcao	04218
R Dinazar Ferraz de Camargo	04810	R Sta Edith	08420
R Dionisio Lavranga	04434	R Sta Marcia	08040
R Djalma Dutra	01103	R Sta Rita do Itueto	02679
R Djalma Dutra	01103	R Sto Afonso	03632
R do Chico Nunes	05734	R Sto Antonio de Lisboa	02202
R do Chico Nunes	05734	R Sto Dias	02814
R Dorival Ferraz da Silva	04430	R Sto Henrique	03664
R dos Aniquis	04474	R Susana Rodrigues	04746
R dos Buritis	04321	R Tanque Velho	02251
R dos Calamos	08050	R Tatupeba	08122
R dos Ciclames	03146	R Thomaz de Araujo	05794
R dos Filhos da Terra	02325	R Tomaraca	08223
R dos Heliotropios	04049	R Tomaraca	08223
R dos Jasmins	08382	R Tomas Santa Rosa	03806
R dos Jacobas	04349	R Torre da Lapela	08460
R dos Mandubis	04473	R Trevo do Mato	08235
R dos Texteis	08490	R Um	04943
R Dr Silvio Dante Bertacchi	05625	R Valdez	05882
R Dr. Candido Dores	03557	R Vale da Nogueira	04338
R Dr. Carlos Infanti Marques	04844	R Ventos e Ramagens	04894

R Dr. Jose de Porciuncula	08080	R Verbos do Amor	08257
R Dr. Jose Guilherme Eiras	08010	R Vercinio Pereira de Souza	03945
R Dr. Jose Pereira Gomes	08111	R Viaza	04633
R Dr. Joviano Pacheco de Aguirre	05788	R Vicente de Carvalho	04763
R Dr. Mario Vicente	04270	R Vicente Leporace	04619
R Dr. Paulo de Barros Whitaker	04807	R Victoria Simionato	03808
R Dr. Penaforte Mendes	01308	R Vincenzo Neriti	04884
R Dr. Raul Manso Sayao Filho	03965	R Vinte e Cinco de Janeiro	01103
R Dr. Roberval Roche Moreira	08440	R Visc de Ervidal	04890
R Dr. Rodrigo Pereira Barreto	08210	R Vitorio Azzalin	03961
R Dr. Zuquim	02035	R Vitorio Negrelle	08131
R Eduardo de Martino	03966	R Xambre	03817
R Eduardo Moura	08470	Rod dos Imigrantes	04329
R Eduardo Vassimon	08471	Tv Augusto Jose de Jesus	08122
R Elias Jabali	04470	Tv Canal de Suez	08381
R Elisabete	04421	Tv Canhamo da India	05868
R Eliseu Borges	04434	Tv Ernesto Fanelli	02226
R Emilia Brasao	08250	Tv Guilherme de Aguiar	08011
R Emilio Serrano	08253	Tv Jurci Soares Sebastiao	04752
R Eng. Antonio Faggion	04757	Tv Lazaro Merono	02815
R Eng. Joao Lang	04895	Tv Musica do Dilema	05890
R Eng. Nogueira Soares	05205	Tv Nove	05873
R Eng. Teixeira Soares	05505	Tv Seringais	08410
R Erva de Anta	08041	Tv Somos Todos Iguais	08343
R Esteban Murillo	08070	V Sta Maria	04886
R Esteves Ferreira	08420	Vd Nove de Julho	01050

8. BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, S.B., Movimento Popular de Bairro, de frente para o Estado, em busca do Parlamento, Ed. Cortez, São Paulo, 1991.
- BONELLI, R., SEDLACEK, G.L., A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988, in Distribuição de Renda no Brasil, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1991.
- CACCIAMALI, M.C., A Crescente Desigualdade na Distribuição de Renda no Brasil, in A Economia Brasileira: Estrutura e Desempenho, org. Willumsen e Fonseca, North South Center, Miami, 1995.
- CARDOSO, R.C., Movimentos Sociais na América Latina, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, núm. 3, fev., 1987.
- CARVALHO, J.M., Cidadania no Brasil – o Longo Caminho, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- CASTRO, J., Geopolítica da Fome, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1959.
- CEBRAP – Mapa da vulnerabilidade social e do déficit de atenção a crianças e adolescentes no Município de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CASTELS, M., La question urbaine, François Maspero Ed., Paris, 1973.
- COULON, O.M.A.F. e COSTA PEDRO, F., Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial, 1995, CP1-UFMG.
- COUTINHO, J.A., Organizações Não-Governamentais: o que se oculta no “não”?, in Revista Espaço Acadêmico – Vol. 24, maio, 2003.
- CYRILLO, D.C., Economia da Alimentação, 2004, São Paulo.
- DAGNINO, E., Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades, in DAGNINO, E. (org) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil, ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- DOMHOFF, Who Rules America Now?, Simon & Schuster ed, New York, 1983.
- GARCIA, J., LANDIM, L., DAHMER, T., Sociedade e Política – Novos Debates entre ONGs e Universidade, Ed. Revan, Rio de Janeiro, 2003.

- GOHN, M. G., História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da Cidadania Brasileira, Ed. Loyola, São Paulo, 1995.
- _____, Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania, Ed. Cortez, São Paulo, 2003.
- HAM, C., Power in Helth Services in Health Policy in Britain – The Politics and Organistion of the National Health Service, Ed. MacMillan, 2a ed., USA, 1985.
- JONSSON, U. “The Socio-economic Causes of Hunger”. Food and Nutrition Bulletin, vol.3, nº2, abril 1981.
- MARQUES, E. C., Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo, Ed. Annablume, São Paulo, 2003.
- MARTORELL, R., The role of nutrition in economic development, in Nutrition Reviews, vol. 54, número 4, abril, 1996.
- MONTAÑO, C., Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social, Ed. Cortez, São Paulo, 2003.
- MONTEIRO, C.A – Pobreza, Fome e Desnutrição no Brasil
- MULLER, G., Nutrição e Desenvolvimento Econômico in Nutrição e Desenvolvimento Econômico, Campino (org.), IPE/USP, 1983.
- MUSGRAVE, R.A., The Theory of Public Finance, McGraw-Hill, New York, 1959.
- PEREIRA, J.M., Finanças Públicas, Ed. Atlas, São Paulo, 1999.
- PINDYCK, R.S., RUBINFELD, Microeconomia, Makron Books do Brasil, 2ª ed., RJ, 1994.
- RICARDO, D., Princípios de Economia Política e Tributação, Ed. Nova Cultura, 2ª ed. , São Paulo, 1985.
- SADER, E., Quando Novos Personagens Entraram em Cena, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1995.
- SILVA, J.G., BELIK, W., TAKAGI, M., (org) - Projeto Fome Zero – Uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil, Instituto Cidadania, São Paulo, 2001.
- SINGER, P., Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.

- _____. Economia Política da Urbanização, Ed. Brasiliense - CEBRAP, São Paulo, 1973.
- SPOSATI, A., Mínimos e Seguridade, *in* Mínimos Sociais, Ed. Fundap, São Paulo, 1999.
- VALENTE, F., Direito Humano à Alimentação, Ed. Cortez, São Paulo, 2002.
- VELOSO, J.P., ALBUQUERQUE, R.C. (ORG.), A nova Geografia da Fome e da Pobreza, J. Olympio, Rio de Janeiro, 2003.
- ZALUAR, A.E., Peregrinação pela província de São Paulo, Martins, São Paulo, 1953.

Periódicos, base de dados da internet e boletins eletrônicos:

- ✓ IBGE - www.ibge.gov.br
- ✓ MINISTÉRIO DA FAZENDA - www.fazenda.gov.br
- ✓ MINISTÉRIO DA SAÚDE – www.saude.gov.br
- ✓ BANCO CENTRAL DO BRASIL - www.bc.gov.br
- ✓ FAO - www.fao.org
- ✓ www.fomezero.gov.br